

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
NA COMUNIDADE DE PORTO REAL (ILHA DO PRÍNCIPE):
A REUTILIZAÇÃO DE CASCO PARA PRODUZIR ARTESANATO**

Olga Maria Assunção Pinto dos Santos

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança
para obtenção do Grau de Mestre em Educação Ambiental*

Orientado por

Professora Doutora Sofia Bergano

Professor Mestre Mário Oliveira

Outubro, 2019

AGRADECIMENTOS

A todos quantos contribuíram, de forma direta ou indireta, para que este trabalho se concretizasse, o meu muito obrigada.

RESUMO

A Ilha do Príncipe foi declarada, pela UNESCO, Reserva da Biosfera a 12 de julho de 2012, o que traduz o reconhecimento internacional da necessidade da sua preservação. Numa perspetiva de que as medidas políticas de proteção ambiental não devem excluir as preocupações sociais, este trabalho procura analisar o caso da Cooperativa de Valorização dos Resíduos (CVR) localizada na comunidade de Porto Real. Esta cooperativa transforma vidro, proveniente de garrafas que constituem resíduos resultantes principalmente das atividades turísticas, em joias de vidro artesanais. Esse trabalho é feito por 11 mulheres e pretende dar resposta a um problema ambiental e, simultaneamente, contribuir para o empoderamento destas mulheres, para a melhoria das suas condições de vida e para o desenvolvimento da sua comunidade. A criação da Cooperativa teve o apoio de uma empresa e do governo regional, no entanto o seu modelo de funcionamento prevê uma autonomização progressiva destas mulheres. Neste contexto, o objetivo central desta dissertação é analisar as perceções dos atores sociais que estiveram envolvidos neste projeto, nomeadamente: (i) a sua perceção sobre o contributo da Cooperativa para a minimização da problemática ambiental causada pelas garrafas de vidro, entradas na Ilha do Príncipe e, (ii) a sua perceção sobre o contributo da Cooperativa para a melhoria das condições de vida destas mulheres e das suas famílias. Para o efeito, procedeu-se a um estudo de caso de carácter qualitativo, empírico-interpretativo, tendo como unidade de análise a CVR, as estratégias de recolha de dados foram a entrevista semiestruturada (individual e de grupo) e a observação participante. O grupo de participantes nesta investigação é constituído por diferentes informadores que nos permitem aceder a diferentes perspetivas sobre os impactes deste projeto. Assim foram entrevistados/as quatro participantes individualmente e realizada uma entrevistas em grupo, os guiões das entrevistas ainda que incidam sobre as mesmas dimensões têm particularidades que se referem ao papel de cada um dos atores sociais envolvidos. Assim, participaram nesse estudo 11 mulheres e sendo que uma dela é a responsável pela cooperativa; a primeira responsável pelo projeto, a executante do projeto, e um responsável político. A análise dos dados foi feita através da técnica da análise de conteúdo, no processo de interpretação

dos resultados procurou-se articular a leitura dos dados tendo em conta o posicionamento de cada um dos participantes dando voz às suas leituras sobre a realidade.

Retirámos como principais conclusões do estudo que a CVR da Ilha do Príncipe é percebida pelos diferentes atores sociais como positiva uma vez que, segundo eles/as, contribuiu de forma significativa para a minimização da problemática ambiental causada pelas garrafas de vidro, entradas na Ilha, para o empoderamento das mulheres que lá trabalham e para o desenvolvimento comunitário.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Desenvolvimento Comunitário, Empoderamento das Mulheres, Ilha do Príncipe.

ABSTRAT

The Prince Island was declared by the UNESCO Biosphere Reserve on July 12, 2012, which reflects the international recognition of the need for its preservation. From the perspective that environmental protection policy measures should not exclude social concerns, this paper analyzes the case of the Waste Recovery Cooperative (CVR) located in the Porto Real community. This cooperative transforms glass, from bottles that constitute waste resulting mainly from tourism activities, into handcrafted glass jewelry. This work is done by 11 women and aims to respond to an environmental problem and, at the same time, contribute to the empowerment of these women, the improvement of their living conditions and the development of their community. The creation of the Cooperative had the support of a company and the regional government, however its operating model foresees a progressive empowerment of these women. In this context, the main objective of this dissertation is to analyze the perceptions of the social actors that were involved in this project, namely: (i) their perception about the Cooperative contribution to the minimization of the environmental problem caused by the glass bottles, entered in Ilha do Príncipe and (ii) his perception of the Cooperative's contribution to improving the living conditions of these women and their families. For this purpose, a qualitative, empirical-interpretative case study was carried out, using CVR as the unit of analysis. The data collection strategies were semi-structured interviews (individual and group) and participant observation. The group of participants in this research consists of different informants that allow us to access different perspectives on the impacts of this project. Thus, four participants were interviewed individually and a group interview was conducted. The interview guides, although focusing on the same dimensions, have particularities that refer to the role of each of the social actors involved. Thus, 11 women participated in this study and one of them is responsible for the cooperative; The first person in charge of the project, the performer of the project, and a politician. Data analysis was performed using the technique of content analysis. In the process of interpretation of the results, we sought to articulate the reading of the data taking into account the positioning of each participant giving voice to their readings about reality.

We draw as main conclusions of the study that the Prince Island CVR is perceived by the different social actors as positive since, according to them, it contributed significantly to the minimization of the environmental problems caused by glass bottles, entering the Island, empowering women who work there and community development.

Keyords - Environmental Education, Community Development, Women's Empowerment, Príncipe Island

Lista de Siglas

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

CVR – Cooperativa de Valorização de resíduos

DS – Desenvolvimento Sustentável

EA - Educação Ambiental

ODS – Objetivos Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UNICEF - United Nations Children's Fund

Lista de Figuras

Figura 1 - Deterioração local vs desenvolvimento local	18
Figura 2 - Contributos do desenvolvimento local e dos projetos de empreendedorismo social e local para o desenvolvimento local sustentável	20
Figura 3 - Dimensões de bem-estar	22
Figura 4 - Localização geográfica de São Tomé e Príncipe	33
Figura 5 - Mapa da Ilha do Príncipe	33
Figura 6 - Árvore categorial para a dimensão de análise “A Educação Ambiental e a sustentabilidade na Ilha do Príncipe enquanto reserva da Biosfera”	35
Figura 7 - Árvore categorial para a dimensão de análise “O desenvolvimento comunitário na Comunidade de Porto Real e o empoderamento das mulheres que trabalham na Cooperativa de Valorização dos Resíduos sediada na comunidade de Porto Real”	36
Figura 8 - Árvore categorial para a dimensão de análise “O potencial educativo da Cooperativa de Valorização de Resíduos da Ilha do Príncipe”	36
Figura 9 - Árvore categorial para a dimensão de análise “Projeção e viabilidade da cooperativa no futuro”	37
Figura 10 - Árvore categorial para a dimensão de análise “Outras preocupações ambientais existentes na Ilha”	37
Figura 11 - Síntese dos resultados do estudo	63
Figura 12 - Fotografias que representam algumas etapas do processo da reciclagem do vidro até à produção de joias	71

Lista de Quadros

Quadro 1 - Dimensões, categorias de análise e unidades de registo.....	27
Quadro 2 - Categorias e subcategorias para a dimensão de análise “A Educação Ambiental e a sustentabilidade na ilha do Príncipe enquanto reserva da Biosfera”	40
Quadro 3 - Categorias e subcategorias para a dimensão de análise “O desenvolvimento comunitário na comunidade de Porto Real”	46
Quadro 4 - Categorias e subcategorias para a dimensão de análise “O potencial educativo da Cooperativa de Valorização de Resíduos da Ilha do Príncipe”	50
Quadro 5 - Categorias e subcategorias para a dimensão de análise “A projeção e visibilidade da Cooperativa no futuro”	53
Quadro 6 - Categorias e subcategorias para a dimensão de análise “Outras preocupações ambientais existentes na Ilha (para além das questões resultantes do vidro)”	60

Lista de tabelas

Tabela 1 - Dimensões e estratégia para o desenvolvimento comunitário14

Tabela 2 - Condições necessárias para a mobilização dos atores locais14

Tabela 3 - Resposta sistematizada e direta às questões de investigação 64-65

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - Introdução	1
1.1 - Contextualização do estudo.....	1
1.2 - Finalidades, objetivos e Questões de Investigação	3
CAPÍTULO 2 - O papel da Educação Ambiental no Desenvolvimento Social, Comunitário e no Empoderamento das mulheres	5
2.1 - Da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável	7
2.2 - Desenvolvimento comunitário, uma necessidade local.....	12
2.3 - A dinâmica social e o potencial educativo resultante dos processos de desenvolvimento comunitário.....	15
2.4 - Desenvolvimento local sustentável	17
2.5 - O empoderamento das mulheres	21
CAPÍTULO 3 - Metodologia	25
3.1 - Natureza da Investigação	25
3.2 - Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	27
3.2.1 - Entrevista semiestruturada.....	28
3.2.2 - Entrevista de grupo focal	29
3.2.3 - Observação (direta e indireta)	30
3.3 - Tratamento dos dados	31
3.4 - Caracterização da Cooperativa de Valorização de Resíduos	32
3.5 - Construção das categorias de análise	34
CAPÍTULO 4 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados ..	399
4.1 - Estrutura da análise dos dados	399
4.2 - Síntese dos resultados do estudo	622
4.3 - Resposta sistematizada às questões de investigação	644

CAPÍTULO 5 - Considerações finais	666
5.1 - Implicações do estudo	677
5.2 - Limitações do estudo.....	677
5.3 - Sugestões para futuras investigações	688
5.4 - Conclusões	699
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXOS.....	788

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

A investigação levada a cabo e que aqui se apresenta, procura perceber, na ótica dos atores sociais envolvidos no estudo, quais os contributos de um projeto, onde, através da recolha e reciclagem de garrafas de vidro são produzidas joias artesanais, recorrendo ao trabalho de 11 mulheres da comunidade que constituem a Cooperativa de Resíduos da Ilha do Príncipe. Este projeto inovador procura dar resposta à questão da gestão de resíduos sólidos e, simultaneamente, promover o desenvolvimento local e promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres da comunidade em que se insere.

No presente trabalho, dividido em cinco capítulos, é feita, no primeiro capítulo, a contextualização do estudo, justificando-se o tema da presente investigação e a importância da reciclagem do casco resultante das garrafas de vidro como uma problemática ambiental para a Ilha do Príncipe, enquanto Reserva da Biosfera, declarada pela UNESCO. No segundo capítulo, aborda-se o papel da educação ambiental e a sua importância na transformação permanente das ações e processos de ação, ajudando os povos e as comunidades na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional com a ajuda e colaboração de entidades que contribuam e ajudem na mudança, numa perspectiva de sustentabilidade e rentabilização de recursos. O terceiro capítulo dá conta das opções metodológicas seguidas na organização do presente projeto, clarificando a natureza da investigação, descrevendo as técnicas e os instrumentos que foram utilizados na recolha e tratamento dos dados. O quarto capítulo dá conta da apresentação, análise e discussão dos resultados e o quinto e último capítulo apresenta as considerações finais, com as principais conclusões, as implicações e limitações do estudo e as sugestões para futuras investigações.

1.1 - Contextualização do estudo

Atualmente, as problemáticas sociais e ambientais são múltiplas e complexas, resultam das mais diversas causas e refletem-se em todos os contextos, com implicações para todos os indivíduos. Uma das vias para enfrentar algumas destas problemáticas reside nas respostas encontradas pelas sociedades modernas para lhes fazer face bem como, às desigualdades sociais, procurando alertar para a necessidade dos movimentos sociais e da sociedade civil

encontrarem respostas mais integradas que associem os direitos ambientais aos direitos humanos, à justiça social e à igualdade de oportunidades.

A promoção da literacia, designadamente ambiental, é uma preocupação espelhada nas sociedades modernas, que apontam para uma educação que consiga capacitar uma sociedade, tornando-a mais interventiva face aos desafios ambientais, implicando todos os cidadãos. O impacto das grandes problemáticas ambientais foi alertando e consciencializando as populações dos diversos países, começando assim a perceber-se a necessidade da urgente mudança a nível de comportamentos dos cidadãos, começando a valorizar-se a necessidade da literacia ambiental, entendida como

um processo de aprendizagem permanente, que procura incrementar a formação e o conhecimento público sobre os problemas ambientais, promovendo simultaneamente, o sentido crítico das populações e a sua capacidade para intervir nas decisões que, de uma forma ou de outra, afetam o ambiente e as suas condições de vida. Este processo entende-se, portanto, continuado e compreensivo, permitindo uma interpretação integrada do ambiente que incorpore o próprio lugar dos cidadãos no complexo sociedade - ambiente e as consequências das suas atividades no ecossistema. (Schmidt, Nave e Guerra, 2010, p. 56)

Neste sentido e com este propósito, quisemos perceber quais os contributos da Cooperativa de Valorização dos Resíduos, na perceção dos atores sociais que estiveram envolvidos na sua criação, na minimização dos impactes(os) ambientais causados pelas garrafas de vidro que entram diariamente na Ilha do Príncipe, especialmente as garrafas de cerveja e de vinho e que até à criação da Cooperativa não tinham qualquer espécie de recolha e tratamento, enquanto resíduo. Do ponto de vista político e social, o paradigma do cooperativismo assenta na conceção de que a economia social, conceito que integra as cooperativas, tem um importante contributo social, económico e cultural no mundo de hoje. O seu desenvolvimento passa por programas de formação, capazes de proporcionar um aumento da produtividade e do bem-estar dos seus colaboradores, dentro de princípios e valores que respeitem a especificidade da sua gestão (De Sá, 2010), tendo em vista sociedades mais sustentáveis do ponto de vista da igualdade de oportunidades, dando resposta à diversidade e contribuindo para criar comunidades mais abertas e solidárias.

O relatório da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (2013), mostra quanto o cooperativismo tem contribuído para a igualdade de género e o quanto é importante a criação de cooperativas de mulheres, para que as mesmas tenham a sua renda e o seu trabalho, dando dignidade para aquelas que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade.

O presente estudo recai sobre a Cooperativa de Valorização de Resíduos, situada na Ilha do Príncipe, na comunidade de Porto Real, cujas problemáticas abordadas serão a ambiental e a social marcada pelo desemprego, consumo de álcool e baixa literacia que arrastam consigo contextos de pobreza e baixa auto-estima, bem como as soluções encontradas pela referida comunidade através da criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos, onde se pretende minimizar as duas problemáticas identificadas, privilegiando práticas de educação ambiental, promovendo o empoderamento das mulheres e concomitantemente o desenvolvimento comunitário sustentável.

Face ao exposto, a investigação é enformada pelo estudo de caso, onde a investigadora tem um papel de observadora participante, no que diz respeito a alguma ajuda técnica no processo, encorpado pela investigação, e, ele próprio, contexto para a investigação relativa ao impacte(o) da reciclagem do casco das garrafas de vidro na minimização das problemáticas ambientais causadas pelas mesmas, na Ilha do Príncipe. O estudo é sustentado pelo paradigma do cooperativismo, visando o desenvolvimento comunitário, no sentido de uma melhoria do padrão de vida de grupos economicamente desfavorecidos, ao mesmo tempo que tem como objetivo compreender os processos de desenvolvimento local e empoderamento das mulheres desencadeados pela resposta ao problema ambiental causado pelas garrafas de vidro, problemáticas que irão ser objeto de estudo.

1.2 - Finalidades, objetivos e Questões de Investigação

É pressuposto do presente estudo perceber os contributos do cooperativismo, da formação e da capacitação das mulheres que fazem parte de uma cooperativa de resíduos sólidos, em algumas das problemáticas ambientais existentes na Ilha do Príncipe, a perceção dos atores envolvidos neste processo sobre o desenvolvimento local e o empoderamento destas mulheres. Estes contextos poderão ser desencadeadores de mudança para e nas comunidades, se possível através da participação ativa das mulheres, podendo promover uma melhoria da sua qualidade de vida, facilitando a sua integração e inclusão na sociedade e ajudando-as na construção e desenvolvimento da sua autonomia pessoal e familiar. O presente estudo tem como objetivos:

- compreender as perceções sobre o contributo da EA para o DS na ótica dos diferentes atores sociais;
- comparar as visões dos diferentes intervenientes sobre a importância da cooperativa no desenvolvimento da comunidade de Porto Real;

- avaliar a percepção dos intervenientes sobre a importância da EA para o empoderamento das mulheres;
- avaliar a percepção dos intervenientes sobre os contributos da EA para a qualidade ambiental da Ilha do Príncipe;

tendo por referência os relatos concernentes à realidade existente antes da criação da referida Cooperativa.

Desta forma, formulou-se a questão-problema para se perceber “Em que medida a criação da Cooperativa de Valorização dos Resíduos contribui para a expansão da Educação Ambiental e Desenvolvimento Local na Comunidade de Porto Real, através da reutilização do casco em artesanato”, e formularam-se as seguintes questões:

1. Qual a percepção das senhoras que fazem parte da Cooperativa de Valorização de Resíduos, relativamente à alteração das suas concepções e atitudes face às problemáticas ambientais existentes na Ilha do Príncipe?
2. A Cooperativa de Valorização de Resíduos recicla todas as garrafas que entram na Ilha do Príncipe, depois de vazias?
3. Qual a percepção dos atores sociais envolvidos na criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos relativamente ao seu contributo no Desenvolvimento Comunitário de Porto Real?
4. Qual a percepção dos atores sociais envolvidos na criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos relativamente ao seu contributo no Empoderamento das mulheres que nela trabalham?
5. Qual a percepção dos atores sociais envolvidos na criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos relativamente ao seu contributo para a melhoria do ambiente da Ilha do Príncipe?
6. Qual a percepção dos atores sociais envolvidos na criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos relativamente ao seu contributo na melhoria das questões relacionadas com a saúde na Ilha do Príncipe?

CAPÍTULO 2 - O papel da Educação Ambiental no Desenvolvimento Social, Comunitário e no Empoderamento das mulheres

A preocupação com a Educação Ambiental significa pensar num futuro melhor para o nosso planeta e por consequência para os seus habitantes, mobilizando e colocando em prática uma ação transformadora das nossas consciências e da nossa qualidade de vida. Para tal, é necessária uma constante promoção da educação ambiental, não perdendo de vista a formação de valores, atitudes e aptidões que propiciem e mobilizem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução/minimização dos problemas ambientais.

Uma característica muito peculiar da Educação Ambiental é a sua capacidade de compreender, enquanto elemento integrador, temáticas distintas, aproximando áreas como as ciências humanas, ciências naturais e saúde, unindo profissionais e áreas distintas de conhecimento, cada qual com experiências de vida diferente, mas que contribuem para uma finalidade comum (Dias, *et al*, 2016): rentabilizar recursos e minimizar impactes(os) ambientais causados pelas mais variadas situações. O papel interventivo das populações, dos governos, das fundações, das Organizações Não Governamentais (ONG), é crucial no apoio e incremento desta interdisciplinaridade holística, sendo que a educação ambiental deverá ser conduzida com base no envolvimento de todos, formando “cidadãos conscientes, preocupados com os problemas do ambiente e que tenham os conhecimentos, as competências e as motivações e o sentido de compromisso (...)” (Almeida, 2007, p. 16), capazes de participarem ativamente e de se responsabilizarem na resolução dos problemas concretos que os afetam. A promoção do desenvolvimento da consciência ambiental e cívica passará por ser um desafio para os cidadãos, uma mudança de atitudes e de comportamentos, sendo necessário questionar os valores subjacentes às ações e ligar a Educação Ambiental à vida das populações, numa perspetiva de melhoria e sustentabilidade dos recursos existentes (Martins, 2000). A urgente transformação social que a Educação Ambiental defende, tem como objetivo principal a minimização das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Cabe à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, da sua capacidade de autogestão e o fortalecimento da sua resistência à dominação capitalista da sua vida (trabalho) e dos seus

espaços (ambiente), já que vivemos processos de exclusão, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados (Sorrentino, et al., 2005).

Não nos devemos esquecer que em aproximadamente duzentos anos de industrialização do planeta, a produção de bens materiais e o seu consumo aconteceram a uma velocidade vertiginosa, dando origem a uma considerável degradação do ambiente ao ponto de comprometer a qualidade de vida da população. A imprudência da conduta humana tem provocado consequência indesejáveis, abalando o equilíbrio e a qualidade de vida dos cidadãos, inclusive no que diz respeito ao meio ambiente (Santos & Santin. 2018). Nesse sentido, a crise ecológica que destrói o planeta Terra, põe em risco a sobrevivência da diversidade dos sistemas vivos, incluindo o próprio Homem. A maioria dos problemas ambientais do planeta provém do estilo consumista e cultural adotado pela sociedade em geral, e pelo homem em particular, através da prática do consumo desenfreado e a facilidade com que ele ocorre na atualidade, ao mesmo tempo que gera uma imensidão de resíduos, para os quais não há uma solução sustentável, nem a curto nem a longo prazo (Santos & Santin. 2018). Os malefícios ambientais decorrentes do comportamento humano podem ser considerados como um dos maiores desafios da atualidade, levando o planeta Terra a testemunhar uma nova era geológica: o Antropoceno (Rull, 2017). A parte intrigante surge pelo reconhecimento do ser humano, enquanto agente devastador do meio ambiente, como refere Sen (2010),

Todos nós reconhecemos, hoje em dia, que nosso meio ambiente é atacado com facilidade. Danificamos rotineiramente a camada de ozônio, aquecemos o globo, poluímos o ar e os rios, destruímos as florestas, esvaziamos os recursos minerais, levamos várias espécies à extinção e causamos outros tipos de devastação. (p. 64)

ainda que repitamos diariamente os mesmos erros, completamente alienados ao contributo que diariamente, cada ser humano adiciona à sua pegada ecológica.

Assim, apontamos a necessidade de se promover a Educação Ambiental como primeiro passo a ser dado, quando se deseja mobilizar pessoas para ações relacionadas com a ética e a cidadania ambiental. Para isto, torna-se necessário promover um conhecimento capaz de educar e formar cidadãos conscientes das suas responsabilidades individuais, em relação à preservação e conservação do ambiente global (Cavalcante, s/d). Pretende-se que o papel da EA ao sensibilizar os indivíduos, modifique os valores e atitudes, na busca de novos hábitos e comportamentos para trabalhar com sistemas complexos (Vieira et al, 2018).

A Educação Ambiental configura-se, assim, de forma crescente, num processo intelectual ativo, enquanto aprendizagem social, baseado no diálogo e interação, que passa por um constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que começam na experiência pessoal do indivíduo. Ao interferir no processo de aprendizagem e nas percepções e representações sobre a relação entre indivíduos e ambiente, nas condutas quotidianas que afetam a qualidade de vida, a educação ambiental promove os instrumentos para a construção de uma visão crítica, reforçando práticas que explicitam a necessidade de problematizar e agir em relação aos problemas socioambientais, tendo como horizonte, a partir de uma compreensão dos conflitos, o partilhar de uma ética preocupada com a justiça ambiental. A ótica inovadora refere-se à forma como se apreende o objeto de conhecimento e à dinâmica que se estabelece com os atores sociais que propõem uma nova forma de integração e articulação do conhecimento ambiental. Cada indivíduo deve ser capaz de incorporar uma responsabilidade individual e cidadã nas questões relacionadas com a Educação Ambiental, contribuindo para o exercício de uma cidadania ativa visando alterar de forma positiva, o atual quadro de crise socioambiental. Para tal, o contributo de todos, em geral, e de cada um em particular, o sentido crítico sobre o mundo e sobre os estilos de vida, levando os cidadãos a tomar decisões ambientalmente racionais em detrimento do consumismo desmedido (Jacobi, 2005). A educação ambiental deve ser pensada numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, que não coloque em risco a sobrevivência das gerações vindouras.

2.1 - Da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

Ainda que tenham sido feitas várias tentativas para capacitar os indivíduos numa perspetiva de Educação Ambiental, as problemáticas ambientais continuaram e em algumas situações, agravaram-se de tal forma, que deram lugar a várias reuniões da Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento dando origem ao documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland (CMMAD, 1988), de onde emergiu o conceito de “desenvolvimento ecologicamente equilibrado e sustentável” (Schmidt, Nave, & Guerra, 2010, p. 57). Este documento foi o promotor do termo “desenvolvimento sustentável”, pelo facto de contemplar as problemáticas existentes no mundo, em termos ambientais, facilitando desta forma o seu reconhecimento oficial “e declarando o meio ambiente como um autêntico limite de crescimento” (Franco, 2000, citado em Camargo, 2003, p.68). A problemática da sustentabilidade assumia já no final do século, um papel central na reflexão sobre as dimensões

do desenvolvimento e das alternativas necessárias para garantir a equidade e articular as relações entre o global e o local. O desenvolvimento sustentável almeja o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades (Caride & Meira, 2004; Gómez *et al.*, 2007). Está explícito, desta forma, o direito que todos têm em satisfazer as suas necessidades básicas, sendo elas também uma preocupação para as gerações que ainda estão para vir, sendo necessária a preservação dos recursos naturais, uma vez que são finitos.

Brito (2009) complexifica o conceito de desenvolvimento sustentável quando afirma que este assenta em aspetos, tais como:

- o princípio sistémico da abordagem, com valorização multidimensional, multifactorial e interdisciplinar das componentes económica, social, cultural e ambiental que constituem o desenvolvimento e que fundamentam [qualquer atividade];
- a perspetivação cultural e a equação do longo prazo, no sentido de que a produção dos efeitos positivos duradouros requer o amadurecimento e a integração das mudanças operadas, mas também o entendimento do seu real significado;
- o critério de segurança comunitária, em que o bem-estar das populações presentes é privilegiado sem que se verifique um incremento dos riscos no presente ou no futuro, e principalmente com valorização da continuidade dos processos iniciados.

(p. 17)

Esta perspetiva multidimensional permitiu acrescentar à preocupação ambiental, relativamente à versão inicial, o desafio e o objetivo da Coesão, da Justiça e da Equidade social, mas também “resgatar” o crescimento económico (Amaro, 2010). As atitudes humanas que condicionam, ou não, os recursos do planeta, têm sempre presente os fatores económicos, sociais e culturais que irão influenciar o fator ambiental, sendo que quando existem mudanças em qualquer domínio, estas têm de ser sólidas e compreendidas, para que tenham continuidade no tempo, ainda que este seja sempre imprevisível do ponto de vista das mudanças.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem tido crescente relevância a nível da política internacional, designadamente a nível dos documentos de referência emanados pela UNESCO. Se analisarmos os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, o objetivo 7 - “Assegurar a sustentabilidade ambiental”, no primeiro ponto refere “Integrar os princípios do

desenvolvimento nas políticas e programas nacionais”, vem reforçar o princípio resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, Agenda 21, abordando a mesma questão no cap. 36 ao colocar o enfoque no “desenvolvimento sustentável” ou “o aumento da consciência pública”.

Em 2000 foi aprovada a versão final da Carta da Terra, em reunião celebrada na sede da UNESCO, em Paris, em março de 2000. A Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. O documento espelha uma visão ética e inclusiva, reconhecendo que a proteção ambiental, os direitos humanos, o desenvolvimento humano equitativo e a paz são interdependentes e inseparáveis. Esta declaração traduz um conceito novo e mais amplo sobre o que constitui uma comunidade sustentável e o próprio desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade tem que se confrontar com o capital biológico, sendo que é o estado da vida são e preservado que faz sentido, uma vez que sem ela nenhum propósito é exequível, impondo-se algumas iniciativas de diferente natureza, sem as quais a sustentabilidade não se afirma (Boff, 2015). O autor refere que é necessário “difundir nas escolas, nos meios de comunicação e no ambiente cultural as vantagens do novo paradigma, baseado no processo evolucionário que engloba a todos, também os seres humanos e as sociedades” (p.141). Esta visão amputa uma das características mais salientes da modernidade que assenta na exaltação exacerbada do individualismo e da competição “que são hostis à lógica da natureza e da vida humana, uma vez que ambas são fundadas sobre a cooperação e a interdependência entre todos” (p.73).

Esta nova visão vem reforçar a necessidade de mudança de paradigma no que tange à gestão dos recursos disponíveis para que seja possível a continuidade do ser humano no planeta, sendo para tal necessário (re)distribuir bens, recursos e responsabilidades políticas e sociais dos povos, de forma sustentável, não descurando o desenvolvimento.

Assim, Amaro (2010) propõe uma definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável e, por consequência, de Sustentabilidade, que contemplam as seguintes dimensões:

- **Segurança Económica**, que parece mais adequada às questões que actualmente se colocam, a nível económico, se incluir os temas da Soberania e Segurança Alimentar, da Segurança de Emprego Digno, da Distribuição Equitativa de Rendimentos, do Rendimento (de Cidadania) Básico Incondicional, do Consumo Responsável Suficiente, das Energias Renováveis e dos Orçamentos Responsáveis não fundamentalistas, mais do que o simples crescimento económico;

- **Coesão Social**, no sentido da promoção da Igualdade de Oportunidades e, sobretudo, da Equidade, em todas as perspectivas, incluindo, como enfoque particular, a de Género;
- **Preservação e Valorização Ambiental ou Segurança Ambiental (Sustentabilidade Forte)**, que é mais exigente e ousada do que simples «Protecção e Preservação Ambiental» (Sustentabilidade Fraca);
- **Valorização da Diversidade Cultural**, implicando o respeito pela riqueza dessa diversidade e a promoção do Diálogo Intercultural;
- **Coesão Territorial**, no sentido de explicitar e valorizar os problemas e desafios resultantes da fragmentação e destruição territorial, nas regiões rurais, nas cidades e nas periferias urbanas e nos territórios ribeirinhos, costeiros e insulares, ameaçados pela subida do nível dos mares, provocadas pelas alterações climáticas, tudo em consequência do modelo de Desenvolvimento economicista;
- **Aprendizagem Permanente e Capacidade Crítica**, explicitando a importância da dimensão «Conhecimento» e da sua valorização, enquanto Literacia para a Sustentabilidade, como pilar de interpretação e de construção de um Futuro viável, ou seja, sustentável;
- **Governança Partilhada, Participada, Integrada e Multiterritorial**, sublinhando a importância decisiva da dimensão política da Sustentabilidade e, portanto, das possibilidades da sua aplicação e regulação, como provam («a contrario sensu») os fracassos na concretização das boas intenções, neste domínio, proclamadas no Rio – 1992, em Joanesburgo – 2002, no Rio – 2012 ou, por exemplo, nas cimeiras e conferências sobre as alterações climáticas, por ausência de força política.
- **Nova Ética assumida**, em que os valores da Solidariedade (Ecocêntrica e não meramente Antropocêntrica), da Equidade, da Democracia, da Transparência, da Resiliência Cooperativa e da própria Sustentabilidade, entre outros, são fundamentais, com consequências decisivas nas dinâmicas de Participação, de Parceria e de Integração que o conceito exige.

Esta nova formulação, que se pode designar por **Sustentabilidade Integrada (SI)** ou **Sistémica**, parece muito mais adequada aos desafios da continuidade da Vida e da viabilidade do Futuro no Planeta e nas sociedades contemporâneas, ou seja, para uma **Vida Digna com Futuro**. (pp. 105,106)

Será um desafio para as características que emergem das sociedades atuais no que tange ao desenvolvimento, consubstanciado no consumismo exagerado e na pegada ecológica de cada cidadão, acreditando, a grande maioria, que os recursos do planeta são ilimitados, quando a realidade é contrária. A definição de desenvolvimento sustentável colocada por Sorrentino et al (2005) faz emergir o conceito de desigualdade social ao afirmar que

o desenvolvimento sustentável indica claramente o tratamento dado à natureza como um recurso ou matéria-prima destinado aos objetivos de mercado cujo acesso é priorizado a parcelas da sociedade que detém o controle do capital. Este paradigma mantém o padrão de desenvolvimento que produz desigualdades na distribuição e no acesso a esses recursos, produzindo a pobreza e a falta de identidade cidadã. (s/p)

Existem, assim, várias formas de se definir “desenvolvimento sustentável”. Loureiro (2012) refere que “para alguns, nem conceito propriamente dito é e sim uma “ideia-força”, um conjunto de princípios manifestos em busca de um desenvolvimento qualificado por uma preocupação, qual seja: crescer sem comprometer (...)”, deixando antever que independentemente de ser ou não um conceito, é uma ideia mobilizadora em torno de uma preocupação que é a sobrevivência da espécie humana. Faz parte desta sobrevivência, a garantia da existência biológica, a proteção, o afeto, a criação, a produção, a reprodução biológica, a participação na vida social, a identidade e liberdade. Esta visão, atribui ao conceito “*sustentável*” as necessidades materiais e simbólicas, valorizando da mesma forma a dimensão econômica e cultural (Loureiro, 2012).

Mais recentemente, dia 1 de janeiro de 2016, foram tornados públicos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ONU, 2015), que constituem um importante documento que traduz o reconhecimento de que é necessário agir globalmente para fazer face aos problemas com os quais a humanidade se confronta atualmente. Este documento é a sequência de um anterior, de 2000, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que teve um horizonte temporal que decorreu entre 2000 e 2015, e que definiu oito objetivos a serem alcançados. A Agenda 2030 propõe dezassete objetivos que, pela sua natureza, nos aparecem como interligados e que se focam essencialmente nas questões sociais, na promoção do bem-estar e prosperidade para todo, nas questões ambientais e da sustentabilidade. A preocupação política que estes documentos incorporam, dão visibilidade à inter-relação de direitos e deveres, de garantias e de responsabilidades que envolvem o direito ao desenvolvimento, ao bem-estar e ao futuro. Traduzem “a visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes

mundiais e os povos”, disse o ex-secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. “São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso”, acrescentou. Os 17 ODS respeitam os diferentes ritmos de desenvolvimento que caracterizam as diferentes partes do planeta e devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 12 anos, até 2030. Requerem o envolvimento dos governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e igualdade de oportunidades para todos. Nos países menos desenvolvidos, o desenvolvimento comunitário poderá alavancar oportunidades para criar e implementar soluções que ajudem a resolver alguns dos desafios consubstanciados nos ODS, como é exemplo do número 5 que refere a igualdade de género e empoderamento das mulheres, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades através de reformas políticas e sociais que possam dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos e ainda a erradicação da pobreza e da fome consubstanciado no ODS número 1, almejando-se que de seguida todos os restantes venham a ser alcançados. Neste processo dinâmico entre as questões ambientais, sociais e de cidadania destacamos a relação entre o empoderamento das mulheres, o desenvolvimento local e a gestão de resíduos, designadamente o vidro.

2.2 - Desenvolvimento comunitário, uma necessidade local

O conceito de desenvolvimento não é unânime e tem evoluído ao longo do tempo, com mais ou menos divergências entre os vários autores. O mesmo acontece com o conceito de Desenvolvimento Comunitário, entendido por Holdcroft (1978) como um

processo, método, programa, instituição, e/ou movimento que: i) envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas, ii) promove o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re)solução de problemas comum à comunidade, e iii) estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efectiva, os seus problemas comuns. Unir esforços para resolver, de forma democrática e científica, os problemas comuns da comunidade foi visto como sendo um dos elementos essenciais ao desenvolvimento comunitário. (p. 10)

Em 1998, Melo afirma que o Desenvolvimento Comunitário é “capaz de melhorar o quotidiano” e que “essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar

de forma racional para a construção de um melhor futuro” (Melo, 1998, p. 5). Ainda assim, Gómez, *et al* (2007) consideram-no como complexo, espelhado nas iniciativas de dimensão social, política, cultural e ambiental de um país ou região, implicando obrigatoriamente uma visão comum dos factos.

Para que a situação atrás mencionada se verifique, é essencial que os elementos que fazem parte da comunidade em causa, estejam despertos e abertos para a motivação, capacitação e organização para a mudança (Cámara, 1999, citado por Gómez *et al*, 2007), uma vez que os sujeitos envolvidos terão de querer essa mudança, para que o processo tenha sucesso e se afirme no tempo, contribuindo para o desenvolvimento da sua comunidade/ localidade. Entenda-se por desenvolvimento local, o “desenvolvimento, no qual é atribuída prioridade aos grupos sociais mais desprotegidos e pressupõe-se a sua mobilização em torno de projetos de desenvolvimento determinados “endogenamente” às comunidades locais (...)” (Henriques, 1990, p. 2).

Ao referirmo-nos ao conceito de Desenvolvimento Local é necessário atender a estes elementos, onde a expressão desenvolvimento local deve referir-se ao processo de melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias e/ou grupos que são específicas de determinados lugares ou pequenos territórios.

De acordo com Henriques (1990, p. 23), existem três dimensões a ter em conta ao abordarmos o conceito de desenvolvimento local: i) “(...) existência de um projeto-esperança referenciador da ação individual e coletiva, ii) um processo de defesa e de mobilização de recursos tendo em vista a satisfação das necessidades básicas nas comunidades locais e iii) animação da solidariedade ativa para a reconstrução da vida sociocomunitária”.

O desenvolvimento comunitário local nasce com a necessidade de mudança social que visa aumentar as oportunidades da sociedade, minimizando desigualdades sociais e económicas, almejando a conservação ambiental, a qualidade de vida das populações e a equidade social, comprometendo-se com o futuro solidário entre gerações (Buarque, 1999).

As estratégias de ação para o desenvolvimento comunitário são indissociáveis dos objetivos da política de desenvolvimento regional, bem como da realidade económica e social que lhe está associada. Existem pelo menos cinco dimensões que se interligam, apesar das características e papéis diferentes que desempenham no mesmo processo, e que poderão funcionar como catalisador para o desenvolvimento comunitário, apresentadas na tabela 1.

Dimensões	Estratégias
Qualidade	Competitividade
Valorização	Recursos naturais, culturais e humanos
Formação	Atores locais participantes no processo
Diversificação	Produtos e mercados
Recuperação (atender ao estado de evolução da técnica)	Substituição dos equipamentos degradados, descaracterizados ou desatualizados

Tabela 1 – Dimensões e estratégia para o desenvolvimento comunitário

Fonte: adaptado de Rigueiro, 2014

Estas cinco dimensões permitirão assegurar a continuidade do projeto implementado, se forem postas em prática de uma forma dinâmica e sistemática, atendendo a que nada é estático nem imutável.

O desenvolvimento comunitário coloca a sua tónica nos atores locais, uma vez que é neles que reside a vontade e a motivação para assegurar e afirmar o projeto em causa, sendo a sua mobilização indissociável da articulação com as potencialidades locais, pretendendo-se que dê origem à melhoria da qualidade de vida das populações, proporcionando um trabalho em parceria, ao mesmo tempo competitivo, cujo enfoque será a comunidade.

A tabela 2 sintetiza as condições necessárias para a mobilização dos atores locais, tendo em conta a necessidade do êxito do projeto para a melhoria da qualidade de vida da comunidade em questão.

Condições a considerar para a mobilização dos atores locais		
Condições de mobilização	Autonomia	Descobrir as suas capacidades; Descobrir e gerir laços de dependência; Ter um projeto de vida comum
	Coesão	Aceitar as diferenças e aceitar-se mutuamente; Descobrir pontos de interesse comuns; Ter um projeto comum
Efeitos esperados	Diversificação	Atividades Produtos
	Integração/Sinergia	Atores Atividades Produtos
Níveis de mobilização	Mobilização individual ou de pequenos grupos para iniciativas próprias; Integração das iniciativas entre si	
Critérios de mobilização	Iniciativas – “acordar as energias locais” Integração das iniciativas – “acordar os atores entre si”	

Confiança em si mesmo e nos outros

Tabela 2 – Condições necessárias para a mobilização dos atores locais

Fonte: Rigueiro, 2014, p. 18

É importante referir que é através dos atores locais que se consegue resolver problemas concretos do local ou da região em questão, levando ao crescimento do próprio território e criando condições de vida locais mais dignas. Os atores locais podem ser agentes de desenvolvimento e mudança, por exemplo, os governos locais ou associações de desenvolvimento local podem desempenhar um papel decisivo na implementação de políticas ou ações sustentáveis de desenvolvimento económico, social e ambiental, respetivamente (Rigueiro, 2014). As condições para a mobilização dos atores locais dependem do envolvimento de todos, ou seja, a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com objetivos comuns, procurando diariamente resultados decididos e desejados por todos os intervenientes (Toro, et al, 2004).

2.3 - A dinâmica social e o potencial educativo resultante dos processos de desenvolvimento comunitário

É indiscutível que o desenvolvimento da sociedade depende do desenvolvimento de cada comunidade, do seu papel, das suas escolhas e do seu dinamismo, assumidos para alcançar os objetivos e os caminhos que se propõem trilhar. Este envolvimento das pessoas está associado a dinâmicas sociais que podem convergir em capital social, definido como sendo “o poder das pessoas para fazer, coletivamente, alguma coisa” (Franco, 2004, citado por Kronemberger, 2011, p. 45). Este capital social está associado ao desenvolvimento comunitário através dos projetos que vão sendo criados e desenvolvidos (Kronemberger, 2011), devendo haver uma articulação estreita entre a implementação e desenvolvimento de todos os projetos a nível de comunidade, e o potencial educativo que lhe está associado.

As iniciativas locais criam sinergias positivas, materializadas na forma de cooperação entre pessoas, entre comunidades e entre a sociedade, governos e empresas, podendo contribuir para viabilizar o desenvolvimento comunitário (Kronemberger, 2011), envolvendo toda a comunidade, inclusivamente a educativa.

Ao conceito de desenvolvimento comunitário está subjacente um processo que tem o intuito de melhorar as condições de vida ao nível económico, social e político de uma determinada comunidade/localidade (Gómez et al, 2007). Para tal será necessário capacitar a população para que as suas práticas permitam a sua plena integração na dinâmica e desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas. Ander-Egg, (1980) define desenvolvimento comunitário como

uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida. (p. 69)

O envolvimento e capacitação da população é indissociável de uma nova dinâmica social que imprime um registo de novas experiências e novos projetos, que deverão ser partilhados com as escolas inseridas nas comunidades, estendendo-se gradualmente ao maior número possível de escolas. Esta partilha deverá gerar um sentimento de pertença mutuo, com potencial educativo bidirecional.

A adoção de uma estrutura organizativa flexível e aberta a cooperar com os projetos comunitários, por parte das escolas, será a chave para o sucesso (Gómez et al, 2007). Os mesmos autores advogam que “não só são possíveis, como essenciais, os compromissos de ambas as “partes” para concretizar um projeto comum e reflectir sobre como as escolas podem ensinar e ser ensinadas” (p. 245). Este conceito reforça

a promoção da necessidade da educação numa perspetiva global, da cultura e das potencialidades dos recursos comunitários; e o reconhecimento de todo o seu potencial criativo e da sua capacidade de questionar a comunidade com vista ao desenvolvimento integral do individuo e do sistema comunitário. (p. 246)

A participação das escolas, segundo Olsen (1954, citado por Gómez et al, 2007) seria crucial para: i) melhorar as condições e vida do lugar e da época; ii) converter a comunidade no seu laboratório de estudo; iii) prever a participação de outros agentes nos processos educativos; iv) estimular a coordenação da comunidade e v) aplicar e fomentar o espírito democrático nas relações humanas. As premissas atrás enumeradas deverão ter o envolvimento das escolas e da comunidade tendo como finalidade a melhoria coletiva (Ander-Egg, 1980). Esta ligação entre escola e comunidade constitui-se como uma necessidade para que seja possível o desenvolvimento de experiências de serviço comunitário a partir da escola, e de serviço educativo a partir da comunidade (Gómez et al, 2007). A necessidade de um esforço comum permitirá a criação de condições de cidadania e de bem-estar social proporcionando o desenvolvimento pleno e integral do ser humano (Caride, 2001), permitindo uma individualização do ensino, o respeito pela diversidade e a dinamização das relações da escola com o meio. A simbiose entre os serviços educativos e comunitários poderá proporcionar

propostas de caráter pedagógico, social e político – referindo-se às necessidades urgentes de procurar que a educação esteja mais em consonância com a vida da comunidade, alargando os seus processos educativos ao meio social e contribuir para que a escola seja parte integrante da estrutura de serviços sociais e culturais (Fessas-Emmanouil, 1978). Isto quer dizer que o conceito central do ato educativo deixa de ser a transmissão de conhecimentos, centrando-se no favorecimento da reflexão contínua das condições de vida, na prática concreta, como parte inerente do processo social e como elemento necessário para a promoção de novas atitudes e relações que estruturam a sociedade (Loureiro, 2012).

Cabe aos agentes educativos e comunitários estreitar o relacionamento entre as duas realidades, perspetivando e edificando caminhos convergentes que levem ao desenvolvimento das populações, criando sociedades de transição que poderão vir a dar um enorme contributo para a melhoria da qualidade de vida no planeta e travar a sua degradação total. Para tal é necessário adotar comportamentos de forma a que as comunidades se tornem mais resilientes perante os desafios colocados, não descurando o seu desenvolvimento, mas de forma sustentável.

2.4 - Desenvolvimento local sustentável

O conceito de desenvolvimento é utilizado em diversos contextos, passando por várias transformações ao longo do tempo, entre elas a associação a vários adjetivos tais como: social, humano, sustentável, local, entre outros. O desenvolvimento local tem-se mostrado uma tendência mundial e é tema de discussão em diversos países (Kronemberger, 2011), para se tentar contrariar a indesejável degradação local.

A criação de alternativas e soluções perante novos desafios reside na capacidade de se encontrarem formas eficazes de se evitar o “efeito bola de neve” de degradação local e, dessa forma, facilitar a implementação de projetos de intervenção local (Rigueiro, 2014).

Neste movimento de transformação existem atores sociais significativos que dão sentido às práticas sociais locais, bem como, aos mecanismos de participação social.

A figura 1 espelha os fatores necessários para contrariar as consequências do “efeito bola de neve” de um processo de desenvolvimento local face às consequências de um processo de degradação local.

Deterioração local VS Desenvolvimento local

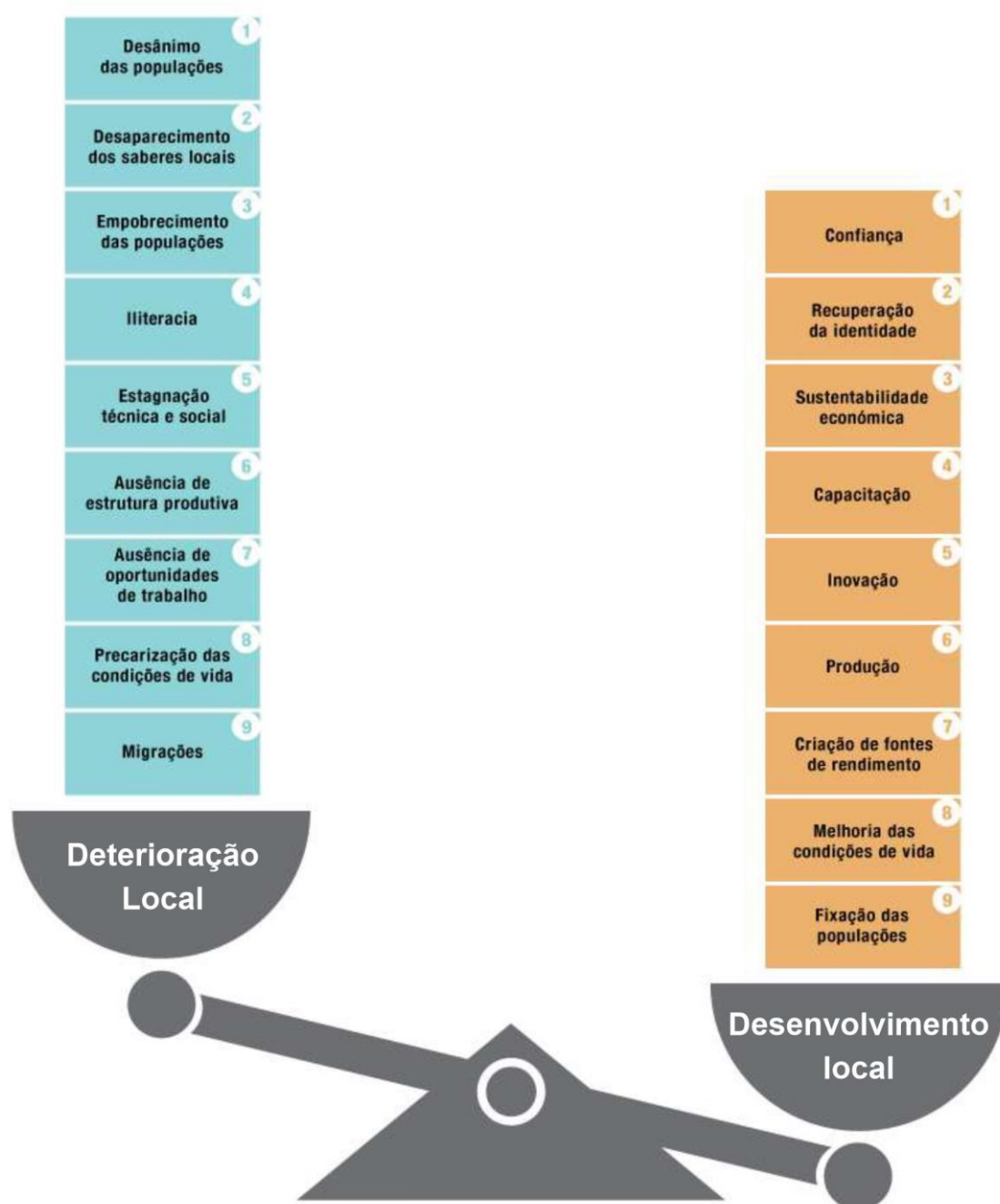


Figura 1 – Deterioração local vs desenvolvimento local

[Fonte: elaboração própria]

O desenvolvimento local é, assim, um complexo processo que envolve a interação de fatores como desenvolvimento humano, criação de fonte de rendimento ou preservação ambiental, necessitando de um grande envolvimento das populações no que concerne à capacitação, para que possam dar o seu contributo em termos de inovação quando a atividade envolve a produção, contribuindo para uma profunda mudança pessoal e social. Desse modo, “O desenvolvimento é o movimento sinérgico que consegue estabelecer uma estabilidade dinâmica em um sistema complexo, no caso, uma coletividade humana. Crescimento é movimento. Mas movimento não pode ser reduzido a crescimento” (Franco, 2005, p. 6).

Para promover o desenvolvimento local sustentável numa comunidade, é imprescindível que ocorra a mobilização do grupo que nela atua, envolvendo os fatores que podem contribuir para a sua evolução, em termos económicos, políticos e sociais. Quando as iniciativas necessárias ao desenvolvimento se aproximam mais do cidadão, começam a estar criadas as condições para que este possa participar e adquirir um poder decisivo com base no conhecimento da sua realidade, havendo maior facilidade para se identificarem os problemas (Kronemberger, 2011). Jara (1998) defende que o desenvolvimento local não reflete apenas os aspetos económicos e produtivos, mas depende essencialmente da estrutura de valores que definem a cultura organizacional, da informação e do empoderamento, enquanto desenvolvimento endógeno, ou seja, baseado no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais para, e de acordo com Kronemberger (2011), “fazer acontecer”. Os projetos de empreendedorismo social e local contribuem grandemente para o desenvolvimento local sustentável, mobilizando o potencial humano das comunidades locais, o potencial económico que se esconde atrás da riqueza dos recursos naturais e da riqueza do potencial humano, com o contributo da participação social e cívica, de uma forma organizada e estruturada. A figura 2 é bastante elucidativa relativamente à interligação dos fatores atrás mencionados.

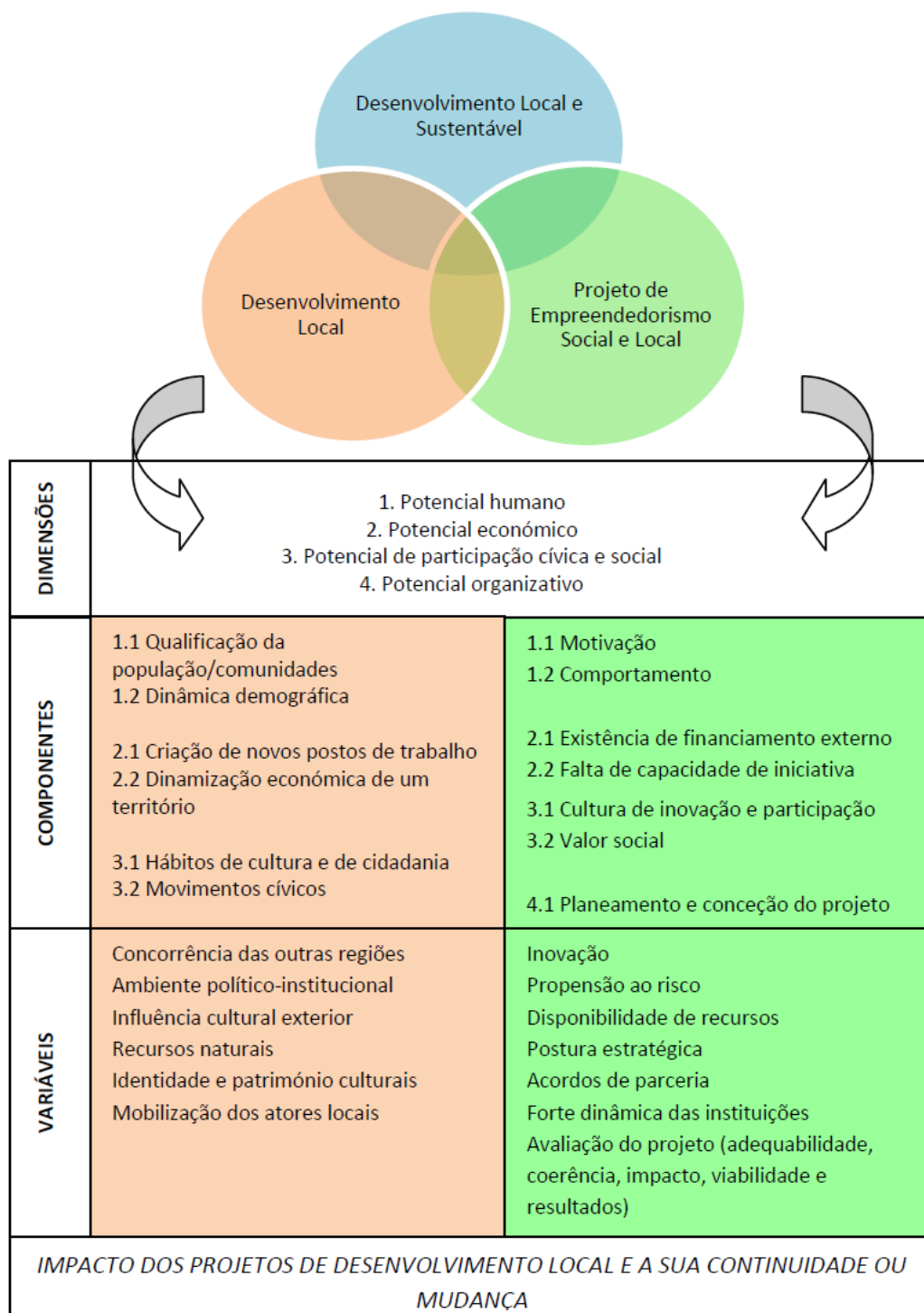


Figura 2 – Contributos do desenvolvimento local e dos projetos de empreendedorismo social e local para o desenvolvimento local sustentável.

[Fonte: Rigueiro, 2014, p. 43]

Percebe-se, de acordo com Rigueiro (2014), que o desenvolvimento local e os projetos de empreendedorismo social e local são indissociáveis de um processo de desenvolvimento local sustentável. A autora defende que os projetos de empreendedorismo social desempenham um papel preponderante na promoção do desenvolvimento local, sendo que a sustentabilidade de uma comunidade pode ser alcançada por meio da promoção de ações empreendedoras de caráter social e de novas estratégias e projetos inovadores.

Sachs (2002) afirma que todo o desenvolvimento tem uma base eminentemente local, embora os processos transcendam este nível, sendo que é no local que se manifesta a presença ou ausência de desenvolvimento. Contudo, o mesmo autor (2002) defende que a soma de projetos locais não constitui uma estratégia nacional, havendo a necessidade de articular estratégias regionais, nacionais e internacionais, a médio e a longo prazo para que as experiências locais possam evoluir a partir da exploração de contributos externos. Isto significa que o intercâmbio e a globalização também são variáveis importantes, enquanto contributo, para evitar a estagnação e a falta de inovação do que pode ser a participação local e comunitária, contribuindo para o empoderamento dos seus habitantes.

2.5 - O empoderamento das mulheres

A mulher tem vindo, gradualmente, a conquistar um papel cada vez mais relevante na sociedade. Quando falamos do papel da mulher, na realidade, estamos a atribuir-lhe vários papéis dos quais não se consegue dissociar: o de mãe, mulher e profissional. Este papel profissional tem vindo a sofrer alterações significativas no mundo do trabalho, e temos hoje mulheres que ocupam determinados cargos que há 50 anos atrás não se vislumbrava tal realidade. Apesar desta evolução, ainda hoje assistimos, em muitos países, por todo o mundo, que as mulheres não podem decidir sobre as suas vidas, “não se constituem enquanto sujeitos” (Costa, 1998, p. 10), ficando subjugadas a quem, em tudo, decide por elas. Em Portugal, “Apesar de mais escolarizadas que os homens, as mulheres ocupam ainda posições hierárquicas inferiores, auferem menos remunerações e beneficiam de condições de trabalho menos favoráveis, quer em termos de vínculo, quer em termos de horário de trabalho” (Pereirinha, et al, 2010, p. 6). Estudos realizados pela ONU, por exemplo, mostram que as nações que promovem os direitos das mulheres têm taxas menores de pobreza, crescimento económico mais rápido, além de constatarem que o aumento da renda da mulher produz um impacto positivo para a família. A igualdade de género não tirará da pobreza apenas as mulheres, mas

também as crianças, as famílias, as comunidades e os países a que pertencem. Sob esse ponto de vista, a igualdade de gênero é crucial para o progresso humano e para o desenvolvimento sustentável, beneficiando mulheres e crianças. Mulheres saudáveis, instruídas e fortalecidas têm filhos saudáveis, educados e confiantes. Comprovadamente, a influência que a mulher exerce sobre as decisões familiares tem impacto positivo sobre a nutrição, os cuidados de saúde e a educação dos seus filhos (Unicef, 2006).

A Plataforma de Ação de Pequim constata a existência da área crítica “as mulheres e a pobreza” definindo, por esse motivo, um conjunto de objetivos que têm como finalidade a eliminação dos obstáculos à participação ativa das mulheres na esfera social, cultural, política e mercado de trabalho, com vista ao *empowerment* e ao pleno exercício da cidadania por parte das mesmas (Pereirinha, et al, 2010). A partir deste conceito, a autora estabelece um conjunto de dimensões, figura 3, em relação às quais as mulheres se poderão encontrar privadas, contribuindo assim para a sua exclusão social e familiar, já que, e segundo a mesma autora, em famílias socialmente desfavorecidas as mulheres tendem a ser penalizadas pelas assimetrias de poder na relação conjugal, que em muitos casos se poderão traduzir em violência doméstica.



Figura 3 - Dimensões de bem-estar

[Fonte: adaptado de Pereirinha, et al, 2010]

As dimensões elencadas por Pereirinha ficam aquém de ser usufruídas por todas as mulheres, já que no mundo, mais de metade da humanidade, homens e mulheres, vivem no sofrimento de

se ser pobre, de se estar mal alimentado, doente, de se ser iletrado e explorado, mas é o sofrimento de se ter nascido mulher que agrava todos os outros (Ockrent, 2007) por ser ainda uma miragem a existência da igualdade de género em todas as sociedades. É à mulher que estão associados os papéis relativos aos encargos com os filhos, às famílias, às lides domésticas, à função de cuidar quando algum familiar adocece ou precisa de cuidados. Esta realidade leva muitas vezes a que a mulher abdique do seu bem estar em função da família, abdique da última fatia de pão para dar aos filhos, abdique de estudar para possibilitar aos filhos o que os seus pais não lhes conseguiram proporcionar.

A desigualdade de género percorre muitas das dimensões da vida e fundamenta-se num conjunto organizado de ideias socialmente construídas que atribuem diferentes características a homens e mulheres em função do sexo. Neste processo salienta-se que, a partir das diferenças biológicas, se construiu culturalmente uma narrativa que legitima a hierarquização destas diferenças (Lucas & Hoff, 2008), assim a leitura do valor simbólico das características tidas como masculinas é maior do que o das características consideradas femininas. Nestes processos complexos estruturam-se formas de interpretar e valorizar diferencialmente homens e mulheres. Os processos de socialização (informais e também formais) transportam consigo esta visão de geração em geração, mantendo assimetrias e desigualdades muitas vezes mitigadas pela sensação de que os tempos passados eram ainda piores e que face a eles muitas conquistas têm sido feitas. A este respeito é importante assinalar o avanço evidente que tem sido feito no que aos direitos das mulheres diz respeito, contudo é importante realçar que a situação das mulheres não é igual em todas as áreas geográficas, em todas as classes sociais, ou em todas as faixas etárias. Este aspeto é particularmente relevante quando o objetivo do nosso trabalho é analisar a situação de mulheres de um país em desenvolvimento, numa comunidade caracterizada por precariedade económica e pela falta de oportunidades de trabalho. Neste processo queremos chamar a atenção para a necessidade de perspetivar a relação entre a globalização e os estudos sobre as mulheres e, a este propósito, salientamos a complexidade das consequências da globalização. Silva (2008) afirma que “a globalização é um processo em marcha com múltiplos contornos e conexões estreitas entre economia, política e cultura” (p. 121) e, neste sentido, as mulheres experienciam, nas suas vidas, diferentes condições resultantes do processo de globalização da economia e da cultura característicos e próprios dos contextos em que se movimentam. Em determinadas sociedades africanas ou afrodescendentes as mulheres assumem o papel de chefe de família e a família monoparental feminina é o modelo que se assume como mais frequente (Novellino, 2004; Cordovil, 2016). Se, por um lado, as mulheres estão mais sujeitas ao desemprego, à precariedade do trabalho, decorrentes das transformações

associadas às deslocções dos sectores produtivos, e por todos estes fatores estão mais expostas à pobreza e exclusão social, por outro lado, devido ao desenvolvimento dos canais de comunicação inerente à globalização, muitas mulheres têm agora acesso ao conhecimento de outras formas de viver e de perceber os seus direitos o que tem contribuído para a afirmação dos direitos das mulheres (Bergano, 2012).

Assim, como resultado desta diversidade de conceções de globalização acabaram, segundo Olesen (2005), por surgir investigações que refletem pontos de vista divergentes em relação a dois aspetos críticos: (a) a interação do domínio do Estado e da economia na vida das mulheres e na sanção do seu potencial de resistência, (b) a produção de novas oportunidades e/ou da continuação de velhas representações.

Na tentativa de abordar estas questões, mais uma vez, e de acordo com Olesen (2005), se faz apelo à utilização de múltiplos métodos de investigação como por exemplo a etnografia, as entrevistas e a análise documental. Podemos ainda referir outras questões levantadas pela investigação feminista da globalização, como a eficácia do pensamento pós-moderno, o risco de reprodução de conceitos eurocêtricos de feminismo e, também, as tensões teóricas entre as particularidades do local e as políticas económicas do trabalho. Uma vez que o efeito económico e social da globalização não é igual em todos os contextos, já que nem todas as sociedades estão expostas à diminuição dos postos de trabalho por processos de deslocalização das multinacionais, ou pelos avanços tecnológicos que permitem produzir mais com recurso a menos trabalhadores. Em muitos países as condições de trabalho não se deterioraram porque na verdade nunca foram boas, ou as empresas não se deslocalizaram porque simplesmente nunca estiveram lá. Face a esta perspetiva importa manter uma vigilância interpretativa que a partir do levantamento de questões de investigação contextualizadas sobre a vida das mulheres (Bergano & Vieira, 2016), permita perceber os ganhos que tiveram e as mudanças que ocorreram nas suas vidas, tentando prevenir uma visão eurocêntrica da interpretação dos problemas e na identificação dos obstáculos e também das soluções.

A cooperativa de valorização de resíduos da comunidade de Porto Real pode funcionar como um catalisador de mudança, tornando-se um legítimo instrumento de empoderamento social, dando voz às mulheres envolvidas, permitindo que participem ativamente neste processo de emancipação, possibilitando uma interação que permita a compreensão de todas as mulheres implicadas, minimizando as problemáticas que assolam a comunidade.

CAPITULO 3 - Metodologia

Neste capítulo, procuraremos descrever e justificar as opções metodológicas seguidas na organização do presente estudo, clarificando a natureza da investigação, descrevendo as técnicas e os instrumentos utilizados na recolha e tratamento dos dados.

3.1 - Natureza da Investigação

Em função do tipo de pesquisa, foram escolhidas as ferramentas consideradas mais adequadas para o trabalho, isto é, as metodologias que melhor serviam a natureza da investigação (Coutinho, 2018). A informação apresentada no capítulo da metodologia descreve e analisa os métodos, fazendo considerações teóricas em torno do seu potencial para a produção de conhecimento científico.

A natureza do problema abordado no presente projeto, já anteriormente referido e que voltamos a recordar, “Em que medida a criação da Cooperativa de Valorização dos Resíduos contribui para a expansão da Educação Ambiental e Desenvolvimento Local na Comunidade de Porto Real, através da reutilização do casco em artesanato” e dos objetivos de investigação estabelecidos, i) compreender as perceções sobre o contributo da EA para o DS na ótica dos diferentes atores sociais; ii) comparar as visões dos diferentes intervenientes sobre a importância da cooperativa no desenvolvimento da comunidade de Porto Real; iii) avaliar a perceção dos intervenientes sobre a importância da EA para o empoderamento das mulheres; iv) avaliar a perceção dos intervenientes sobre os contributos da EA para a qualidade ambiental da Ilha do Príncipe e v) avaliar a perceção dos intervenientes sobre o contributo da EA na melhoria das condições de saúde da Ilha do Príncipe, determinaram o tipo de pesquisa realizada: estudo de caso. É uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo, dentro de um contexto da vida real, ou seja, o estudo do impacte(o) da criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos para minimizar a problemática ambiental da Ilha do Príncipe causada pelas garrafas de vidro que entram na Ilha e que até ao momento da criação da referida Cooperativa, estas garrafas não tinham qualquer destino, para além de ficarem espalhadas por toda a área insular.

Dada a natureza dos dados e da compreensão em profundidade e extensão que deles se requer, o estudo insere-se num paradigma qualitativo. O paradigma qualitativo permite a valorização da essência do ser humano e do dinamismo que as intenções sociais comportam. Valoriza a diferença, a particularidade, a riqueza da subjetividade humana, a multiplicidade das intenções e a interioridade do pensamento, permitindo a compreensão dos sujeitos e a riqueza da sua pluralidade e diversidade (Máximo-Esteves, 2008), possibilitando ainda a obtenção de dados que relatam experiências pessoais vivenciadas pelos sujeitos nos seus contextos reais (Edmonds & Kennedy, 2017).

O paradigma interpretativo caracteriza-se pela preocupação com o indivíduo e radica no esforço para entender o mundo subjetivo da experiência humana (Bogdan & Biklen, 2010), como é nossa intenção no estudo da comunidade de Porto Real e das famílias que trabalham na Cooperativa de Valorização de Resíduos. Para tal, a proposta metodológica deste trabalho fundamenta-se numa perspetiva interpretativa que se propõe atravessar o mundo pessoal dos sujeitos, ou seja, como interpretam as situações, o que significam para eles e que intenções têm (Guijarro & Velázquez, 2008).

Quando a investigação qualitativa assenta em análises indutivas e holísticas resultantes do estudo de fenómenos decorrentes de um sujeito, um grupo ou uma comunidade, ao mesmo tempo que o contexto onde decorrem tais fenómenos lhes fornece a descrição e compreensão desse mesmo contexto, estamos perante um estudo de caso, dentro do paradigma qualitativo (Sousa e Baptista, 2011). Yin (1989) defende o estudo de caso como sendo “una descripción y análisis detallados de unidades sociales únicas” (citado em Guijarro & Velázquez, 2008, p. 181). Nesta perspetiva, o presente estudo, procura fazer uma comparação (através da análise das perceções dos atores sociais envolvidos neste processo) entre a realidade existente na Ilha do Príncipe, antes e depois da criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos, relativa às questões ambientais, desenvolvimento comunitário e empoderamento das mulheres que constituem a referida cooperativa. Para o efeito foram entrevistados os atores sociais envolvidos, sendo o critério utilizado para a sua codificação, a ordem pela qual os sujeitos foram sendo entrevistados, atribuindo-se a sigla de PE (participante estudo) e o número de ordem (PE1 – primeiro participante do estudo entrevistado, PE2 – segundo participante do estudo entrevistado) e assim sucessivamente. A entrevista ao Focus Grup tem a sigla FG de 1 a 5 por serem cinco mulheres que o constituíram, sendo que as restantes ou tinham falta de registos de oralidade ao longo da gravação ou não compareceram. As citações das transcrições das entrevistas são referenciadas pelas siglas aqui apresentadas.

Para um melhor entendimento, resumem-se, de seguida, no quadro 1, os códigos utilizados e as respetivas correspondências.

Quadro 1 – Dimensões, categorias de análise e unidades de registo

Participantes	Técnica de recolha de dados	n.º	Código
Responsável pela cooperativa	Entrevista individual	1	PE1
“Primeira” responsável pelo projeto	Entrevista individual	1	PE2
Responsável político	Entrevista individual	1	PE3
“Executante” do projeto	Entrevista individual	1	PE4
Restantes trabalhadoras da cooperativa	Focus grup (grupo focal)	5	FG1a FG5

[Fonte: elaboração própria]

Foram considerados os participantes elencados com o intuito de: (1) representar os diversos atores sociais envolvidos; (2) compreender os diferentes níveis de decisão, (3) perceber as dinâmicas de poder entre os atores envolvidos, (4) perceber o contributo direto de cada um dos participantes na cooperativa.

Todos os participantes concordaram em participar na investigação depois de explicitados os seus objetivos, o âmbito em que seriam divulgados os resultados assim como a forma como são identificados (de forma a manter o anonimato possível).

Os dados recolhidos através das entrevistas (individuais e em grupo focal) foram transcritos para se proceder a uma análise de conteúdo, seguiu-se um processo de categorização, que deu origem à definição de categorias e subcategorias que se materializaram na lógica de organização das respetivas unidades de registo, oriundas dos discursos dos participantes, no sentido de permitir a sua análise sistemática.

3.2 - Técnicas e instrumentos de recolha de dados

A diversidade dos instrumentos utilizados na recolha de dados é fundamental para que seja possível compreender fenómenos sociais com a maior fiabilidade possível e, por isso, devemos variar as técnicas, instrumentos e fontes que nos permitam essa mesma recolha, olhando igualmente à necessidade de se assegurar a validade interna e externa do estudo. Optou-se pela utilização de técnicas distintas para reduzir o risco das limitações que eventualmente cada uma delas possa apresentar, uma vez que “en su defecto, se debe idear alguna forma de constaste de los datos obtenidos” (Guijarro & Velázquez, 2008, p. 109). Esta triangulação dos dados significa a combinação de métodos diferentes no sentido de melhorar o alcance, a profundidade e a consistência dos dados obtidos, aumentando desta forma a sua validade e fiabilidade (Flick, 2004). No presente estudo, as técnicas de recolha de dados utilizados foram a aplicação da entrevista semiestruturada pelo facto de não existir uma imposição rígida de questões. Esta técnica permite ao entrevistado salientar o que para ele for mais relevante, com a ordem e as

palavras com que mais se identificar (Amado & Cardoso, 2014) uma vez que o nível de escolaridade de uma grande parte dos entrevistados é baixo. Utilizou-se também a observação direta para facilitar a ação da investigadora no envolvimento e conhecimento reais do contexto e problemática em estudo, e, por fim, a aplicação da entrevista de grupo focal colocando a tônica na vida quotidiana das pessoas que trabalham na Cooperativa de Valorização de Resíduos, com o intuito de produzir o *corpus* expresso na própria linguagem dos respondentes e do seu contexto.

3.2.1 - Entrevista semiestruturada

Foram elaborados quatro guiões para a entrevista semiestruturada (anexo 1), validados por quatro professores ligados à Educação Ambiental e dois especialistas com experiência em projetos de cooperação internacional no âmbito do desenvolvimento comunitário e promoção da igualdade de género. As entrevistas foram realizadas a nove participantes com diversos papéis sociais, enquanto atores sociais envolvidos no processo. Nesta investigação, o objetivo da entrevista foi perceber o tipo de encaminhamento que era dado ao vidro, enquanto resíduo, antes da criação da Cooperativa, o encaminhamento que se dá no presente e o que se perspetiva para a cooperativa, no futuro para a resolução de um problema ambiental. A entrevista a cada um dos participantes teve também o objetivo de se compreender o contributo da referida Cooperativa para a promoção da literacia ambiental e sobretudo para o empoderamento das mulheres, o desenvolvimento comunitário da comunidade de Porto Real onde a Cooperativa está sediada e o desenvolvimento sustentável da Ilha do Príncipe enquanto Reserva da Biosfera.

As questões foram formuladas de modo a permitir ao entrevistado verbalizar as suas opiniões, pensamentos e reflexões (Rosa & Arnoldi, 2006) sobre as questões ambientais, o cooperativismo e o empoderamento das mulheres, já que a entrevista permite “dar voz” aos participantes na investigação, compreender os fenómenos a partir dos seus pontos de vista, mas respeitando os seus quadros de referência. Do ponto de vista do conhecimento produzido, permite fundamentá-lo na experiência dos atores sociais dando visibilidade a questões e vivências desconhecidas do investigador, permite partilhar significados e leituras sobre a realidade que se aproximam da vivência quotidiana da comunidade estudada.

Na elaboração do guião da entrevista, teve-se em consideração os conhecimentos que já se possuíam, resultantes da pesquisa documental que foi efetuada, relativos à construção de guiões desta natureza. Também se teve em linha de conta o preconizado por Erlandson *et al.* (1993, *in* Rosa & Arnoldi, 2006) ao afirmarem que são importantes “as entrevistas semiestruturadas, que são guiadas por um conjunto de perguntas e questões básicas que devem ser exploradas, mas sem uma redação exata e a ordem das perguntas pré-determinada” (p. 26). Fez-se um esforço

no sentido de a entrevista ser aplicada num tom natural de uma conversação, já que este procedimento é mais viável para o desenvolvimento da entrevista qualitativa do que um diálogo de pergunta-resposta propriamente dito (Valles, 2000 *in* Rosa & Arnoldi, 2008). Pela sua proficuidade, este tipo de entrevistas semiestruturadas suscita interesse e é bastante utilizada, por estarem associadas à forma aberta como a entrevista é construída e guiada. Por isso, a probabilidade dos entrevistados se desinibirem e serem sinceros na apresentação dos seus pontos de vista seria maior do que numa entrevista estandardizada ou num questionário (Caillaud & Flick, 2017).

A opção por este formato semiestruturado apresenta vantagens, uma vez que: i) é flexível, porque permite esclarecimentos e correções, uma vez que possibilita a adaptação do modo de recolha da informação às características do tipo de perguntas, ao tempo de espera de cada resposta e às características dos entrevistados (Máximo-Esteves, 2008; Vilelas, 2009) e ii) o entrevistador está concentrado apenas no assunto a expor não precisando de executar qualquer tarefa, como, por exemplo, escrever (Vieira, 2003), se a esta técnica estiver associada a gravação dos dados, como foi o caso. Procedeu-se à audiogravação das entrevistas, com a devida autorização dos participantes, para poder revisitar a ação as vezes necessárias, para obter os dados essenciais de forma fidedigna, minimizando interpretações dúbias que possam surgir na análise e avaliação dos resultados.

Conclui-se, portanto, que este tipo de entrevista, pela sua flexibilidade é um instrumento adequado para recolher dados em estudos qualitativos exploratórios, como acontece, em particular face aos propósitos da entrevista, nesta investigação (Vilelas, 2009).

Para complementar a observação participante e poder revisitar a ação as vezes necessárias, para obter os dados necessários de forma fidedigna, minimizando interpretações dúbias que pudessem surgir na análise e avaliação dos resultados, realizou-se a audiogravação das entrevistas, com a devida autorização dos participantes.

Aos participantes foi garantido o anonimato e a utilização da informação recolhida será apenas feita para fins investigativos deste estudo. Deste modo, pretendeu-se uma maior autenticidade das pessoas envolvidas nas suas intervenções, minimizando efeitos inibitórios que possam enviesar as conclusões do estudo devido a receios que os entrevistados possam ter.

3.2.2 - Entrevista de grupo focal

Foi ainda utilizada a entrevista de grupo focal uma vez que “em certos casos, as entrevistas de grupo podem revelar-se interessantes, quer por razões de ganho de tempo, quer porque os efeitos procurados se situam mais ao nível das interações entre diferentes pessoas do que nos

factos precisos” (De Ketele & Roegiers, 1999, p.21). Contudo, os participantes do grupo focal devem constituir um grupo na situação real (no contexto social em análise), querendo isto dizer que devem ser utilizados “grupos formados pelas mesmas pessoas da investigação” (Niessen, 1977, cit. in Flick, 2005, p. 118) que é a realidade do presente estudo. Para Caillaud e Flick (2017), esta técnica é denominada como “debate de grupo” defendendo que para além da economia de tempo, os debates de grupo “lançam luz sobre a dinâmica do grupo e sobre o debate entre os participantes” (p. 116), sendo a estimulação do debate e a dinâmica que nele se gera, essenciais para a construção do conhecimento (Blumer, 1969, cit. in Flick, 2005) e refere ainda que “um pequeno grupo de indivíduos que se juntam num grupo de discussão ou de conjugação de esforços, é muito mais valioso que uma amostra representativa” (p. 116), porque o grupo focal do nosso trabalho foi constituído por 5 senhoras que trabalham na Cooperativa e a investigadora.

Neste tipo de debate, a investigadora assumiu o papel de moderadora, guiando as questões temáticas ao preceder à “introdução de novas questões e a orientação do debate, no sentido do aprofundamento e exploração de temas e pontos concretos” (Flick, 2005, p. 119), procurando que no diálogo fosse utilizada uma linguagem acessível uma vez que o nível académico das participantes é baixo.

A entrevista de grupo focal, audiogravada, foi realizada na Cooperativa de Resíduos, em fevereiro de 2018, num espaço acolhedor inserido no contexto laboral das mulheres, para que se sentissem confortáveis, onde as perguntas foram sendo colocadas informalmente, num registo amigável e com boa disposição, para que as respostas pudessem fluir sem constrangimentos.

Apesar dos cuidados existentes em termos de linguagem aquando da colocação das questões, tivemos algumas dificuldades na recolha e transcrição dos dados uma vez que as questões linguísticas, como por exemplo as marcas de oralidade no texto, que são notórias e frequentes, decorrentes das diferenças sentidas no português não europeu e da baixa escolaridade das mulheres trabalhadoras, levantou algumas questões de compreensão das perguntas e elaboração das respostas.

3.2.3 - Observação (direta e indireta)

A natureza do estudo requereu a presença da investigadora para a recolha de evidências, através da observação participante, levando-a a perceber a realidade do ponto de vista de alguém de “dentro” do estudo de caso, e não de um ponto de vista externo (Yin, 2005). A investigadora envolveu-se no registo das suas observações através de notas de campo, sendo um instrumento

onde foi registando as notas retiradas das suas observações no campo, em ambiente natural, relativas a todas as atividades que decorreram, durante o processo de reciclagem do vidro, completadas com registos *a posteriori*.

3.3 - Tratamento dos dados

Considerando a problemática e os objetivos anteriormente definidos, bem como as questões da investigação, uma vez que a mesma teve suporte no paradigma qualitativo, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo do tipo categorial (Bardin, 2015) para toda a informação que foi recolhida através das entrevistas, individuais e em grupo, depois de transcritas e devidamente codificadas. O sistema de categorias foi sustentado pelas unidades de registo provenientes da análise de conteúdo. Neste processo entendemos as categorias como rúbricas em função das quais o conteúdo é categorizado/codificado (Vilelas, 2009).

A análise de conteúdo é uma técnica que consiste em avaliar, de forma sistemática, um corpo de texto, de modo a desvendar a ocorrência de palavras ou frases que possibilitem uma comparação posterior (Coutinho, 2013). A investigadora procurou regularidades, fazendo inferências sobre essas regularidades e, conseqüentemente, dando origem às unidades de registo/análise (Pardal & Lopes, 2011). As unidades de registo consideradas caracterizam-se por serem as mais pequenas porções de discurso que faziam sentido para o objetivo do estudo (Bardin, 2015).

A análise de conteúdo pode ser compreendida como uma técnica que inclui um conjunto de procedimentos interpretativos de produtos comunicativos (Chizzotti, 2006). O sistema de categorias foi sustentado pelas unidades de registo provenientes da análise de conteúdo efetuada ao texto que se obteve. As categorias são rúbricas em função das quais o conteúdo é categorizado/codificado (Vilelas, 2009).

De acordo com Bardin (2015), a análise de conteúdo e a interatividade entre os vários instrumentos utilizados possibilitam a explicitação e a sistematização do conteúdo descrito, o que permite passar da descrição à interpretação até que esta ganhe significado. A mesma autora lembra que é através da inferência que surge a passagem da descrição para a interpretação, atribuindo sentido às características do texto que será recolhido, enumerado e organizado.

Depois de revisitado o marco teórico e de uma leitura atenta do *corpus*, que nos permitiu uma visão global da informação recolhida, foram organizadas cinco dimensões de análise: (1) a educação ambiental e a sustentabilidade na Ilha do Príncipe enquanto Reserva da Biosfera; (2) o desenvolvimento comunitário na Comunidade de Porto Real; (3) o potencial educativo da

Cooperativa de Valorização dos Resíduos da Ilha do Príncipe; (4) a projeção e viabilidade da cooperativa no futuro e (5) outras preocupações ambientais existentes na ilha (para além das questões resultantes do vidro). O ponto 3.5 descreve, com detalhe, a construção das categorias de análise a partir da organização dos cinco domínios atrás mencionados.

Contudo, é igualmente defendido por autores como Latorre (2003), que através de um processo dedutivo, podem emergir novas categorias e outras serem alvo de reformulação, à medida que a informação vai sendo depurada. Desta forma, poderão surgir categorias novas, categorias que se vão consolidando, modificando ou até desaparecendo num processo de depuração ou redefinição.

Para o presente estudo, a construção do sistema de categorias foi misto, quer isto dizer que se baseou num processo indutivo, sendo estas categorias pensadas inicialmente e por isso construídas *a priori* mas admitindo também um processo dedutivo (Bardin, 2015; Vilelas, 2009), que permitiu que surgissem outras categorias no decorrer do processo de análise de dados o que consubstancia, o que alguns autores designam como categorias definidas *a posteriori*. No ponto 3.5. apresenta-se, na figura 1, a árvore categorial construída *a priori*, e na figura 2 a árvore das categorias que foram emergindo *a posteriori*.

3.4 - Caraterização da Cooperativa de Valorização de Resíduos

A Cooperativa de Valorização de Resíduos, objeto de estudo do presente trabalho, foi criada no dia 13 de dezembro de 2016 e situa-se na Região Autónoma do Príncipe, mais especificamente na comunidade de Porto Real. A ilha do Príncipe situa-se a nordeste da Ilha de São Tomé a cerca de 140 km de distância, no Golfo da Guiné. São Tomé e Príncipe são ilhas vulcânicas formadas no centro do equador, sendo estas duas ilhas as principais que constituem o arquipélago, ainda que existam várias ilhotas ao seu redor, entre elas o Ilhéu das Rolas que também é habitado. Os habitantes, são num total aproximado de 160 mil, tendo a Ilha do Príncipe cerca de 9 000 onde 4 000, valor aproximado, são crianças. A figura 4 ilustra a localização geográfica de São Tomé e Príncipe, e a figura 5 retrata o mapa da Ilha do Príncipe (Fonte: https://images.search.yahoo.com/search/images?p=localização+geográfica+da+ilha+do+principe&fr=mcafee_uninternational&imgurl=http%3A%2F%2F).

convertendo resíduos em recursos e peças únicas, produzidas na Ilha, disponíveis para os visitantes da região. É sobre esta atividade da reciclagem do vidro que o estudo recai, deixando a parte da compostagem para um estudo próximo.

Um dos objetivos da Cooperativa é desenvolver e consolidar o processo de produção e comercialização das joias de vidro reciclado, de forma a garantir o rendimento e sustentabilidade da cooperativa, proporcionando a melhoria da renda das suas associadas, bem como a promoção e comercialização de produtos originais da Ilha do Príncipe e em outros países, com qualidade e certificação da Reserva Mundial da UNESCO (dados constantes da cópia do registo da escritura da Cooperativa de Valorização de Resíduos).

São Tomé e Príncipe é um Estado insular considerado frágil, com uma economia das mais pequenas de África e o seu PIB representa apenas 0,012% do PIB do continente africano o que o colocava em 49.º lugar numa lista de 50 países, em 2013. Os estudos e indicadores referem que quase metade da população vive no limiar da pobreza, atingindo particularmente os agregados familiares dirigidos por mulheres. Nesta data, o desenvolvimento humano das mulheres “está 10,2 pontos percentuais abaixo da sua contraparte dos homens como também a redução do fosso está a ser conseguida a uma modesta taxa de 0,2% ao ano, ou seja, 12,8 vezes inferior ao que seria necessário para se conseguir a plena igualdade em 2025 (PNUD, 2014, p. 12). Em 2016, a economia de São Tomé e Príncipe cresceu 5%, impulsionada pelo investimento agrícola e pelo turismo. Estima-se que o crescimento se tivesse verificado em 2017 e 2018 a um ritmo de 5.5%, em média. O país melhorou o Índice de Governança Africana, passando para o 11º lugar em 2016, em comparação com o 13.º em 2015, o que reflete os esforços para melhorar a situação económica e financeira do país. A economia depende de inputs e tecnologia do exterior e tem um ecossistema industrial muito limitado, e o governo não possui uma estratégia de industrialização (OCDE, 2017). De acordo com os dados do último censo, em 2012, o desemprego situava-se em 13,6%, continuando a afetar largamente os jovens e as mulheres de modo desproporcional. O problema do desemprego reafirma a necessidade do lançamento de novas iniciativas para estimular o empreendedorismo. A criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos é um projeto empreendedor e poderá ter um papel de relevo na melhoria de vida das mulheres que nela trabalham, bem como das suas famílias.

3.5 - Construção das categorias de análise

A construção das categorias de análise iniciou-se com a transcrição das entrevistas semi estruturadas e da entrevista do grupo focal, seguida de várias leituras para que se pudesse organizar a informação bem como ter uma visão geral do *corpus*. Depois revisitou-se o marco

teórico, o que permitiu fazer uma organização da informação em cinco dimensões de análise, como referido no ponto 3.3., a saber: (1) a educação ambiental e a sustentabilidade na Ilha do Príncipe enquanto Reserva da Biosfera; (2) o desenvolvimento comunitário na Comunidade de Porto Real; (3) o potencial educativo da Cooperativa de Valorização dos Resíduos da Ilha do Príncipe; (4) a projeção e viabilidade da cooperativa no futuro e (5) outras preocupações ambientais existentes na ilha (para além das questões resultantes do vidro). Depois de definidos os domínios, foi necessário voltar a analisar a informação transcrita para que fosse possível a construção definitiva das categorias. Para melhor se compreender conceptualmente o processo utilizado, optou-se por se organizar um esquema para cada um dos domínios, respetivas categorias e subcategorias, ao qual chamamos árvore categorial, encontrando-se esquematizada nas figuras 6,7, 8, 9 e 10.

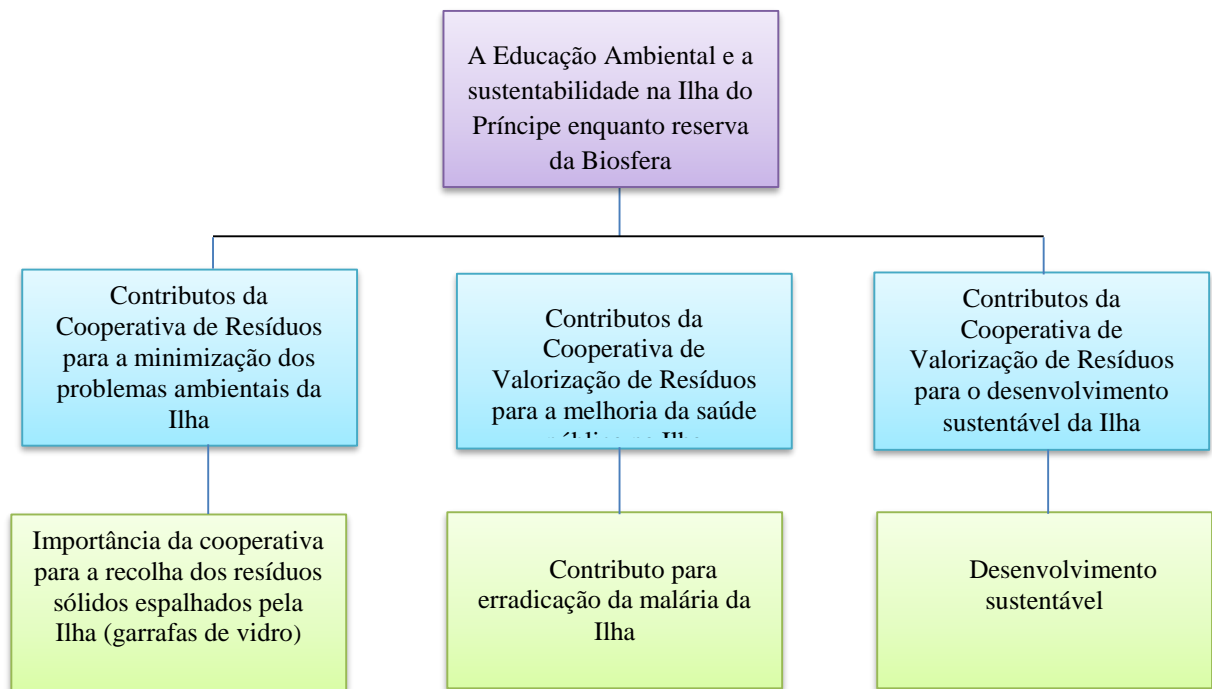


Figura 6 – Árvore categorial para a dimensão de análise “A Educação Ambiental e a sustentabilidade na Ilha do Príncipe enquanto reserva da Biosfera”

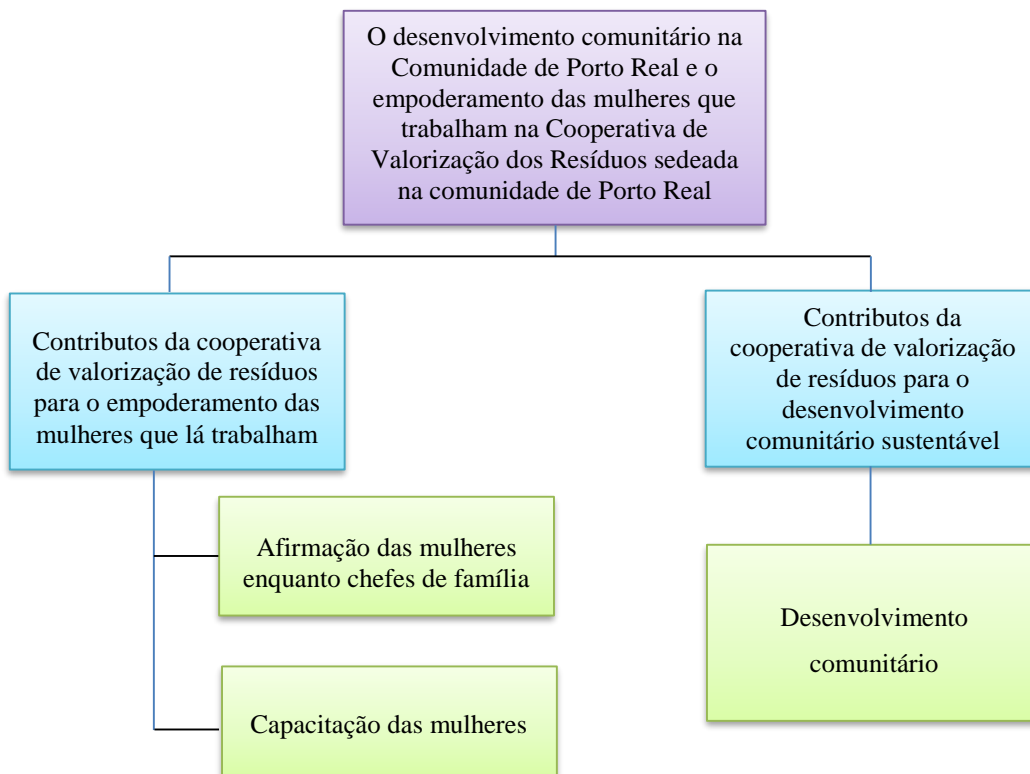


Figura 7 – Árvore categorial para a dimensão de análise “O desenvolvimento comunitário na Comunidade de Porto Real e o empoderamento das mulheres que trabalham na Cooperativa de Valorização dos Resíduos sediada na comunidade de Porto Real”.

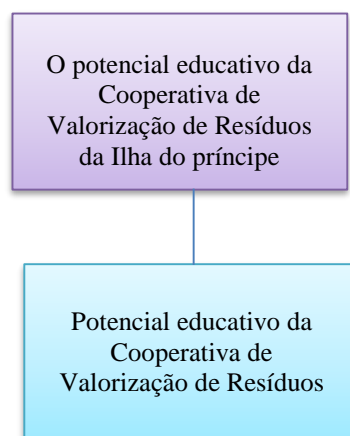


Figura 8 – Árvore categorial para a dimensão de análise “O potencial educativo da Cooperativa de Valorização de Resíduos da Ilha do Príncipe”

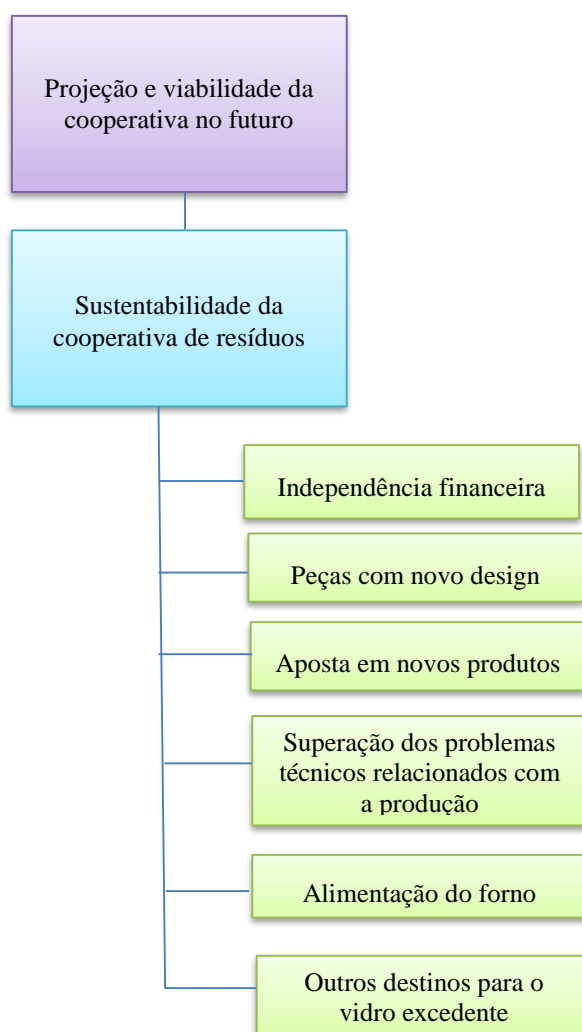


Figura 9 – Árvore categorial para a dimensão de análise “Projeção e viabilidade da cooperativa no futuro”

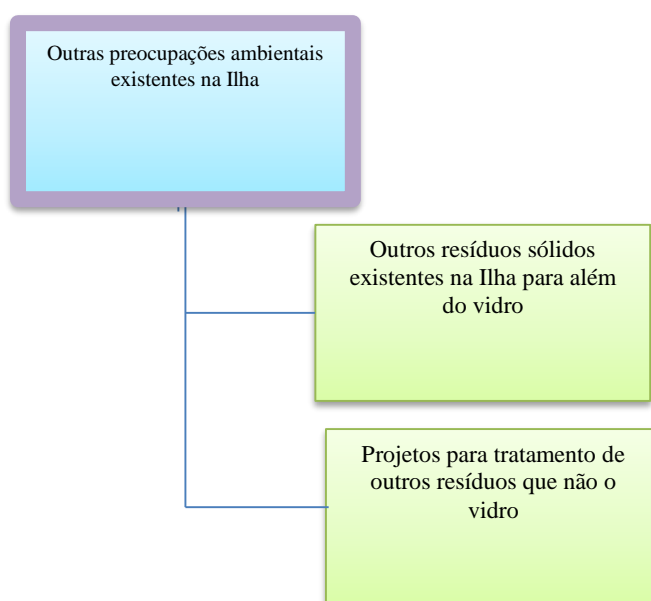


Figura 10 - Árvore categorial para a dimensão de análise “Outras preocupações ambientais existentes na Ilha”

Este sistema que se apresenta permite uma leitura mais direta e global e, por isso, facilitadora da compreensão do processo que se utilizou para a construção das categorias e respetivas subcategorias resultantes de cada uma das dimensões de análise.

Para a dimensão de análise (1) a educação ambiental e a sustentabilidade na Ilha do Príncipe enquanto Reserva da Biosfera, (2) o desenvolvimento comunitário na Comunidade de Porto Real; (3) o potencial educativo da Cooperativa de Valorização dos Resíduos da Ilha do Príncipe; (4) a projeção e viabilidade da cooperativa no futuro e (5) outras preocupações ambientais existentes na ilha (para além das questões resultantes do vidro).

CAPÍTULO 4 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Neste capítulo pretende-se apresentar e discutir os resultados relativos aos contributos da Cooperativa de Valorização de Resíduos na minimização do impacte(o) ambiental na Ilha do Príncipe, no empoderamento das mulheres que lá trabalham bem como o desenvolvimento comunitário da localidade de Porto Real, na perceção dos atores sociais que participaram no estudo. Procurou-se verificar se existem mudanças relativas às temáticas atrás referidas desde a criação da referida Cooperativa, considerando a problemática e os objetivos anteriormente definidos, bem como as questões da investigação, respondidas à medida que apresentamos os dados.

4.1 - Estrutura da análise dos dados

No que diz respeito aos dados recolhidos referentes à nossa questão de investigação, designadamente, no que se refere aos que resultaram das entrevistas individuais e da entrevista focal, optou-se pela seguinte estrutura organizativa: iniciamos pela apresentação das categorias de análise usadas estruturadas em quadros, e, a seguir a cada quadro serão apresentados os dados e respetivas interpretações à luz do quadro teórico inicial. A intenção desta sequencialidade é facilitar a leitura e compreensão dos fenómenos aqui estudados relativos a cada uma das dimensões identificadas, assumindo-se cada uma delas como um eixo de referência para a interpretação dos dados que se fundamenta no marco teórico do qual se partiu para a conceptualização desta investigação.

A apresentação dos resultados terá em conta as categorias identificadas nos quadros seguintes e apresenta-se seguindo a mesma ordem.

Quadro 2 - Categorias e subcategorias para a dimensão de análise “A Educação Ambiental e a sustentabilidade na ilha do Príncipe enquanto reserva da Biosfera”

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para a minimização dos problemas ambientais na Ilha	Importância da recolha dos resíduos sólidos espalhados pela Ilha (garrafas de vidro)	São consideradas as indicações relativas à recolha dos resíduos sólidos por toda a Ilha
Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para a melhoria da saúde pública da Ilha	Contributo para erradicação da malária da Ilha	São consideradas as referências às questões de saúde provocadas pelo mosquito da malária (<i>mosquito Anopheles</i> - nome científico)
Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para o desenvolvimento sustentável da Ilha	Desenvolvimento sustentável	São consideradas as indicações que apontem um contributo da cooperativa para o desenvolvimento sustentável da Ilha em geral e da comunidade de Porto Real em particular

[Fonte: elaboração própria]

Para a categoria “Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para a minimização dos problemas ambientais na Ilha”, foram consideradas todas as respostas que evidenciassem a importância da cooperativa para a recolha dos resíduos sólidos espalhados pela Ilha (garrafas de vidro). É notória a preocupação das mulheres que trabalham na cooperativa com a recolha das garrafas. Nos seus testemunhos emergem as preocupações com o meio ambiente e com a limpeza das comunidades onde elas e o seu semelhante habitam. Nesta linha de pensamento foram identificadas as unidades de registo que do ponto de vista da interpretação são mais esclarecedoras:

PE1: o nosso projeto também tinha a finalidade de cuidar do meio ambiente. Nós hoje estamos orgulhosas porque o trabalho que fazemos aqui está a contribuir para a ilha porque todas estas garrafas ficavam nas ruas, no mar, nas praias, nos caminhos. Com a recolha destas garrafas, mesmo todas sujas, vem tudo para aqui e nós lavamos. Estamos a contribuir muito para tratar do meio ambiente aqui da ilha.

PE1: "...a questão ambiental começou a fazer sentido e o nosso trabalho tem valor. Aqui já sentimos que estamos a contribuir com algum benefício aqui na ilha [quando recolhem as garrafas espalhadas por toda a ilha].

PE1: "nas escolas tem contentores para recolha. Toda a garrafa que fica na comunidade nós recolhemos...todos os dias os homens fazem festa, bebem cerveja, e nós recolhemos todas as garrafas para aqui e já não ficam lá espalhadas como ficavam. E em todas as outras comunidades que já deixaram de ter garrafas espalhadas pelo chão".

PE1: "toda a garrafa que é apanhada trazem para aqui".

FG5: " É assim ... é através da nossa Ilha ficar limpa...porque as garrafas ficavam espalhadas e agora já tem um modo de recolher as garrafas...".

PE2: "Todas as nossas atividades têm duas vertentes ou mais. Gerar emprego e estar ligada com o ambiente. A cooperativa teve sempre presente a questão ambiental, sempre!

Como podemos verificar através das transcrições anteriores o papel e a importância da cooperativa na recolha das garrafas é reconhecido por diversas trabalhadoras da cooperativa, ainda que este aspeto só tenha sido referido por uma das senhoras do grupo focal, as restantes mostraram concordância com esta situação. Percebe-se que as garrafas começam agora a ter o mesmo destino depois de vazias, sendo encaminhadas para a cooperativa de resíduos, onde são lavadas e armazenadas, de forma organizada, à espera de serem recicladas, tal como refere PE3:

PE3: "Mas mais, outra vantagem que nós começamos a assistir e não só a nível da comunidade de Porto real é a arrumação dessas garrafas, neste caso, em vez delas estarem espalhadas por ai, por toda a ilha, as pessoas vão arrumando e fazendo a sua recolha de uma forma organizada".

O facto de a Ilha ser reserva da Biosfera impulsionou o interesse pela resolução do problema ambiental causado por este tipo de resíduo, tal como afirma PE2:

PE2: "Nós estamos numa reserva da Biosfera e não podemos ter atitudes que vão contra os valores que nos regem. Isso é uma preocupação, acima de tudo! A ideia da cooperativa da transformação de resíduos é muito valiosa para o contexto da Biosfera".

Existe uma preocupação visível no discurso de PE2 relacionada com as regras que são necessárias cumprir para que a Região Autónoma do Príncipe continue a ser considerada Reserva da Biosfera, título de tanto orgulho e largamente referido nos meios de comunicação social ao longo do tempo. A conservação ambiental e o desenvolvimento humano sustentável passam a ser premissas fundamentais para a manutenção do referido título. A Ilha do Príncipe, enquanto Reserva da Biosfera, é uma porção representativa dos ecossistemas que lhe são característicos, terrestres e marinhos, onde a preservação é a palavra de ordem, sendo o grande objetivo a otimização da convivência entre o homem e a natureza, favorecendo a preservação através da utilização sustentável dos seus recursos. Sob este ponto de vista a cooperativa torna-se um instrumento fundamental e valioso para ajudar a Ilha do Príncipe a cumprir os padrões definidos pela UNESCO, enquanto centro de monitorização e pesquisa do cumprimento das boas práticas de educação ambiental e gestão dos ecossistemas. Como instrumento de conservação, a Ilha, através da Comunidade de Porto Real, favoreceu a descoberta de uma solução para um problema ambiental existente e grave, causado pelo excessivo amontoar de garrafas de vidro, corretamente designadas por resíduos sólidos urbanos (RSU). Agora que a solução está criada, será necessária formação e divulgação através de ações de sensibilização, que as senhoras que trabalham na referida cooperativa consideram fundamentais para o sucesso e continuidade da mesma.

Ainda que considerem que a população mais jovem perceba a importância da separação dos resíduos, como refere PE4,

PE4: “os jovens compreendem a importância da separação correta dos resíduos nos ecopontos espalhados pela Ilha, porque percebem que ao separarmos podemos reaproveitar a grande maioria, usando o vidro para joias...reduzindo assim os resíduos que enchem a lixeira e que não são aproveitados”.

consideram importante a formação constante para a sensibilização das questões relacionadas com a separação dos resíduos. O comentário de PE1 espelha exatamente essa ideia quando afirma que:

PE1: “Na parte de reciclagem deve haver mais formação para o pessoal e mais campanha de sensibilização na rádio, na TV, nas comunidades e nas escolas [para ajudar a resolver os problemas ambientais da ilha]. Só o nosso trabalho não é suficiente porque nós temos pessoas que quando bebem uma bebida, preferem

jogar a garrafa no chão do que no caixote. Então tem que ter formação, sensibilização...”

Esta necessidade de ações de sensibilização junto dos indivíduos, para que sejam modificados os seus valores e atitudes na busca de novos hábitos e comportamentos, é defendida por Vieira, Oliveira, Santos e Silva (2018), quando atribuem este papel à EA, apelando à participação dos cidadãos.

Para a categoria “Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para a melhoria da saúde pública da Ilha” foram consideradas todas as questões que focassem o contributo da Cooperativa para a erradicação da malária da Ilha através da minimização das condições de propagação do mosquito *Anopheles*. Assim, todos os testemunhos apresentados de seguida, refletem a consciência de que a recolha das garrafas espalhadas por todo o território, contribuiu para a minimização das questões relacionadas com a propagação da malária. As senhoras que trabalham na Cooperativa de Valorização de Resíduos, mesmo com habilitações académicas muito baixas, uma vez que a maioria não terminou o equivalente ao 1.º Ciclo do Ensino Básico português, tem consciência das consequências nefastas que as garrafas que ficam espalhadas pela Ilha têm na propagação da malária, como se constata pelos testemunhos seguintes:

FG4: “[Com as garrafas espalhadas] dava mosquito, muito mosquito e através do mosquito dava paludismo”.

FG3: “Sim, agora há menos [malária]”.

FG4: “Sim porque os mosquitos punham os ovos nas garrafas e o paludismo existia”.

Esta preocupação é também espelhada pelo responsável do governo e por uma das pessoas que esteve na génese do projeto da criação da cooperativa, sendo esta questão uma das preocupações evidentes para o tratamento das garrafas que se encontravam de forma dispersa por todo o território da Ilha do Príncipe, emergindo assim nos discursos dos entrevistados:

PE3: “O objetivo principal era eliminar a quantidade de garrafas de vidro vazias aqui na Ilha por questões ambientais, por questões de saúde pública como é exemplo a questão da malária, e então nós pensamos nisso”.

PE2: Se pensarmos que os milhares de garrafas que estavam espalhadas pela Ilha, já estão reduzidas, e em muito...os mosquitos terão menos sítios para colocarem os ovos...acho eu”.

A preocupação com as questões de saúde, são explícitas no diálogo com as mulheres assim como nas suas ações, uma vez que perceberam, desde logo, que existia uma interdependência/articulação entre as boas práticas ambientais e a resolução de alguns problemas relacionados com a saúde pública. Este indicador levará, de certo, à efetiva melhoria da dimensão de bem-estar destas mulheres, defendida por Pereirinha (2010), fortalecendo-as e alcançado mais um patamar indispensável para a justiça social.

As senhoras da cooperativa, já com uma filosofia de negócio incorporada, percebem que as questões de segurança em termos de saúde poderão abrir as portas a um maior número de turistas que queiram visitar a Ilha e por consequência a possibilidade de negócio abre-se para estas mulheres que querem ver os seus produtos vendidos para poderem aumentar a sua faturação e com isso a sua qualidade de vida e das suas famílias:

PE1: Tem efeitos na saúde porque turista quando vem sente que está num ambiente saudável”.

PE2: “Há menos lixo, menos garrafas espalhadas para o mosquito do paludismo se desenvolver e causarem mais problemas de saúde, ...principalmente com a chuva e por isso [as garrafas] são fontes de propagação da doença e fica tudo mais limpo. A Ilha fica limpa para turista”.

PE3: “É, é! É fundamental [que o governo apoie a cooperativa também por questões de saúde pública]”.

A importância desta questão é reconhecida por todos os intervenientes que participaram no estudo, considerando-se que a participação do governo no apoio à cooperativa, será fundamental para manter as questões, relacionadas com a malária, controladas. Esta situação poderá atrair mais turistas uma vez que se poderão deslocar com alguma segurança em qualquer altura do ano, mesmo no período das chuvas, sem receio de contraírem doenças, fomentando o desenvolvimento local com a compra de artigos produzidos nas comunidades, almejando-se o desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações. Não podemos esquecer que os atores locais devem ser agentes de desenvolvimento e mudança. Na esteira de Rigueiro (2014), os governos locais deverão ter um papel preponderante na implementação de políticas

e/ou ações sustentáveis de desenvolvimento económico, social e ambiental, levando, desta forma, a um desenvolvimento das comunidades existentes.

Também será necessário, e atendendo a que a malária é um problema de saúde pública, confirmar se a sua diminuição, enquanto dado percebido, vai ao encontro dos valores estatísticos oficiais que norteiam esta problemática, alertando-se para a importância da tomada de consciência da perigosidade de se sustentar medidas de saúde pública em percepções e não em dados epidemiológicos.

Para a categoria “Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para o desenvolvimento sustentável da Ilha”, foram consideradas todas as respostas que apontassem para o desenvolvimento sustentável da Ilha. Associada à solução para a questão da recolha e tratamento de resíduos estiveram presentes os fatores rentabilidade, beleza e estímulo como nos testemunha PE2.

PE2: “...surgiu a ideia da bijuteria e daí pensamos em transformar o vidro em bijuteria e falamos com a Biosfera porque seria algo rentável, bonito e estimulante. Havia a questão do meio ambiente para resolver e por isso era uma ideia boa”.

A matéria prima, para dar continuidade ao projeto da cooperativa de resíduos, não será um problema do ponto de vista do seu contributo sustentável para a Ilha do Príncipe, já que a quantidade de garrafas existente ronda, aproximadamente, os anos de descoberta da Ilha que contabiliza quase meio século. PE2 tem essa noção, quando verbaliza:

PE2: “a garrafa não se estraga, portanto temos garrafas de há não sei quantos séculos atrás até aos tempos atuais.

Podemos inferir que havia a noção por parte de quem esteve na génese do projeto que, dada a quantidade de vidro existente na ilha, o projeto teria de reunir os três fatores acima referidos, rentável, bonito e estimulante, para que o negócio fosse viável e perdurasse no tempo.

Quadro 3- Categorias e subcategorias para a dimensão de análise “O desenvolvimento comunitário na comunidade de Porto Real”

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para o empoderamento das mulheres que lá trabalham	Afirmação das mulheres enquanto chefes de família	São consideradas as indicações ao papel da mulher na gestão da casa, as relações de poder que aí se expressam e a legitimidade de tomar decisões na esfera privada
	Capacitação das mulheres	São consideradas as referências à formação e educação das mulheres que trabalham na cooperativa
Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para o desenvolvimento comunitário sustentável	Desenvolvimento comunitário	São consideradas as informações relativas às transformações ocorridas na comunidade advindas do funcionamento da cooperativa

[Fonte: elaboração própria]

Para a categoria “Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para o empoderamento das mulheres que lá trabalham”, foram consideradas as indicações ao papel da mulher na gestão da casa, as relações de poder que aí se expressam e a legitimidade de tomar decisões na esfera privada. Salientamos que é referido o facto de, nesta comunidade, serem as mulheres a tomar as principais decisões em relação à gestão da família quer no que diz respeito à responsabilidade de assegurar as tarefas quer no que diz respeito a serem as provedoras da família. Este aspeto aparece com muito realce no discurso das trabalhadoras da cooperativa como se observa nas transcrições que se apresentam:

PE1: “(...) na nossa ilha as senhoras são as chefes de família, as senhoras é que tratam das crianças, da família toda, da alimentação, escola...marido não apoia. Aqui na nossa cooperativa, nós todas somos chefes de família”

FG1: “Claro, porque eu ponho dinheiro em casa, tenho o direito de comparar em casa e de querer e poder decidir” e “em casa quando o marido não tem dinheiro, eu já ponho dinheiro, já não dependo de marido. Eu tenho que vir trabalhar porque se a gente não trabalhar a gente não come”

FG2: “porque eu levo dinheiro também...também posso mandar, sou eu que trabalho”

FG1: “Eu não trabalhava. Este foi o meu primeiro emprego porque primeiro ia para o mato apanhar búzios”

PE1: “Não [os homens não trabalham], muito pouco, são as mulheres que trabalham. Eles ficam em casa porque eles não têm trabalho porque não procuram, porque eles preferem ficar sentados lá na comunidade sem fazer nada, de manhã à noite.

PE3: “Uma das primeiras contribuições é estas mulheres terem um rendimento, o emprego que esse projeto da transformação dos resíduos favorece. Esta é uma das vantagens imediatas do projeto”.

PE3: “este pode ser de facto uma saída para os problemas que afetam... e assumir este projeto como uma saída para a melhoria do rendimento delas e das suas famílias”.

As mulheres que participaram no nosso estudo tendem a associar a capacidade e o poder de decisão ao trabalho e à remuneração que daí decorre, o que justifica a pertinência social da existência da cooperativa no que concerne à promoção da igualdade de género no seio da família. É certo que nas palavras de PE1, o estatuto de chefe de família é atribuído às senhoras porque os maridos (da Ilha) não apoiam nas responsabilidades familiares, contudo nas citações referentes a FG1 e FG2, pode-se verificar que a associação do trabalho remunerado reforça a legitimidade de as mulheres tomarem decisões dentro da família, o que de resto confirma o que foi referido anteriormente, designadamente no que se refere aos trabalhos de Novellino, (2004) e de Cordovil (2016).

Quando analisamos o impacto percebido da cooperativa na capacitação das mulheres destacamos os seguintes contributos:

PE3: “As senhoras que estão lá a trabalhar já têm algum conhecimento e alguma prática, pelo que eu já vi, com a feitura los produtos das bijuterias”

PE1: “quando foi para começarmos a trabalhar no vidro, a fundação pagou formação de 3 senhoras da cooperativa para nos deslocarmos ao Gana para aprendermos a técnica” e “julho de 2017 houve o 4.º congresso [Lusófono de Educação Ambiental] e aí também tivemos muito apoio na técnica...aprendemos”

FG1: “[com a formação no Gana] aprendi algumas coisas que não sabia”

PE1: [Antes de fazer parte da cooperativa] não sabia nada. Antes de vir [não tinha] nenhuma [ideia sobre reciclagem de vidro], zero. Hoje eu sei... Hoje eu dou graças a Deus porque com esta cooperativa aprendi muito...na parte do negócio, eu tive mais conhecimento e aprendi mais coisas...

PE1: “Assunto de salários, é connosco. Agora já conseguimos fazer os nossos salários”.

PE1: “Sim [o projeto “tem pernas para andar” porque já aprenderam a contornar os problemas diários que vão aparecendo]”.

PE2: “[tivemos] muitas, muitas [dificuldades]. Estamos a falar de pessoas que quase não têm nenhuns estudos, pessoas muito...muitas delas viciadas no álcool, muitas delas a ter dinheiro imediato, nunca nenhuma das mulheres tinha feito parte [anteriormente] de uma cooperativa que funcionasse...

PE2: “a formação que elas levam, vai ajudá-las a ter outra postura na vida”.

PE2: “Agora ganharam um projeto onde vão receber dinheiro para uma carrinha e uma já tirou a carta. Ou seja, com pequenas ajudas elas conseguem...”

FG5: “É assim ... nós também aprendemos muita coisa. A fazer joias, a fazer colares, todas essas coisas é através de garrafas”

FG4: “depois [de fazermos a formação] nós ensinamos as outras senhoras”. Fizemos a formação fora. Nunca tinha saído da ilha, só ia para S. Tomé quando estava doente e nunca tinha feito formação.

FG4: “Se não fosse este projeto nunca ouvíamos falar de educação ambiental e destas problemáticas”

No que diz respeito à perceção sobre a aprendizagem e capacitação das mulheres envolvidas nos processos os participantes manifestam perspetivas ligeiramente diferentes sobre a questão, o responsável político entrevistado refere que as senhoras da cooperativa já têm conhecimentos e prática que lhes permitem a manufatura das bijuterias salientando o que elas já sabem, enquanto que as senhoras entrevistadas sublinham o que aprenderam na formação inicial no Gana e o que aprenderam ao longo do processo nomeadamente com o apoio conseguido em julho de 2017, aquando da realização do 4.º Congresso Lusófono de Educação Ambiental, que constituiu o primeiro contacto com esta comunidade e que originou este trabalho.

No que se refere aos “contributos da cooperativa de resíduos para o desenvolvimento comunitário” destacamos que esta dimensão é mais visível no discurso de PE2 e no discurso de PE3:

PE3: “Houve a criação de alguns postos de trabalho para elas terem emprego, para elas poderem ter algum rendimento. Há 12 senhoras que tem emprego e que estão a tirar algum rendimento”.

PE2: “para além da parte financeira que se está a tonar mais sólida, é todo um complemento da componente social que envolve e vem reforçar a essência da mulher naquela comunidade (...)” e “estamos a apostar nas mulheres, estamos a apostar no futuro. Estamos a apoiar as crianças, a terem mais acesso à educação, mais acesso a uma alimentação mais condigna”.

PE4: “A cooperativa garante, neste momento, renda mensal, acima do salário mínimo nacional. Além disso, contrata regularmente pessoas da comunidade e da zona para trabalhos pontuais, servindo assim de oportunidade de emprego. A cooperativa tem também criado parcerias com outras organizações locais – artesanato, bares e restaurantes, etc. – promovendo a boa separação dos resíduos para posterior valorização. O Príncipe tem sido um exemplo, não só nacional como internacional”.

PE3: “O primeiro foco quando pensamos nesses projetos é precisamente o desenvolvimento local, sobretudo olharmos para as comunidades e darmos alternativas às comunidades para poderem desenvolver esses pequenos projetos que vamos vendo e encontrando, para, por um lado, a criação de auto emprego nessas comunidades e por outro lado a criação de riqueza também nessas comunidades”.

Através da análise destas transcrições percebemos que estes atores sociais vislumbram um impacto social mais amplo da cooperativa a nível do seu contributo para o desenvolvimento da comunidade, especialmente no que se refere ao ponto de vista da pessoa que idealizou o projeto, que salienta que a cooperativa participa na redefinição do papel da mulher na comunidade e que influencia positivamente o acesso à educação das crianças das famílias envolvidas e que lhes assegura também uma alimentação de melhor qualidade. Aspetos nada negligenciáveis no que diz respeito ao proposto por exemplo pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os resultados da investigação apontam para uma transformação efetiva na vida das mulheres, seja a nível do aumento dos seus recursos económicos como também dos seus recursos pessoais, do sentimento de autoeficácia e de valorização social do seu papel. A sua capacitação técnica foi um dos fatores preponderantes para o seu empoderamento, uma vez que foi através dela que se conseguiram afirmar enquanto produtoras artesanais de joias, através do casco, dando-lhes a possibilidade de terem um salário mensal para fazer face às despesas domésticas, mais especificamente na compra de comida para alimentar as suas famílias, o que ilustra o contributo do projeto para a mitigação da pobreza feminina que, como tivemos a oportunidade de referir anteriormente é uma realidade a nível mundial (Novellino, 2004). Viram reforçado o seu papel enquanto chefes de família, afirmando-se com voz ativa perante os seus maridos. Os postos de trabalho que a constituição da Cooperativa de Valorização de Resíduos da Ilha do Príncipe lhes permitiu criar, tornou a renda destas mulheres mais sólida, aumentando-lhes o poder de compra relativo a bens essenciais, enaltecendo o papel social da mulher na comunidade de Porto Real, reforçando assim o seu papel. Como refere um dos participantes do estudo, “estamos a apostar nas mulheres, estamos a apostar no futuro. Estamos a apoiar as crianças, a terem mais acesso à educação, mais acesso a uma alimentação mais condigna” (PE2). Importância, de resto, evidenciada nos estudos da UNICEF (2006) sobre os benefícios da erradicação da pobreza feminina.

Os dados apontam também para a constatação de leituras diferentes expressas por diferentes atores sociais que convidámos a participar na presente investigação. Ainda que todos/as tenham manifestado ganhos significativos que atribuem ao projeto, os diferentes atores salientam, como seria de esperar, aspetos diferentes. As mulheres que trabalham na iniciativa expressam os ganhos imediatos ligados ao quotidiano enquanto que a primeira responsável pelo projeto e o ator político manifestam ganhos mais comunitários e mais orientados para efeitos futuros, o que acaba por ilustrar a diversidade de ganhos que o projeto potencia e o que cada um dos seus participantes valoriza.

Quadro 4- Categoria para a dimensão de análise “O potencial educativo da Cooperativa de Valorização de Resíduos da Ilha do Príncipe”

Categorias	Indicadores
Potencial educativo da cooperativa de valorização de resíduos da Ilha do Príncipe	São consideradas as informações relativas às possibilidades existentes na cooperativa enquanto recurso educativo e pedagógico quando em estreita ligação com as escolas e comunidade educativa

[Fonte: elaboração própria]

No que respeita ao “Potencial educativo da cooperativa de valorização de resíduos da Ilha do Príncipe”, até ao momento da realização do presente trabalho, nenhuma escola tinha ainda visitado as instalações da cooperativa, não existindo qualquer envolvimento entre as duas instituições. O motivo desta ausência terá a ver com a falta de motivação e divulgação referidas pelas trabalhadoras da cooperativa e também pela falta de iniciativa tal como demonstra as transcrições que se seguem:

FG1, FG2, FG3, FG4, FG5: “Não, nunca tivemos nenhuma visita de escolas aqui” (em coro).

FG3: “Não [fazem visitas]”.

FG5: “Falta de interesse, falta de divulgação, professor (...) precisa de formação”.

PE2: “... poucos professores têm iniciativa para envolverem os alunos nessas coisas...”.

FG5: “...precisa de divulgar mais...”.

FG5: “Quando estão a falar de meio ambiente e de garrafa, podiam vir aqui para ver.”

PE2: “...elas próprias também têm que ter a iniciativa para trabalharem e envolverem as escolas. Os dois estão a falhar”.

PE1: “mais campanha de sensibilização... nas escolas [para ajudar a resolver os problemas ambientais da ilha]. Só o nosso trabalho não é suficiente porque nós temos pessoas que quando bebem uma bebida, preferem jogar a garrafa no chão do que no caixote. Então tem que ter sensibilização...[e a escola pode ajudar nessa parte].

A apropriação e divulgação do projeto por parte das senhoras que trabalham na cooperativa, será fundamental para desempenharem o seu compromisso social com as escolas, cativando-as e envolvendo-as, vincando o seu potencial educativo em matéria de sensibilização ambiental, que deveria ser operacionalizado com as visitas dos professores e alunos às instalações, onde o vidro é transformado. As ideias que acabamos de expressar estão espelhadas nas transcrições que se seguem:

PE2: “...se as senhoras não se apropriam do projeto e não sabem o valor que ele...”

PE2: “...e pensar numa forma de divulgar o seu trabalho...”

A divulgação do trabalho, tal como refere PE2 é importante, contudo, a postura das escolas também terá de ser flexível e aberta para poderem cooperar com os projetos comunitários, uma vez que o sucesso dependerá da entrega das instituições envolvidas partindo do princípio que “as escolas podem ensinar e ser ensinadas” (Gómez et al, 2007, p.245).

Sabe-se o quão profícuo é para os alunos a aprendizagem fora de portas e neste caso concreto referimo-nos a aprendizagens que podem ditar a qualidade de vida e de sobrevivência dos habitantes da Ilha. Talvez a cooperativa deva “...cativar as escolas para irem visitar, para as escolas também terem interesse...” PE2, uma vez que e como refere novamente PE2,

PE2: “elas têm uma parte social que é fornecer este conhecimento às escolas e elas ainda não chegaram a esta fase”

PE2: “tem a ver com o que eu disse anteriormente sobre a apropriação do projeto, se as senhoras não se apropriam do projeto e não sabem o valor que ele representa, tanto em termos financeiros como ambientais e ter uma regra de trabalho, e pensar numa forma de divulgar o seu trabalho e cativar as escolas para irem visitar para as escolas também terem interesse...”.

PE2: “Elas é que trabalham lá no dia-a-dia. Sabem qual é o tipo de trabalho. Têm a noção que estão a recolher resíduos e a transformar, em linguagem simples, elas conseguem transmitir esses valores [às crianças e professores]”.

PE2: “[Ainda que tenham uma escolaridade baixa] conseguem, conseguem [fazer passar a mensagem]. Qualquer um percebe o que elas estão a fazer desde que se apropriem de todo esse valor que tem este projeto.

Parece-nos que a apropriação do projeto, por parte das senhoras, será a chave do sucesso para que as escolas se aproximem da cooperativa e haja uma partilha efetiva de saberes. Acreditamos também que o envolvimento de todos os professores será fundamental para que se crie uma simbiose entre as duas partes e os alunos possam, presencialmente, ver a continuidade do trabalho que iniciam nas escolas e a importância da reciclagem das garrafas de vidro,

atribuindo-lhe a devida importância. As senhoras que trabalham na cooperativa têm noção do potencial educativo que a mesma representa para os alunos das escolas quando referem que:

FG4: “Há coisas que o professor pode fazer sem ter que pedir autorização e não faz...eu se fosse professora fazia assim”

FG1: “Lá na escola tem contentor para crianças porem lixo, então vinha aqui ver o que acontecia às garrafas que separavam na escola...”

O intercâmbio de conhecimento dos diferentes intervenientes poderá proporcionar propostas de atividades de caráter pedagógico e social, procurando que a educação se envolva diretamente com a realidade da comunidade, ao mesmo tempo que a escola deverá alargar os seus processos educativos ao meio social, fazendo parte integrante da estrutura de serviços sociais e culturais (Fessas-Emmanouil, 1978). Isto implica uma mudança de paradigma, ao substituir-se o conceito central do ato educativo baseado na transmissão de conhecimentos, colocando a tónica na importância da reflexão sobre as temáticas atuais e reais de cada sociedade, na prática concreta, como parte inerente do processo social e como elemento imprescindível para alavancar novas atitudes e relações que estruturam as sociedades, tal como referem os trabalhos de (Loureiro, 2012).

Quadro 5- Categorias e subcategorias para a dimensão de análise “A projeção e visibilidade da Cooperativa no futuro”

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Sustentabilidade da cooperativa de resíduos	Independência financeira	São consideradas as indicações relacionadas com a independência financeira da cooperativa
	Aposta em novo design para o tipo de produtos existentes	São consideradas as referências às perspetivas de novo design para o tipo de peças que fabricam
	Aposta em novos produtos	São consideradas as indicações que refiram novas possibilidades para novos produtos
	Superação dos problemas técnicos relacionados com a produção	São consideradas as referências às possibilidades de resolução dos vários problemas técnicos existentes
	Alimentação do forno	São consideradas indicações que apresentem alternativas à alimentação do forno
	Vidro excedente	São consideradas referências ao destino do vidro que não é consumido pela cooperativa

[Fonte: elaboração própria]

A sustentabilidade da Cooperativa de resíduos é uma preocupação partilhada por todos os sujeitos ligados, de alguma forma a este projeto. Atendendo a que a sua sobrevivência depende de muitos fatores, fomos elencando como subcategorias todos os dados recolhidos do *corpus* que estivessem relacionados com a continuidade deste projeto social e comunitário. A *independência financeira* surgiu como uma preocupação consistente no discurso de todos os intervenientes no estudo, ainda que os relatos conduzam a diferentes formas de análise. Para PE1, as pessoas de alguma forma envolvidas no projeto, vão garantindo o fornecimento do material, dependendo este fornecimento da boa vontade, em termos de mecenato, por parte dos sujeitos, que querem ver o projeto vingar, uma vez que o apoio institucional lhes foi retirado, como confirma o relato de PE1, e a necessidade de autonomia é uma prioridade para a sua permanência no ativo, sendo, por isso, a vontade de todos:

PE1: “os turistas quando vêm aqui e veem que há algum material que falta, a E, a O.e a T, elas trazem ou mandam para nós. Dão apoio no material”.

PE1: “Sim [já não temos apoio da Fundação Príncipe Trust], passaram 2 anos e o contrato dizia isso [que deixaríamos de ter apoio]. Que no final deste tempo ia tirar os apoios. O homem da Lua, que nós chamamos assim ao dono da HBD que é também da Fundação tirou algumas regalias para todos”.

PE1: “e a PE4 está sempre a dizer para a gente que temos que ter autonomia porque ela não vai poder ajudar sempre...”.

PE1: “Sim, querem [tenhamos autonomia total] e estão a cortar tudo”.

PE1 faz parte da cooperativa e percebe a importância da autonomia financeira, tentando trabalhar para que tal aconteça, mas as condições inerentes a uma realidade insular trazem limitações significativas e por isso se torna difícil essa independência. O facto da cooperativa estar dependente da aquisição das peças que são produzidas, quase exclusivamente pelos turistas que visitam a Ilha, torna-se uma limitação pela distância que os turistas têm de percorrer até chegar à Ilha e o tipo e quantidade de transportes necessários, que não são acessíveis economicamente a todas as pessoas, resultando na pouca afluência de visitantes. Só os turistas têm acesso aos preços praticados pela cooperativa, pelos valores monetários que envolve, o que se torna também uma limitação. Outro constrangimento é a ausência de matéria prima (para além do vidro), na Ilha, necessária para a confeção das joias que a cooperativa produz. O grosso

da matéria prima está presente na reciclagem do vidro, mas para além dele, existe o material essencial para as senhoras embelezarem e darem a funcionalidades às pequenas peças que vão produzindo, como é o caso do fio de nylon, as missangas para conjugarem os materiais, os fechos, as tintas, os pigmentos, e tantos outras matérias a que não têm acesso, pela sua inexistência, uma vez que, e como refere PE2 “Tudo tem que vir de fora”. As maiores preocupações destas mulheres passam pelo funcionamento de todos os elementos necessários para que seja possível manterem o processo produtivo operacional, como refere PE1:

PE1: “Neste momento já estamos praticamente a trabalhar sozinhas porque já estamos a aprender que temos que ir em frente e não depender só de fundação ou do Governo...temos que depender de nós próprias. A Fundação deu a ideia, deu apoio e por isso temos que dar continuidade! Se o depósito que é o reservatório de água furar, nós sabemos que já temos que ter uma quantia de dinheiro “de lado” para este reservatório de água.

Se na visão de PE1, já se encontram a trabalhar sozinhas, transparecendo a ideia de autonomia, PE2 que esteve na génese do projeto, tem uma visão diferente em termos de estrutura das organizações e da importância e necessidade de uma boa gestão financeira para que o negócio se torne sólido, afirmando que no momento a cooperativa não tem estrutura para se afirmar sozinha no mercado, acrescentando o facto de já não terem qualquer ajuda financeira por parte da HBD, empresa que contribuiu para a existência do projeto da cooperativa.

PE2: “a área social da HBD foi dissolvida porque houve uma reestruturação da HBD e resolveram terminar com todas as áreas que não fossem rentáveis para a empresa. Portanto todos os projetos que nós tínhamos na altura ficaram desamparados”.

PE2: “falta muito a parte de como gerir financeiramente um negócio. Como vamos gerir uma empresa. Falta aquelas pessoas que as ajude nessa parte do empreendedorismo”.

PE2: “Não, não [a cooperativa ainda não se consegue afirmar sozinha no mercado].

PE2: “Sinceramente, eu acho que tem que haver uma equipa que fique a trabalhar com elas durante um ano sobre a parte de criação e gestão do negócio. Fazer com que elas percebam a rentabilidade e o valor intrínseco de todo o projeto. Fazer

com que elas criem uma regra de trabalho, uma lógica de produção pensando em quem vai comprar, pensando no mercado e depois de isto interiorizado, cabe a elas levarem o negócio até onde elas quiserem.

PE2: “com a falta de apoios técnicos, conhecimentos, entidades que façam formações quando a gente precisa tudo fica mais difícil. Portanto a ideia em si, tem todos os pés para andar...”.

PE2: “Em 2 anos ela começava a funcionar, mas em menos de um ano ela ficou desamparada. Para além do modelo ser fraco para este contexto, também não teve o tempo necessário e isso está a dificultar mais as coisas”.

PE2 também refere o facto de o modelo em si ser fraco, ou seja, a modalidade de cooperativa. Se por um lado este modelo fomenta a solidariedade, a partilha equitativa de renda dando dignidade para aquelas mulheres que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade (ACI, 2013), o sentimento de pertença, a partilha de ideias, também requer uma visão empreendedora e uma responsabilização de todos os elementos que a constituem. A realidade é que por vezes essa mentalidade teima em não estar presente, dando origem ao absentismo de alguns elementos, à irresponsabilidade por considerarem que irá alguém no seu lugar fazer o trabalho que lhes estava destinado, à dificuldade em lidar com a situação de um único recebimento ao longo do mês, quando a realidade em termos de hábitos e costumes é a realização de dinheiro no imediato. Estes constrangimentos transferem algumas fragilidades para o processo e obviamente que se repercutem na solidez do modelo implementado.

Para a subcategoria *Peças com novo design*, se analisarmos o discurso, rapidamente se percebe que estamos perante outra fragilidade e que tem a ver com a inovação em termos dos produtos que a cooperativa oferece aos seus clientes. Nenhum negócio poderá sobreviver à espera que “os amigos” resolvam os problemas relacionados com questões cruciais à sobrevivência de qualquer empresa. PE1 relata que são basicamente as pessoas mais próximas que vão dando novas ideias.

PE1: “Geralmente as ideias saem do grupo, de mim e da FG6, a própria PE4 também dá ideias e é por isso que nós aprendemos todos os dias.

PE1: “A Olga é uma das que dá ideias, a PE4 tem um angolano que dá ideias, já veio um francês que também deu...”

Ainda que se trate de um produto completamente artesanal, a diversidade tem de existir para que os clientes possam escolher. Outra questão relacionada com esta temática é a importância da redução de custos que muitas vezes estão associadas a questões tão simples como o design, tornando-se também um marco muito forte na competitividade, que a curto ou a médio prazo poderá ser uma realidade na Ilha do Príncipe.

A *Aposta em novos produtos*, outra subcategoria dentro da categoria “Sustentabilidade da Cooperativa de Resíduos” o que nos faz todo o sentido. A expansão de novos produtos poderá ser uma solução viável para a solidez da cooperativa, ao mesmo tempo que iria contribuir para uma maior quantidade de reciclagem de vidro, e esta ideia é referida por PE1

PE1: “nós temos que ter outras ideias de outro tipo de artesanato...peças maiores para absorver mais vidro. Um quadro, uma gamela, ...”.

PE1: “Na parte das garrafas sei que se transforma em areia e temos ideia de fazer vasos de flores para enfeitar a sala e abajour para candeeiros”.

PE1: “Sim, são ideias que funcionam”.

Acreditamos que o aparecimento de novos produtos a preços competitivos poderia permitir que os habitantes da Ilha tivessem poder de compra para a aquisição de alguns objetos, permitindo a afirmação de uma economia verde em benefício de todos.

A *Superação dos problemas técnicos relacionados com a produção* parece-nos uma questão bastante preocupante do ponto de vista da sua resolução em tempo útil. O início foi bastante difícil, tal como nos testemunha PE1:

PE1: “...tivemos muitas dificuldades em arrancar com forno...”

PE1: “Sim, [tivemos muitas dificuldades] na parte técnica”.

A aquisição de competências resultantes da prática adquirida até ao momento parece ajudar, assim como a possibilidade de formação resultante da pereceria que fizeram com o Gana, mas não parece suficiente. As especificidades da matéria primas e das condições climatéricas da Ilha estão na origem de alguns dos problemas técnicos o que se reflete na quantidade da produção esperada.

PE2: “vários, vários, vários problemas. Em termos técnicos temos estado a resolver com a parceria que fizemos com o Gana”. Depois 5 senhoras já

vieram do Gana para ajudá-las na parte técnica para fazerem as peças que têm um valor comercial quer interna quer externamente. Tem sido um desafio porque aqui é um território muito húmido, o fogo, calor, não atinge a temperatura que atinge no Gana”. “Temos tido muita dificuldade em arranjar pessoas ou entidades que venham cá formá-las nesse campo”.

PE4: “Houve várias dificuldades, nomeadamente a matéria prima para as joias, que ainda hoje complicam o processo. O barro que existe no Príncipe não é o ideal para o processo, ao contrário do Gana que utilizam barro das térmitas, o do Príncipe tem muita humidade, o que dificulta as cozeduras e os fornos. Tudo isto tem contribuído para uma produção menor do que a esperada”.

A própria alimentação do forno poderá ser entendida como uma incógnita em termos futuros. O forno é alimentado como refere PE1: “[O forno é alimentado] com lenha”, com grandes troncos de madeira para que o forno consiga atingir a temperatura necessária para fundir o vidro que, no futuro, se poderá constituir como um problema relacionado com a desflorestação das matas circundantes às instalações onde a cooperativa está sediada. Neste momento este problema ainda não se coloca porque a desmatção ordenada feita pelo Governo permite a alimentação do forno, como nos testemunha PE1:

PE1: “Não [causa um problema de desflorestação] porque quando nós vamos buscar a lenha temos que ir com autorização da floresta. Onde fazem desmatção, eles dão um papel que diz que podemos ir lá buscar lenha. Não somos nós que decidimos onde vamos buscar a lenha...quando precisam de por árvore no chão para por pimenta ou horta, a floresta dá um papel para nós trazeremos as arvores que eles já colocaram no chão”.

SE1: “Para agora ainda não [se coloca o problema da desflorestação]. E mesmo que fosse [um problema], “quem não tem peixe come caranguejo” porque aqui na comunidade de Porto Real existem umas lenhinhas que caem e nós íamos apanhar. Não temos forno elétrico e tem que ser a lenha”.

No futuro, a alimentação do forno poderá ser tida como um constrangimento uma vez que a quantidade de lenha necessária é muito significativa, o que poderá por em causa a sustentabilidade do processo e o mesmo será dizer, da própria cooperativa. Não são, de todo,

“*as lenhinas que caem*” que resolveriam o problema uma vez que nem suficientes seriam para aquecer o forno.

Uma vez que a cooperativa não absorve o vidro que existe na ilha na forma de resíduo, era importante perceber-se se existiam *outros destinos para o vidro excedente*. Esta questão preocupa o Governo Regional e por isso PE3 diz que

PE3: “a secretaria regional das infraestruturas, está a propor-nos como ideia, que o governo recebe esse vidro num estaleiro e adquira equipamento para transformar esse vidro em areia e aproveitá-lo na construção civil”.

Esta questão ajudaria a minimizar a problemática da extração desmedida de areia das praias que tem como finalidade a construção civil. Urge, contudo, a necessidade de criação de novos projetos para ajudar a absorver o vidro excedente que a cooperativa não consegue reciclar, e essa preocupação está presente no discurso do elemento do governo que foi entrevistado, como se constata pelas transcrições seguintes:

PE3: “Temos outros projetos em mente. Repare, este projeto tem uma finalidade que são os vidros e todos os vidros que vêm para a ilha elas não vão absorver, e falamos só de vidros...não vamos falar de outros resíduos daí que...”.

PE3: “O excedente é transformarmos e termos aqui a transformação para a construção civil e utilizar o vidro para a construção civil. E dei alguns exemplos, fazer os muros de vedação, algumas obras depois de triturado, nas valas de águas...portanto utilizar o vidro para outras ações na construção civil”.

PE3: “a secretaria regional das infraestruturas, está a propor-nos como ideia, que o governo recebe esse vidro num estaleiro e adquira equipamento para transformar esse vidro em areia e aproveitá-lo na construção civil”.

PE3: “Temos outros projetos em mente. Repare, este projeto tem uma finalidade que são os vidros e todos os vidros que vêm para a ilha elas não vão absorver, e falamos só de vidros...não vamos falar de outros resíduos daí que...”.

PE3: “O excedente é transformarmos e termos aqui a transformação para a construção civil e utilizar o vidro para a construção civil. E dei alguns exemplos, fazer os muros de vedação, algumas obras depois de triturado nas valas de águas...portanto utilizar o vidro para outras ações na construção civil”.

A construção civil poderá ser um sumidouro do vidro excedente, potenciando a economia circular, minimizando a extração de areias das praias para que não se torne em mais um problema ambiental, e criando também mais postos de trabalho.

Salienta-se o facto de nunca terem sido consideradas/referidas medidas que tenham como objetivo a reutilização das próprias garrafas, ou a redução do consumo de produtos que as utilizem como embalagem, levando desta forma a uma redução na produção de resíduos, o que do ponto de vista ambiental seria mais benéfico.

Quadro 6 - Categorias e subcategorias para a dimensão de análise “Outras preocupações ambientais existentes na Ilha”

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Outras preocupações ambientais existentes na Ilha	Outros resíduos sólidos existentes na Ilha para além do vidro	São consideradas as referências relativas a outros resíduos sólidos para além do vidro.
	Projetos para tratamento de outros resíduos que não o vidro	São consideradas as informações relativas às possibilidades de novos projetos para tratamento dos resíduos que não o vidro.

[Fonte: elaboração própria]

Para a categoria “Outras preocupações ambientais existentes na Ilha”, foram consideradas todas as respostas que referissem outros resíduos sólidos para além do vidro. A problemática dos resíduos sólidos e urbanos (RSU), e em particular a do vidro, é claramente assumida pelas entidades governamentais da Ilha do Príncipe, uma vez que a Cooperativa de Valorização de Resíduos não tem capacidade de reciclar a quantidade que entra na Ilha, estando neste momento o governo regional à procura de soluções para o problema. Não existe qualquer registo estatístico da quantidade de vidro que é importada e muito menos a produção per capita de RSU. Existem outras problemáticas em termos de resíduos sólidos que começam a assolar a Ilha. PE1 identificou facilmente que “Latas e Plástico [precisam de projeto para serem recicladas]. A preocupação com este tipo de inertes levou, como diz PE1 a “[Reserva da] Biosfera fazia recolha de garrafas de plástico e davam uma garrafa de metal para a água. E isso estava a ajudar muito!”.

A necessidade de projetos para combater o metal e o plástico são fundamentais para a não acumulação deste tipo de material e por isso estão a aparecer algumas soluções; PE2: “há outro [projeto] que estão a desenvolver que é utilizar garrafas plásticas juntamente com algum vidro para fazer blocos para calcetar estradas”.

A falta de dinheiro tem condicionado a implementação de projetos que minimizem as problemáticas ambientais causadas pelos resíduos, o que declina qualquer tentativa de plano de gestão de resíduos na Ilha como se percebe pelo discurso de PE4:

PE4: “Existem vários planos de gestão de resíduos na Ilha, mas que nunca foram implementados por falta de verbas. Mas esta questão é mais indicada para o Governo”.

Os plásticos são também uma das grandes preocupações, em termos de resíduos, à semelhança do que acontece no resto do mundo, uma vez que provocam uma contaminação generalizada nos ecossistemas terrestres e aquáticos e PE4 demonstra essa preocupação no seu discurso:

PE4: “Os plásticos e as latas são o maior problema ambiental da Ilha, em termos de resíduos e contaminações”.

PE3: “nós temos uma campanha de sensibilização [para redução do consumo de plástico] que está sendo feita com a recolha e a nível da legislação, estamos a trabalhar na legislação que já deve estar pronta para que a partir de 2020, acho que é... que seja taxado, que seja cobrada uma taxa para entrada de plásticos na ilha.

As questões ambientais relacionadas com o excesso de plástico na Ilha são de tal forma acentuadas que o governo está a pensar aplicar uma taxa para a quantidade de plástico que, a partir de 2020, entrar na Ilha. Parece-nos que a aplicação desta lei será benéfica, por um lado para reduzir a entrada de plástico, o que irá minimizar o(s) impacte(o)s ambientais causados por este resíduo, e por outro lado, o governo arrecadará algum dinheiro que poderá ser gasto numa estratégia para combate de outros resíduos ambientais, não existente até ao momento, por falta de verba, como foi referido anteriormente.

Obviamente que haverá questões que não poderão ser controladas como é o caso dos plásticos que aparecem nos ecossistemas aquáticos, vindos de outros sítios, e que neste momento são considerados como uma das grandes problemáticas ambientais do século, para os quais não há uma solução sustentável, nem a curto nem a longo prazo (Santos & Santin. 2018), contaminando as águas e seres vivos, acabando alguns por morrer pelo excesso de plástico ingerido, muitas vezes confundido com alimento. “Os plásticos à deriva no mar – e nos rios – constituem um problema ambiental gravíssimo, dada a sua perigosidade para os organismos” (Prata, 2016 *in* Oliveira & Santos, 2018, p. 2) atendendo ao facto do homem ser um ser vivo omnívoro, acabarão por entrar, inquestionavelmente, na sua alimentação através das cadeias e

teias alimentares estabelecidas. Não menos importante são as inúmeras latas vazias que também começam a dar uma cor diferente ao verde da vegetação dos ecossistemas, encontrando-se espalhadas por todas as comunidades e abandonadas por toda a Ilha, sem que exista ainda um projeto específico para a sua recolha e tratamento. A esse propósito, PE3 refere:

PE3: “para as latas não temos projeto específico, mas estamos a incentivar os artesãos a utilizar latas para obras de arte, mas é uma coisa falada, não está estruturada ainda, mas é um grande problema que aumenta os resíduos aqui no Príncipe”.

Acreditamos que os artesãos possam ajudar a resolver os problemas causados pelas latas se as incorporarem nas suas obras, atribuindo-lhes um valor acrescentado se conseguirem criar um conceito entre a lata e a obra prima. Contudo será difícil, em nosso entender, os artesãos conseguirem resolver o problema na sua totalidade pela quantidade de latas existentes enquanto resíduo sólido.

4.2 - Síntese dos resultados do estudo

Focando-nos na questão do vidro, que foi o tipo específico de resíduo que deu origem à presente investigação, elaborou-se, em jeito de conclusão, um esquema exemplificativo ilustrado pela figura 11., que traduz o fluxo desde a origem do problema, até à sua resolução, com os diferentes benefícios que se vão identificando ao longo do percurso, ajudando-nos a perceber os resultados do estudo e ajudando nas respostas às questões de investigação inicialmente colocadas.

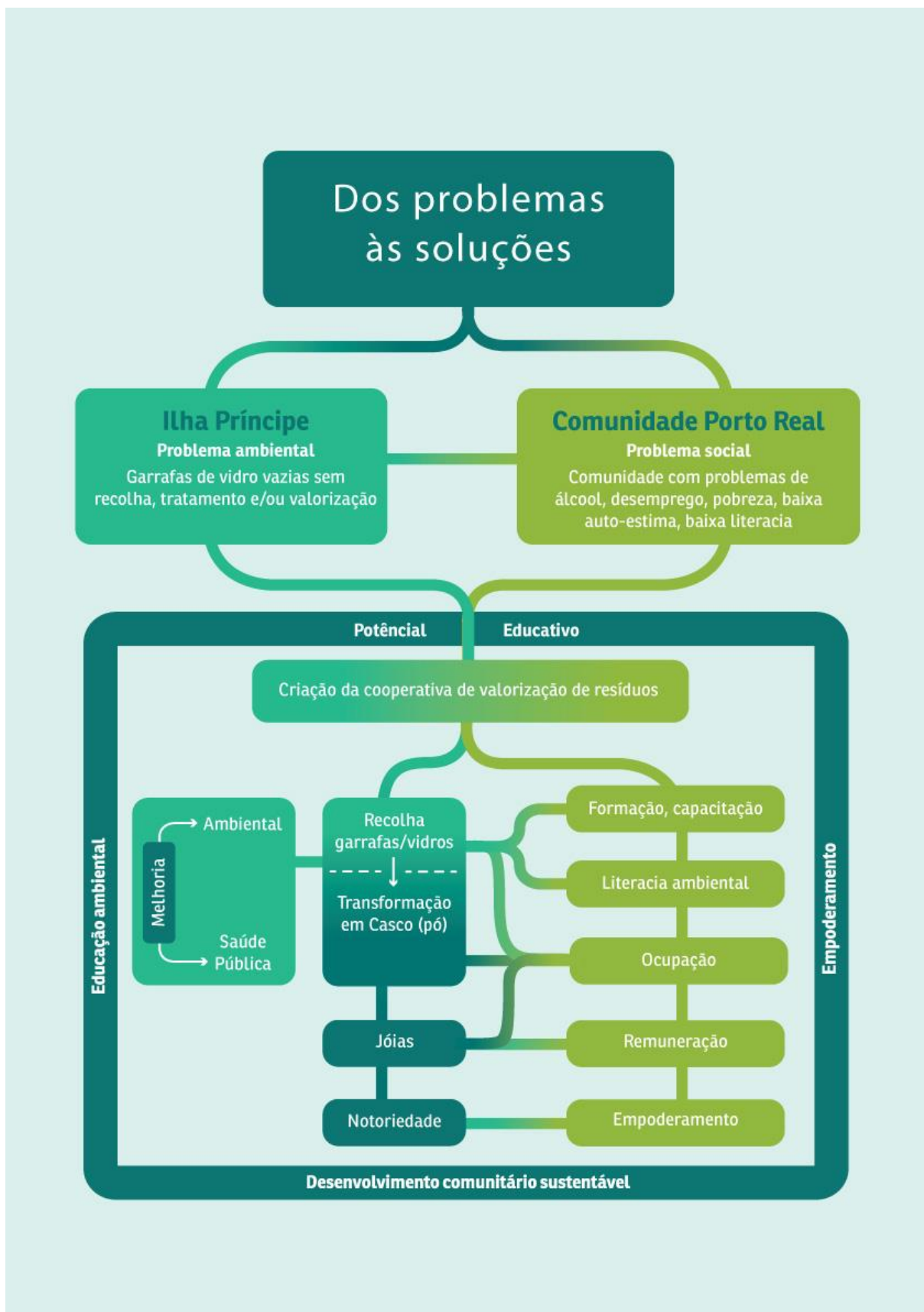


Figura 11 – Síntese dos resultados do estudo

[Fonte: elaboração própria]

A figura identifica duas problemáticas existentes na Ilha do Príncipe, a saber: por um lado um problema ambiental causado pela enorme quantidade de garrafas vazias espalhadas por toda a parte e sem qualquer recolha e tratamento enquanto resíduo, e por outro lado a existência de um problema social existente na Comunidade de Porto Real vincado pelo desemprego, consumo de álcool e baixa literacia que trazem consigo contextos de pobreza e baixa auto-estima. Com a criação da Cooperativa de valorização de Resíduos, estas problemáticas foram-se esbatendo gradualmente, havendo ainda ganhos significativos em termos ambientais no que diz respeito à cultura e literacia ambiental e à minimização da problemática ambiental causada diretamente pela quantidade excessiva de vidro espalhada pela Ilha desde os séculos que contabilizam a sua existência, ou seja, 5 séculos de vidro. A figura foi construída com a informação recolhida durante as entrevistas feitas aos participantes do estudo, dos dados recolhidos com o contacto dos habitantes da comunidade de Porto Real e das notas de campo recolhidas pela investigadora através da observação direta realizada ao longo da recolha dos dados enquanto permaneceu na Ilha do Príncipe.

4.3 - Resposta sistematizada às questões de investigação

Neste ponto, na tabela 3, apresentamos as respostas sistematizadas às questões de investigação de forma mais direta e resumida, uma vez que as respostas em profundidade se encontram ao logo do presente capítulo.

Qual a perceção das senhoras que fazem parte da Cooperativa de Valorização de Resíduos, relativamente à alteração das suas conceções e atitudes face às problemáticas ambientais existentes na Ilha do Príncipe?

As senhoras consideram que alteraram as suas conceções e atitudes face às problemáticas ambientais existentes na Ilha, preocupando-se com os resíduos em geral e não apenas com as questões relacionadas com o vidro, como expressam nos seus testemunhos.

A Cooperativa de Valorização de Resíduos recicla todas as garrafas que entram na Ilha do Príncipe, depois de vazias?

Não, a cooperativa de valorização de resíduos não tem capacidade para reciclar todas as garrafas que entram na Ilha, depois de vazias, uma vez que as novas peças produzidas têm dimensões muito pequenas, a capacidade de produção do forno é pouca e o volume de vendas ainda não justifica uma maior produção.

Qual a perceção dos atores sociais envolvidos na criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos relativamente ao seu contributo no Desenvolvimento Comunitário de Porto Real?

Os atores sociais envolvidos na criação da cooperativa de valorização de resíduos consideram que a criação da mesma contribuiu para o desenvolvimento comunitário de Porto Real, envolvendo 11 mulheres




	<p>que por consequência abrangem as 11 famílias da comunidade, proporcionando uma melhor qualidade de vida a todos os elementos do agregado familiar.</p>
<p>Qual a percepção dos atores sociais envolvidos na criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos relativamente ao seu contributo no Empoderamento das mulheres que nela trabalham?</p> 	<p>Os atores sociais envolvidos na criação da cooperativa de valorização de resíduos consideram que a mesma contribuiu para o empoderamento familiar e social das mulheres que lá trabalham, proporcionando-lhes uma participação mais equitativa nos vários contextos da esfera familiar e social.</p>
<p>Qual a percepção dos atores sociais envolvidos na criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos relativamente ao seu contributo para a melhoria do ambiente da Ilha do Príncipe?</p> 	<p>A percepção dos atores sociais envolvidos na criação da cooperativa de valorização de resíduos é de que a mesma contribuiu para a melhoria do ambiente da Ilha do Príncipe em termos de higiene, limpeza o que torna a ilha mais agradável aos olhos dos habitantes e dos turistas.</p>
<p>Qual a percepção dos atores sociais envolvidos na criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos relativamente ao seu contributo na melhoria das questões relacionadas com a saúde na Ilha do Príncipe?</p> 	<p>Os atores sociais envolvidos na criação da cooperativa de valorização de resíduos consideram que a mesma contribuiu para o controlo da malária uma vez que eliminou as maternidades dos mosquitos ao fazer a recolha e lavagem das garrafas que se encontravam espalhadas por toda a Ilha.</p>

Tabela 3 – Resposta sistematizada e direta às questões de investigação

[Fonte: elaboração própria]

As respostas aqui elencadas têm como fundamento empírico a recolha de dados que dá voz aos participantes do estudo e resultam da interpretação dos seus pontos de vista.

Importa também salientar que há ainda alguns aspetos que podem ser melhorados, ou nos quais não parece haver muito consenso, como seria espetável que tal acontecesse, pelas diferentes características dos próprios participantes.

CAPÍTULO 5 - Considerações finais

O presente trabalho constitui um pequeno contributo para a divulgação de um projeto que articula a tentativa de dar resposta a um problema ambiental, no caso a gestão de resíduos, e que simultaneamente dá resposta a outras questões relacionadas com o desenvolvimento local e com a distribuição mais equitativa dos recursos de uma comunidade. Este estudo de caso tem como principal potencialidade dar a conhecer boas práticas de desenvolvimento local. Um outro aspeto que nos parece importante realçar é a valorização do papel da mulher neste projeto, de forma a contribuir para a diminuição da pobreza feminina e infantil que ainda têm muita expressão, principalmente no que diz respeito à situação de muitos países em desenvolvimento.

Do ponto de vista da educação ambiental salientamos a relevância de divulgar projetos que se fundamentam em lógicas não tradicionais de resolução das questões dos resíduos, destacando que é possível aliar as preocupações ambientais com ganhos sociais e económicos que revertem diretamente para a população, que melhoram as suas condições de vida e que contribuem de forma significativa para a capacitação e valorização das pessoas e dos territórios.

Neste processo um desafio que encontramos e que tem desencadeado o reconhecimento da necessidade de aprofundar enquadramentos teóricos mais específicos, está relacionado com o nosso posicionamento interpretativo a partir da visão do Norte (ainda que de um Norte periférico) enformado pela bibliografia e agenda política do Norte (ainda que emanada por organizações transnacionais), que segundo a perspectiva de Martins (2016) compromete o entendimento da posição e contribui para a invisibilidade das lutas e resistências das mulheres do Sul, neste sentido é um imperativo ético que se desenvolvam “condições para a alteração, no Ocidente, das representações culturalistas das mulheres do Sul. Além disso, importa combater o cunho neocolonial de algumas intervenções que benevolmente julgam desenrolar-se em prol dessas mulheres, mas que contribuem ou para as invisibilizar ainda mais ou mesmo para destruir as suas lutas” (p.274). Temos ainda esta tarefa por fazer, mas identificámos a necessidade de traçar este percurso.

5.1 - Implicações do estudo

Os resultados obtidos neste estudo apontam para algumas implicações, quer para a continuidade da Cooperativa de Valorização de Resíduos, quer para as problemáticas ambientais que a própria cooperativa ajuda a resolver/minimizar.

Relembramos que as senhoras que trabalham na cooperativa têm uma escolaridade muito baixa, o que faz com que os problemas técnicos sejam uma constante. Estes problemas técnicos, levam a uma paragem do forno que desencadeia algumas reações negativas de alguns elementos do grupo e a não produção de peças que se refletem nas vendas das joias. Desta forma, seria conveniente repensar uma estratégia de formação e acompanhamento das pessoas envolvidas no processo do fabrico das joias, ou seja, nas pessoas que fazem parte da Cooperativa de Valorização de Resíduos. Esta estratégia ajudaria a cimentar e fortalecer o sentimento de pertença do grupo ao trabalho, uma vez que os resultados seriam mais profícuos. A capacitação será sempre o ponto de partida numa perspetiva de desenvolvimento de competências e igualdade de oportunidades, tendo como finalidade última a melhoria da qualidade de vida das mulheres e a resolução da problemática ambiental que se traduz não só na problemática das garrafas de vidro espalhado pela ilha, mas também da propagação dos mosquitos da malária que utilizam as garrafas como sendo as maternidades para o depósito dos seus ovos. Relativamente à perceção dos participantes do estudo sobre a minimização da problemática da malária, uma vez que é uma questão de saúde pública, consideramos que esta situação deverá merecer, das entidades competentes, uma confirmação através da comparação dos dados existentes referentes a esta questão, antes e depois da existência da cooperativa de resíduos. Consideramos também que não devem ser descuradas outras formas de combate a esta problemática por se considerar de extrema importância para a saúde dos habitantes da Ilha do Príncipe.

Seria importante e necessário um maior apoio e envolvimento da parte do governo em todo o processo para que a Cooperativa se conseguisse afirmar, contribuindo para a sua autonomia e perspetivando assim um futuro mais risonho e sólido.

5.2 - Limitações do estudo

Tal como outras investigações, também a investigação aqui apresentada contém limitações decorrentes dos contextos e das metodologias de investigação que lhe são inerentes. O seu reconhecimento é importante para que se possam formular corretamente as conclusões.

O facto da investigadora se assumir concomitantemente como consultora técnica constitui em si mesmo uma limitação pela isenção e distanciamento dos factos, dado o seu envolvimento direto. Procurou-se, ainda assim, minimizar esta limitação através de triangulação de dados.

O facto da investigadora trabalhar num país muito distante relativamente ao local onde foi feita a investigação, e a própria localização geográfica da Ilha necessitar de vários transportes para lá chegar, assim como o valor da viagem e toda a logística associada, constitui-se por si só uma limitação pela impossibilidade da investigadora visitar o local sempre que se sentiu como desejável para colmatar dúvidas e novas questões que iam emergindo, à medida que se avançava no estudo.

As questões linguísticas, como por exemplo as marcas de oralidade no texto, as diferenças sentidas no português não europeu e a baixa escolaridade das mulheres trabalhadoras levantou questões de compreensão das perguntas e elaboração das respostas.

O facto de não existirem dados estatísticos sobre a quantidade de garrafas entradas na Ilha do Príncipe relativamente à sua tipologia, ou seja, as que são reutilizadas como é o caso das garrafas da cerveja de fabrico nacional que voltam para a fábrica, em São Tomé, para serem novamente cheias, e as que, depois de vazias, não voltam a sair da ilha, constituiu também uma limitação.

O facto de a investigadora ter perdido os dados referentes a uma entrevista de um dos atores sociais que participou no estudo, ainda que a tivesse reavido *à posteriori*, diminuiu a informação recolhida, uma vez que as respostas foram dadas às mesmas questões, mas com a distância de um ano, constituindo-se esta realidade como uma limitação à consolidação do *corpus* e posterior triangulação dos dados, uma vez que a realidade já tinha mudado.

5.3 - Sugestões para futuras investigações

No que diz respeito a investigações futuras, e atendendo a que no decurso desta investigação, foram emergindo ideias, algumas delas decorrentes das próprias limitações do estudo parecem bastante interessante analisar este projeto ao longo do tempo, num acompanhamento investigativo de tipo longitudinal, afigura-se-nos relevante analisar como evoluem estes processos que assentam nos modelos participativos de organização laboral, que redes de (in)dependência se irão constituir, como se perspectiva a distribuição dos produtos manufacturados entre outras questões que se nos afiguram pertinentes no que diz respeito à análise de modelos que se afiguram divergentes na lógica de produção e consumo de massas, que parece pôr em causa os princípios da sustentabilidade ambiental.

Passados alguns anos, procurar saber se a Cooperativa de Valorização de Resíduos conseguiu vencer todos os obstáculos e constrangimentos com que hoje se confronta, nomeadamente as questões financeiras, e se conseguiu resistir no tempo na modalidade de cooperativa ou se alterou o seu estatuto social; se evoluiu em termos de produto final, ou seja, se conseguiu produzir outro tipo de objetos para além das “jóias”; se o número de elementos que constituem a cooperativa aumentou ou diminuiu. No caso de ter aumentado, de que forma e em que área as novas senhoras trouxeram uma mais valia para a sustentabilidade da cooperativa; se conseguiu absorver a quantidade total de vidro produzido, criando novos produtos de forma a promover a economia circular dentro e fora da Ilha do Príncipe.

Monitorizar, ao longo dos anos, se este modelo de “Cooperativa” se replicou por outros países considerados reserva da biosfera e quais os canais utilizados para a divulgação do projeto atual de forma a ser replicado.

Acompanhar a evolução, caso exista, do potencial educativo da Cooperativa com as escolas, verificando se existe, ou não, o envolvimento da Reserva da Biosfera e de que forma a interação escolas-cooperativa é potenciado.

Do ponto de vista social e político, recomenda-se às instituições governamentais que mobilizem esforços para monitorizar a solidez da cooperativa em estudo, mas também das restantes cooperativas existentes na Ilha do Príncipe por constituírem uma fonte de desenvolvimento económico para a Ilha com implicações diretas para as mulheres que trabalham em cada uma delas.

A análise desta realidade permitiu-nos identificar áreas de intervenção que nos parecem pertinentes, alertando-nos para a necessidade de um investimento na formação de adultos, para a criação de projetos de intervenção socioeducativa, para a formação de professores assim como para a articulação entre a formação de professores e outras formas de desenvolvimento comunitário.

A existência e organização de dados oficiais relativos às questões da entrada de garrafas e da gestão de resíduos sólidos parecem-nos pontos importantes a considerar e a tratar para que mais facilmente se possa ter um controlo sobre questões.

5.4 - Conclusões

Em jeito de conclusão podemos referir a importância da criação da Cooperativa de Valorização de Resíduos para a minimização dos problemas ambientais causados pelas garrafas espalhadas pela Ilha do príncipe, mas também, a grande transformação que o cooperativismo trouxe para

as 11 mulheres que criaram a referida cooperativa. Estas mulheres passaram a ter uma dupla função, ou seja, a de cuidadoras de ambiente doméstico em paralelo com trabalho cooperativo, permitindo-lhes uma vivência e partilha coletivas ao mesmo tempo que a autorrealização se apoderava destas 11 mulheres. O desenvolvimento de habilidades, ideias conjuntas, partilha de saberes forma a chave para o sucesso da cooperativa, onde a racionalização e padronização do trabalho é um desafio constante por se tratar do fabrico de peças únicas, fruto do trabalho artesanal. A renda que estas mulheres auferem, fruto do seu esforço, da sua autodeterminação, do conhecimento que foram adquirindo ao longo do tempo, muito dele através da *”tentativa/erro”* mediado por cenários de conquistas e fragilidades pessoais e grupais, marcaram o percurso destas senhoras que constituíram uma comunidade onde a Isonomia, com utilidade social, pessoal e familiar se tornaram um marco no percurso notável destas 11 guerreiras. De referir a habitual falta de recursos técnicos e materiais existentes no dia a dia da cooperativa e que mesmo assim, com a determinação e foco que estas mulheres têm, vão conseguindo resolver as adversidades que vão encontrando de forma a poderem premiar-nos com as magnificas obras de arte que com a sua imaginação e muito trabalho, vão conseguindo produzir em nome das questões ambientais, do desenvolvimento pessoal e comunitário e do seu empoderamento.

E porque *uma imagem vale mais do que mil palavras*, fica uma composição de imagens resultante de várias fotografias tiradas aquando da recolha dos dados, que ilustram algumas partes do processo, desde a existências dos resíduos espalhados pela Ilha, até ao produto final, as joias, em prol da **Educação ambiental e desenvolvimento local na comunidade de Porto Real, através da reutilização de casco para produzir artesanato.**



[Fonte: elaboração própria]

Figura 12 - Fotografias que representam algumas etapas do processo da reciclagem do vidro até à produção de joias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACI. (2013). *Plano de Ação para uma Década Cooperativa*. Consultado em <https://www.ica.coop/sites/default/files/publication-files/ica-blueprint-final-june-2013-portuguese-975329096.pdf> dia 5 de janeiro de 2018.
- Acselrad, H., Mello, C., & Bezerra, G. (2009). *O que é Justiça Ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond.
- Almeida, A. (2007). *Educação Ambiental – a importância da dimensão ética*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Amado, J., Costa, A.P. & Crusoé, N. (2013). IV – 1. A Técnica da análise de conteúdo. In J. Amado (Coord.) *Manual de investigação qualitativa em educação*, 299-349. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaro, R.R. (2010). *A Sustentabilidade das organizações de Economia Solidária — proposta de conceptualização e de avaliação*. Lisboa: ISCTE (Centro de Estudos Africanos).
- Ander-Egg, E. (1980). *Metodologia y practica del desarrollo de la comunidade*. (10º ed.). Tarragona: UNIEUROPE.
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo* (Reimpressão da edição revista e atualizada de 2009). Lisboa: Edições 70.
- Bergano, S., & Vieira, C. (2016). Dar Visibilidade Científica a Assuntos na Sombra: Contribuições Mútuas entre os Estudos de Género e a Investigação Qualitativa. *CIAIQ2016*, 3, 508-518.
- Bergano, S. (2012). *Ser e tornar-se Mulher: Ser e tornar-se mulher: Educação, geração e identidade de género*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação, especialização em Educação Permanente e Formação de Adultos, apresentada à faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Boff, L. (2015). *Sustentabilidade. O que é – O que não é*. Petrópolis: Vozes.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2010). *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brito, B. R., (org.). Alarcão, N.; Marques, J. (2009). *Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas. Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: ISCTE (Centro de Estudos Africanos).
- Buarque, S. (1999). *Metodologia de Planeamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica. INCRA/IICA.
- Caillaud, S. & Flick, U. (2017). Focus Group in triangulation contexts. In R. S. Barbour & D. L. Morgan (Ed) *A new era in Focus Group: Challenges, Innovation and Practice* (pp. 155-177). United Kingdom: Palgrave macmillan.

- Camargo, A. L. B. (2003). *Desenvolvimento sustentável: Dimensões e desafios*. Campinas: Papirus.
- Caride, J. A. & Meira, P. A. (2004). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Caride, J. A. (2001). *La Educación Ambiental en el Desarrollo Humano: horizontes para la sustentabilidad ecológica y la responsabilidad social*. Consultado em [https://www.academia.edu/11905057/La Educaci%C3%B3n Ambiental en el Desarrollo Humano horizontes para la sustentabilidad ecol%C3%B3gica y la responsabilidad social](https://www.academia.edu/11905057/La_Educaci%C3%B3n_Ambiental_en_el_Developmento_Humano_horizontes_para_la_sustentabilidad_ecol%C3%B3gica_y_la_responsabilidad_social) dia 4 de março de 2018.
- Carta da Terra. (2000). Consultado em <http://www.cartadelatierra.org>, dia 28 de fevereiro de 2018.
- Cavalcante, M. B. (s/d). *Educação Ambiental: A responsabilidade individual para uma Sociedade Sustentável*. Consultado em <http://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=668> dia 16 de maio de 2018.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). (1988). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- Cordovil, D. (2016). Espiritualidades feministas: Relações de gênero e padrões de família entre adeptos da wicca e do candomblé no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 110,117-140.
- Costa, A. A. (1998). *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/Ufba e Assembléia Legislativa da Bahia. Coleção Bahianas, vol.
- Coutinho, C. (2008). *Métodos de Investigação em Educação*. Braga: Universidade do Minho.
- Coutinho, C. (2018). *Metodologia da Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2.ª edição). Coimbra: Edições Almedina.
- De Ketele, J. M.; Roegiers, X. (1999). *Metodologia da Recolha de Dados. Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lamim-Guedes, V. (2010). *A importância da justiça ambiental frente à injustiça da crise ambiental*. *Boletim Diário Ecodebate*. Consultado em 18 novembro 2018. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2010/01/27/a-importancia-da-justica-ambiental-frenteainjustica-da-crise-ambiental-artigo-de-valdir-lamim-guedes/>
- De Sá, J. (2010). *Formación profesional y cooperativa en Portugal*. Cuadernos de Desarrollo Rural 7, (65): 149-173.
- Dias, L. S., Leal, A. C., Junior, S. C. (2016). *Educação Ambiental, conceitos, metodologia e Práticas*. São Paulo: ANAP.

- Fessas-Emmanouil, H. D. (1978). La cuestión de la integración de los servicios educativos y comunitários. *Perspetivas*. Vol. VIII, n.4.
- Edmonds, W. & Kennedy, T. (2017). *An applied guide to research designs: quantitative, qualitative, and mixed methods*. California. Sage.
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata, S. L.
- Franco, A. (2004). *Pobreza e Desenvolvimento Local*. Consultada em <https://pt.scribd.com/document/223298477/Franco-Augusto-Pobreza-e-Desenvolvimento-Local-pdf>, dia 20 de março de 2018.
- Fórum Internacional das ONGS. (1992). *Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*. Rio de Janeiro: Consultado em 18 novembro 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>
- Gómez, J. A. C., Pereira de Freitas, O. M. & Callejas, G. V. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local. Perspetivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições, Lda.
- Gómez, M. C. S. & Martín, P. L. (2009). Herramientas Conceptuales y Analíticas en las Metodologías de Investigación. El Análisis Cualitativo. In Salazar, S. F. S., Gómez, M. C. S. (Coord). *Investigación y Formación. Teoria y Práctica De La Investigación Educativa En La Formación De Educadores*. Vol. I. (pp. 61-94). Salamanca: Universidad Salamanca. AECE.
- Guijarro, E. L., Velázquez, B. B. (2008). *Métodos de investigación en educación social*. Madrid: UNED.
- Henriques, J. M. (1990). *Municípios e desenvolvimento – caminhos possíveis*. Lisboa: Escher
- Holdcroft, L. (1978). The Rise and Fall of Community Development in *Developing Countries, 1950-65: A Critical Analysis and an Annotated Bibliography*. MSU Rural Development, Paper No. 2. East Lansing, Michigan: Michigan State University.
- Jara, C. J. (1998). *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco.
- Jacobi, P. R. (2005). Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*. Vol.31 no.2. Consultado em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200007 dia 18 de maio de 2018.
- Kronemberger, D. (2011). *Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática*. São Paulo: Editora Senac.
- Lamim-Guedes, V. (2012). Consciência negra, justiça ambiental e sustentabilidade. *Sustentabilidade em Debate*, v. 3, p. 223-238.
- Latorre, A. (2003). *La investigación-acción. Conocer y cambiar la pratica educativa*. Barcelona: Graó.

Loureiro, C. F. B. (2012). *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez editora.

Lucas, L., & Hoff, T. (2008). Formas sutis de dominação hierarquizada: Corpo e feminização da pobreza. *Ex aequo*, (17), 133-154. Consultado em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602008000100009&lng=pt&tlng=pt dia 6 de abril de 2018.

Martins, C. (2000). *Questionar os valores*. Cadernos de Educação Ambiental 28, (s/p).

Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Ação*. Porto: Porto Editora.

Melo, A. (1998). *Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local*. A REDE. Novembro, pp. 5-8.

Morgado, F., Pinho, R., & Leão, F. (2000). *Educação Ambiental. Para um ensino interdisciplinar e experimental da Educação Ambiental*. Lisboa:Plátano Edições Técnicas.

Novellino, M. (2004). Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In *Atas do XIV Encontro da ABEP*, Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf

OCDE (2017). Perspetivas Económicas em África. Disponível em <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264278707-52-pt.pdf?expires=1574629533&id=id&accname=guest&checksum=E02B1CC9488581BE9743F614BB9A63A9> no dia 16 de setembro de 2019.

Ockrent, C. (2007). *O Livro Negro da Condição das Mulheres*. Lisboa: Tilgráfica, S.A.

ODS (2015). Objetivos Desenvolvimento Sustentável. Consultado em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> no dia 2 de junho de 2018.

Olesen, V. (2005). Early Millennial Feminist Qualitative Research: Challenges and Contours. In N. Denzin & Y. Lincoln (Edt.) *The Sage Handbook of Qualitative Research* (third edition) (pp. 235-278). London: Sage Publicatios.

Oliveira, M.; Santos, O. (2018). Ensino experimental e problemas ambientais. *REVISTA DE CIÊNCIA ELEMENTAR*. V6(03):060. DOI <http://doi.org/10.24927/rce2018.060>

O que é uma Reserva da Biosfera. (2014). *Dicionário Ambiental. (o)eco*, Rio de Janeiro, jun. 2014. Consultado em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28448-o-que-e-uma-reserva-da-biosfera/> no dia 4 de março de 2019.

Pardal, L., Lopes, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social* (2.^a edição). Porto: Areal Editores.

Pereirinha, J. A., Bastos, A., Machado, C., Nunes, F., Fernandes, R. & Casaca, S. F., (2010). *Sumário Executivo do Estudo Género e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

PNUD. (2014). *Relatório Nacional de Desenvolvimento e Envolvimento Humano em São Tomé e Príncipe*. Consultado em:

[https://www.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/docs/Rapport%20STP/RELAT%C3%93RIO%20-%20\(RNDH2014\)%20PT.pdf](https://www.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/docs/Rapport%20STP/RELAT%C3%93RIO%20-%20(RNDH2014)%20PT.pdf) no dia 3 de setembro de 2019.

Relatório da Aliança Cooperativa Internacional. (2013). Consultado em <http://relatorioocb2013.brasilcooperativo.coop.br/?portfolio=representacao-internacional> dia 2 de fevereiro de 2018.

Rigueiro, I. C. (2014). *Desenvolvimento Local Sustentável: Uma abordagem à sustentabilidade dos Projetos de Empreendedorismo Social*. Coimbra. Tese de mestrado não publicada.

Rosa, M. V. F. P. C., Arnoldi, M. A. G. C. (2008). *A Entrevista na Pesquisa Qualitativa – mecanismos para a validação de resultados*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Rull, V. (2017). The _Anthropocenel uncovered. *Collectanea Botanica*, v. 36, enero-diciembre 2017. <http://dx.doi.org/10.3989/collectbot.2017.v36.008>. Consultado em <http://collectaneabotanica.revistas.csic.es/index.php/collectaneabotanica/article/view/254/318> no dia 14 de fevereiro de 2019.

Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Santos, L. C. & Santin, J. R. (2018). Poder Local e Socioambientalismo: A relação entre o cidadão e o meio ambiente. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*. V. 4, n. 2, 19 – 37. Consultado em https://www.researchgate.net/publication/330977880_PODER_LOCAL_E_SOCIOAMBIEN_TALISMO_a_relacao_entre_o_cidadao_e_o_meio_ambiente dia 15 de fevereiro de 2019.

Sauvé, L. (2016). Quais os fundamentos de uma educação para a cidadania? Desenvolvimento sustentável e “viver bem”: propostas contrastadas. In A. Diemer, & C. Marquat (Dirs.). *Educação para o desenvolvimento sustentável: desafios e controvérsias* (pp. 129-147). Lisboa: Edições Piaget.

Schmidt, L., Nave, J. G., & Guerra, J. (2010). *Educação Ambiental: balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Sen, A. (2010). *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das letras.

Silva, M. (2008). Globalização, pobreza e género. In F. Henriques (Coord.) *Género, Diversidade e Cidadania* (pp. 119-129). Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-UE.

Sorrentino, M., Trajber, R., Mendonça, P., & Junior, L. A. F. (2005). Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, Vol.31 no.2 São Paulo. Consultado em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200010 no dia 16 de maio de 2018.

Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor.

Toro, A., Bernardo, J. & Wernrck, N. M.D. (2004). *Mobilização Social, um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2006). *Mulheres e crianças: o duplo dividendo da igualdade de gênero*. Consultado em <http://www.unicef.org/brazil/smi/> no dia 18 janeiro de 2018.

Vieira, R. M. (2003). *Formação Continuada de Professores do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico para uma Educação em Ciências com Orientação CTS/PC*. Tese de Doutorado não publicada. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Vieira, R., Oliveira, M., Santos, O., Silva, B. (2018). Educação ambiental como ferramenta para gestão de riscos de desastres. *Revista Ciência em Extensão*. v.14, n.3, 102-113.

Vilelas, J. (2009). *Investigação. O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Sílabo.

Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Moreno, N. S., Silva, d. D., & Souza, W. J. (2017). *Desenvolvimento à Escala Humana na economia solidária: síntese de necessidades e satisfatores de trabalhadoras do segmento da produção de artesanato*. Consultado em <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/72326.pdf> no dia 11 de fevereiro de 2019.

ANEXOS

ANEXO 1 - Entrevista semi estruturada - PE1

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Tema: Perceber a importância do tratamento do casco na Ilha do Príncipe como minimização dos impactes(os) ambientais causados pelo vidro, assim como o seu contributo para o desenvolvimento local e empoderamento das mulheres envolvidas na cooperativa de resíduos.

Objetivo Geral: Compreender o impacte da Cooperativa de Valorização de Resíduos no desenvolvimento sustentável da Ilha do Príncipe

Objetivo específico: Recolher informação junto da responsável da Cooperativa de Valorização de Resíduos para se perceber a sua visão sobre o processo de criação, desenvolvimento e futuro do referido projeto.

Bloco Temático A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Bloco Temático B: Conhecimento do percurso do projeto desde a sua conceção até à sua implementação na componente ambiental e educativa.

Bloco Temático C: Perceção, por parte do(a) entrevistado(a), da importância da existência da cooperativa de resíduos para o tratamento do casco enquanto resíduo problemático para a ilha do Príncipe, minimizando os seus impactes (os).

Bloco Temático D: Contributos da cooperativa de resíduos para o desenvolvimento local e empoderamento das mulheres que trabalham na cooperativa.

Bloco Temático E: Outros projetos que possam complementar o já existente nesta área da reciclagem ainda que possam ser de outros materiais.

Bloco temático F: Finalização.

Blocos Temáticos	Objetivos específicos	Exemplos de questões a colocar	Ações a desenvolver/Tópicos
A - Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.	- Legitimar a entrevista		- Informar o(a) entrevistado(a) sobre o que se pretende com esta entrevista. - Contextualizar a entrevista no

	<ul style="list-style-type: none"> - Motivar o entrevistado. 		<p>âmbito do trabalho a desenvolver.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o carácter confidencial da informação prestada. - Pedir permissão para gravar a entrevista. - Referir que as suas respostas são muito importantes para o trabalho em questão, ilha ambiente e comunidade em que se desenvolve.
<p>B – Conhecimento do percurso do projeto desde a sua conceção até à sua implementação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - perceber se a entrevistada se disponibilizou para trabalhar no projeto por não ter qualquer tipo de ocupação profissional àquela data; - perceber o envolvimento da entrevistada em todas as fases do projeto; 	<ul style="list-style-type: none"> - Indique a sua ocupação profissional antes de fazer parte da cooperativa de resíduos. - Além do seu envolvimento no projeto tem outra atividade profissional? Qual? - Indique, relativamente, ao projeto: 	

	<p>- perceber qual o conhecimento da entrevistada no processo de reciclagem do vidro;</p> <p>- perceber que tipos de apoio têm quando surgem problemas técnicos no processo perceber de reciclagem.</p> <p>- perceber se o facto de terem enveredado pela bijuteria tinha subjacente as questões relacionadas com o turismo e com o valor acrescentado das peças.</p> <p>- perceber se têm pensadas coleções específicas, pensadas por um designer com um</p>	<p>a- como teve conhecimento do mesmo;</p> <p>b – desde quando participa e o que motivou a sua participação;</p> <p>d – contribui para a sua conceção</p> <p>e – qual(ais) as função(ões) que desempenha(ou) desde que participa o projeto</p> <p>f – em média quantas horas por dia, trabalha na cooperativa</p> <p>- Que conhecimento tinha no início do projeto relativamente à reciclagem do vidro?</p> <p>- Quando têm dificuldades de ordem técnica e material, a quem recorrem para as ajudar a ultrapassar os problemas?</p> <p>- Dentro das várias hipóteses que poderia haver em termos de produto final, porque decidiram optar por artesanato direcionado para a bijuteria?</p>	
--	---	---	--

	<p>conceito associado ou se vão aparecendo de forma isolada resultante da imaginação das colaboradoras.</p> <p>- perceber porque é que só mulheres integram a cooperativa;</p>	<p>- A cooperativa tem um designer, alguém que desenhe as peças?</p> <p>- Como participam as mulheres que trabalham na cooperativa nos processos de tomada de decisão, comercialização, novos modelos, ...</p> <p>- Porque é que só trabalham mulheres nesta unidade de produção? É intencional?</p>	
<p>C - Perceção, por parte do(a) entrevistado(a), da importância da existência da cooperativa de resíduos para o tratamento do casco enquanto resíduo problemático para a ilha do Príncipe, minimizando os</p>	<p>- identificar a importância do projeto em termos ambientais, para a entrevistada;</p> <p>- perceber o envolvimento da entrevistada nas problemáticas ambientais da ilha</p>	<p>- Descreva as finalidades do projeto? (ambientais de desenvolvimento local).</p> <p>- O projeto nasceu para dar resposta a uma problemática ambiental ou nasceu como forma de gerar emprego?</p> <p>- Tem noção do contributo do projeto para minimizar o problema gerado pela</p>	

<p>seus impactes (os).</p>	<p>- identificar as diferenças antes do projeto e depois do projeto em termos de problemática ambiental</p>	<p>ausência de tratamento/valorização do vidro (garrafas de vidro?) entrado na ilha?</p> <p>- Sente alguma diferença relativamente à forma como se trata o vidro usado na ilha, desde que a cooperativa entrou em funcionamento? Como?</p>	
<p>D - Contributos da cooperativa de resíduos para o desenvolvimento local e para o empoderamento das mulheres que trabalham na cooperativa</p>	<p>- identificar os contributos da cooperativa para o desenvolvimento local da comunidade de Porto Real;</p> <p>- identificar de que forma o projeto contribui para o empoderamento das mulheres que fazem parte da cooperativa de resíduos;</p>	<p>- De que forma a cooperativa tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade de Porto Real? E do Príncipe? Pode dar por favor alguns exemplos concretos?</p> <p>- Descreva, em termos pessoais a mais valia do projeto.</p>	

<p>E - Outros projetos que possam complementar o já existente nesta área da reciclagem ainda que possam ser de outros materiais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - perceber a preocupação da colaboradora com a sustentabilidade do projeto; - perceber se tem noção que ainda há muito vidro que não pode ser reciclado pelas características que apresenta; - perceber se tem percepção que há outras problemáticas ambientais na ilha, decorrentes de outros tipos de materiais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Como perspectiva o futuro deste projeto (como organização, como resposta-recurso comunitário, como prolongamento no tempo, ...) - Considera este projeto suficiente para resolver as questões ambientais, geradas pela entrada de vidro, nomeadamente de embalagem, na ilha? - Na sua opinião, quais são os outros materiais que podem contribuir para agudizar as questões ambientais na ilha, enquanto reserva da biosfera? 	<ul style="list-style-type: none"> - se der exemplo de outros materiais, perguntar uma possível forma de minimizar as questões referidas.
<p>F- Finalização</p>			<ul style="list-style-type: none"> - Agradecer a disponibilidade e a participação. - Disponibilizar a gravação e a transcrição ao entrevistado, caso demonstre interesse.

Entrevista semi estruturada – PE2 e P4

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Tema: A importância do tratamento do casco na Ilha do Príncipe como minimização dos impactes(os) ambientais causados pelo vidro, assim como o seu contributo para o desenvolvimento local e empoderamento das mulheres envolvidas na cooperativa de resíduos.

Objetivo Geral: Recolher dados que permitam caracterizar os objetivos gerais e os objetivos específicos do projeto: cooperativa de resíduos, para se perceber se existe uma estratégia de Educação Ambiental na Ilha e de que forma o projeto se integra nela, caso exista.

Bloco Temático A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Bloco Temático B: Necessidade do projeto/conhecimento do percurso do projeto desde a sua conceção até à sua implementação.

Bloco Temático C: Perceção, por parte do(a) entrevistado(a), da importância da existência da cooperativa de resíduos para o tratamento do casco enquanto resíduo problemático para a ilha do Príncipe, minimizando os seus impactes (os).

Bloco Temático D: Contributos da cooperativa de resíduos para o desenvolvimento local e para o empoderamento das mulheres que trabalham na cooperativa.

Bloco Temático E: Outros projetos que possam complementar o já existente nesta área da reciclagem ainda que possam ser de outros materiais.

Bloco temático F: Finalização.

Blocos Temáticos	Objetivos específicos	Exemplos de questões a colocar	Ações a desenvolver/Tópicos
A – Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.	- Legitimar a entrevista		- Informar o(a) entrevistado(a) sobre o que se pretende com esta entrevista. - Contextualizar a entrevista no âmbito do trabalho a desenvolver.

	- Motivar o entrevistado.		- Assegurar o carácter confidencial da informação prestada. - Pedir permissão para gravar a entrevista. - Referir que as suas respostas são muito importantes para o trabalho em questão, ilha, ambiente e comunidade em que se desenvolve.
B – Necessidade do Projeto/Conhecimento do percurso do projeto desde a sua conceção até à sua implementação.		- Quem esteve na génese deste projeto da cooperativa de resíduos? - Como surgiu a ideia? - Onde é que a... entra, ou seja qual foi/é a sua função em relação à cooperativa de resíduos? - Cooperativa de resíduos e educação	- se responder sim, perguntar qual ou quais. - se responder não, perguntar porquê, se não acha uma necessidade a sua implementação.

		<p>ambiental, que ligação?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Essa ligação/intenção apareceu antes, durante ou depois de arrancarem com a cooperativa? - Que dificuldades encontraram em todo o processo? 	
<p>C - Percepção, por parte do entrevistado, da importância da existência da cooperativa de resíduos para o tratamento do casco enquanto resíduo problemático para a ilha do Príncipe, minimizando os seus impactes (os).</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Já tem dados estatísticos que permitam medir o contributo deste projeto para minimizar a problemática ambiental gerada pela entrada e posterior não tratamento do vidro das garrafas usadas de vidro na ilha? - A Fundação Príncipe Trust tem ideia do número de garrafas em vidro que entram anualmente na ilha? - Com a entrada em laboração da cooperativa, 	

		<p>consegue ter uma ideia da quantidade de vidro que consegue reciclar anualmente?</p> <p>- Têm outros projetos previstos para resolver a problemática ambiental causada pelo vidro depois de utilizado? Existe algum plano da Príncipe Trust para a recolha/valorização das garrafas de vidro entradas na ilha e não recicladas pela cooperativa? Qual?</p>	
<p>D - Contributos da cooperativa de resíduos para o desenvolvimento local e empoderamento das mulheres que trabalham na cooperativa</p>	<p>- perceber a preocupação do governo com as questões relacionadas com o desenvolvimento das comunidades locais.</p>	<p>- Qual era/é verdadeiramente a finalidade deste projeto?</p> <p>- Na sua opinião, de que forma a cooperativa tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade de Porto Real? E do Príncipe? Pode dar</p>	<p>- Caracterize o contributo da cooperativa no tocante a:</p> <p>a) questões ambientais da ilha;</p> <p>b) para a economia da comunidade de Porto Real e da Ilha;</p>

		<p>por favor alguns exemplos concretos?</p> <p>- Na sua opinião, a cooperativa, neste momento consegue afirmar-se no mercado se não tiver qualquer tipo de apoio?</p> <p>- como perspectiva o futuro da cooperativa?</p>	<p>c) para a capacitação e empoderamento das mulheres da comunidade.</p>
<p>E - Outros projetos que possam complementar o já existente nesta área da reciclagem ainda que possam ser de outros materiais.</p>	<p>- perceber se tem noção que ainda há muito vidro que não pode ser reciclado pelas características que apresenta;</p> <p>- perceber se tem perceção que há outras problemáticas ambientais na ilha, decorrentes de outros tipos de materiais;</p>	<p>- Considera este projeto suficiente para resolver as questões ambientais, geradas pela entrada de vidro, nomeadamente de embalagem, na ilha?</p> <p>- Existem outros projetos na ilha (outras comunidades) associados à reciclagem/valorização do vidro?</p> <p>- Na sua opinião, quais são os outros materiais que podem contribuir para agudizar as</p>	

		<p>questões ambientais na ilha?</p> <p>- Existe algum plano estratégico visando a recolha e tratamento/valorização de outros resíduos existentes na ilha? Já está implementado? Para que tipo de resíduos?</p>	
F- Finalização			<p>-Agradecer a disponibilidade e a participação.</p> <p>- Disponibilizar a gravação e a transcrição ao entrevistado, caso demonstre interesse.</p>

Entrevista semi estruturada – PE3

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Tema: A importância do tratamento do casco na Ilha do Príncipe como minimização dos impactes(os) ambientais causados pelo vidro, assim como o seu contributo para o desenvolvimento local e empoderamento das mulheres envolvidas na cooperativa de resíduos.

Objetivo Geral: Recolher dados que permitam caracterizar os objetivos gerais e os objetivos específicos do projeto: cooperativa de resíduos, para se perceber se existe uma estratégia de Educação Ambiental na Ilha e de que forma o projeto se integra nela, caso exista.

Bloco Temático A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Bloco Temático B: Necessidade do projeto/conhecimento do percurso do projeto desde a sua conceção até à sua implementação.

Bloco Temático C: Perceção, por parte do(a) entrevistado(a), da importância da existência da cooperativa de resíduos para o tratamento do casco enquanto resíduo problemático para a ilha do Príncipe, minimizando os seus impactes (os).

Bloco Temático D: Contributos da cooperativa de resíduos para o desenvolvimento local e para o empoderamento das mulheres que trabalham na cooperativa.

Bloco Temático E: Outros projetos que possam complementar o já existente nesta área da reciclagem ainda que possam ser de outros materiais.

Bloco temático F: Finalização.

Blocos Temáticos	Objetivos específicos	Exemplos de questões a colocar	Ações a desenvolver/Tópicos
A – Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.	- Legitimar a entrevista		- Informar o(a) entrevistado(a) sobre o que se pretende com esta entrevista. - Contextualizar a entrevista no âmbito do trabalho a desenvolver.

	<ul style="list-style-type: none"> - Motivar o entrevistado. 		<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o carácter confidencial da informação prestada. - Pedir permissão para gravar a entrevista. - Referir que as suas respostas são muito importantes para o trabalho em questão, ilha, ambiente e comunidade em que se desenvolve.
<p>B – Necessidade do Projeto/Conhecimento do percurso do projeto desde a sua conceção até à sua implementação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - perceber se o governo tem preocupação com as questões ambientais; - perceber o envolvimento/participação do governo na cooperativa de resíduos; 	<ul style="list-style-type: none"> - O governo do Príncipe tem alguma estratégia de Educação Ambiental implementada na Ilha? - O governo esteve na génese do projeto da cooperativa de resíduos? De que forma? - Como é que o governo perceciona a intervenção da Príncipe Trust em projetos com finalidades no domínio da educação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - se responder sim, perguntar qual ou quais. - se responder não, perguntar porquê, se não acha uma necessidade a sua implementação.

		e da promoção do desenvolvimento local?	
C - Percepção, por parte do entrevistado, da importância da existência da cooperativa de resíduos para o tratamento do casco enquanto resíduo problemático para a ilha do Príncipe, minimizando os seus impactes (os).	<ul style="list-style-type: none"> - identificar a importância do projeto em termos ambientais, para o entrevistado; - perceber o envolvimento do governo nas problemáticas ambientais da ilha ; 	<ul style="list-style-type: none"> - Já tem dados estatísticos que permitam medir o contributo deste projeto para minimizar a problemática ambiental gerada pela entrada e posterior não tratamento do vidro das garrafas usadas de vidro na ilha? - O governo da Ilha tem ideia do número de garrafas em vidro que entram anualmente na ilha? - Com a entrada em laboração da cooperativa, consegue ter uma ideia da quantidade de vidro que consegue reciclar anualmente? - O governo já tinha algum projeto previsto para 	

		<p>resolver a problemática ambiental causada pelo vidro depois de utilizado, antes deste projeto aparecer? Existe algum plano governamental para a recolha/valorização das garrafas de vidro entradas na ilha e não recicladas pela cooperativa? Qual?</p>	
<p>D - Contributos da cooperativa de resíduos para o desenvolvimento local e empoderamento das mulheres que trabalham na cooperativa</p>	<p>- perceber a preocupação do governo com as questões relacionadas com o desenvolvimento das comunidades locais.</p>	<p>- Qual era/é verdadeiramente a finalidade deste projeto? - Na sua opinião, de que forma a cooperativa tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade de Porto Real? E do Príncipe? Pode dar por favor alguns exemplos concretos? - Na sua opinião, a cooperativa, neste momento consegue afirmar-se no mercado se não tiver</p>	<p>- Caracterize o contributo da cooperativa no tocante a:</p> <p>a) questões ambientais da ilha; b) para a economia da comunidade de Porto Real e da Ilha; c) para a capacitação e empoderamento das mulheres da comunidade.</p>

		<p>qualquer tipo de apoio?</p> <p>- como perspectiva o futuro da cooperativa?</p>	
<p>E - Outros projetos que possam complementar o já existente nesta área da reciclagem ainda que possam ser de outros materiais.</p>	<p>- perceber se tem noção que ainda há muito vidro que não pode ser reciclado pelas características que apresenta;</p> <p>- perceber se tem percepção que há outras problemáticas ambientais na ilha, decorrentes de outros tipos de materiais;</p>	<p>- Considera este projeto suficiente para resolver as questões ambientais, geradas pela entrada de vidro, nomeadamente de embalagem, na ilha?</p> <p>- Existem outros projetos na ilha (outras comunidades) associados à reciclagem/valorização do vidro?</p> <p>- Na sua opinião, quais são os outros materiais que podem contribuir para agudizar as questões ambientais na ilha?</p> <p>- Existe algum plano estratégico visando a recolha e tratamento/valorização de outros resíduos existentes na ilha? Já está</p>	

		implementado? Para que tipo de resíduos?	
F- Finalização			<ul style="list-style-type: none"> - Agradecer a disponibilidade e a participação. - Disponibilizar a gravação e a transcrição ao entrevistado, caso demonstre interesse.

Entrevista semi-estruturada – FGrupo

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Tema: Perceber a importância do tratamento do casco na Ilha do Príncipe como minimização dos impactes(os) ambientais causados pelo vidro, assim como o seu contributo para o desenvolvimento local e empoderamento das mulheres envolvidas na cooperativa de resíduos.

Objetivo Geral: Recolher dados que permitam compreender o impacte da Cooperativa de Valorização de Resíduos no desenvolvimento sustentável da Ilha do Príncipe.

Objetivo específico: Recolher dados junto do grupo de mulheres/artesãs da Cooperativa de Valorização de Resíduos para se perceber a sua visão sobre o processo de criação, desenvolvimento e perspetivas de futuro do referido projeto.

Bloco Temático A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Bloco Temático B: Caracterização das colaboradoras que trabalham na cooperativa e averiguar acerca da sua leitura sobre a importância do percurso formativo.

Bloco Temático C: Perceção, por parte das entrevistadas, da importância da existência da cooperativa de resíduos para o tratamento do casco enquanto resposta a um problema ambiental da Ilha, minimizando os seus impactes (os).

Bloco Temático D: Contributos da cooperativa de resíduos para o desenvolvimento local e para o empoderamento das mulheres que trabalham na cooperativa.

Bloco temático E: Finalização.

Blocos Temáticos	Objetivos específicos	Exemplos de questões a colocar	Ações a desenvolver/Tópicos
A – Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.	- Legitimar a entrevista - Motivar o entrevistado.		- Informar as entrevistadas sobre o que se pretende com esta entrevista. - Contextualizar a entrevista no âmbito do trabalho a desenvolver. - Assegurar o carácter confidencial da

			<p>informação prestada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedir permissão para gravar a entrevista. - Referir que as suas respostas são muito importantes para o trabalho em questão que envolve a cooperativa, Ilha, ambiente e a comunidade de Porto Real.
<p>B – Caracterização das colaboradoras que trabalham na cooperativa e averiguar acerca da sua leitura sobre a importância do percurso formativo.</p>	<p>- perceber se as entrevistadas se disponibilizaram para trabalhar no projeto por não ter qualquer tipo de ocupação profissional àquela data assim como o seu conhecimento em todo o processo de reciclagem do vidro;</p>	<p>- Indiquem, relativamente, ao projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> a – como tiveram conhecimento do projeto b – quais as motivações que as levaram a participar c – desde quando estão envolvidas d – quais as funções que desempenham 	

	<p>- perceber que tipos de apoio têm quando surgem problemas técnicos no processo perceber de reciclagem.</p> <p>- perceber se o facto de terem enveredado pela bijuteria tinha subjacente as questões relacionadas com o ambiente, o turismo e o valor acrescentado das peças.</p>	<p>- Mencionem a vossa ocupação profissional antes de entrarem para o projeto</p> <p>Além do projeto, têm outra ocupação profissional. Qual?</p> <p>- Que conhecimento tinham, no início do projeto, relativamente à reciclagem do vidro?</p> <p>- Receberam algum tipo de formação técnica? Em caso afirmativo, indiquem qual e descrevam o tipo de formação que fizeram</p> <p>- Na formação em que participaram tiveram alguma abordagem sobre a importância</p>	<p>- se responder que não, perguntar como surgem os modelos novos?</p>
--	---	---	--

		<p>desta atividade em termos ambientais?</p> <p>- receberam formação ao nível da higiene e segurança no trabalho?</p> <p>A este respeito, indiquem:</p> <p>- têm noção da perigosidade existente no manuseamento do casco quanto transformado em pó, durante a sua trituração?</p> <p>- como foi vivenciada a formação que fizeram, uma de vós? Em que língua receberam a formação? Foi a primeira vez que saíram do Príncipe?</p> <p>- na formação em que participaram tiveram alguma abordagem sobre a importância desta atividade em termos ambientais?</p> <p>- Quando têm dificuldades de ordem</p>	
--	--	--	--

		<p>técnica e material, a quem recorrem para as ajudar a ultrapassar os problemas?</p> <p>- Dentro das várias hipóteses que poderia haver em termos de produto final, porque decidiram optar por artesanato direcionado para a bijuteria? Foi uma decisão conjunta ou imposta?</p>	
<p>C - Perceção, por parte do(a) entrevistado(a), da importância da existência da cooperativa de resíduos para o tratamento do casco enquanto resposta a um problema ambiental da Ilha, minimizando os seus impactes (os).</p>	<p>- identificar o conhecimento da entrevistada relativamente ao problema ambiental gerado pelo vidro residual existente na ilha (à data do início do projeto, de forma a poder ver se hoje a situação melhorou, com o projeto);</p> <p>- identificar a importância do projeto em</p>	<p>- Que problemáticas ambientais consideravam mais relevantes para a ilha, antes do projeto aparecer?</p> <p>- Antes da existência da cooperativa, como era encarada por vocês a existência das garrafas de vidro, usadas, na Ilha?</p> <p>- O projeto nasceu para dar resposta a uma problemática ambiental ou nasceu como forma de gerar emprego?</p>	

	<p>termos ambientais, para a entrevistada;</p> <p>- perceber o envolvimento da entrevistada nas problemáticas ambientais da ilha;</p> <p>- identificar as diferenças antes do projeto e depois do projeto em termos de problemática ambiental em termos do vidro?</p> <p>- Perceber o envolvimento dos professores e dos alunos no conhecimento do projeto</p>	<p>- Têm noção do contributo deste projeto para minimizar a grande problemática que é o não tratamento/valorização do vidro entrado na ilha?</p> <p>- Sente essa diferença? De que forma?</p> <p>- Antes, ou durante, o projeto teve algum contacto com algum projeto ou iniciativas de educação ambiental?</p> <p>- Este projeto tem sido usado pelo governo, ou pela Príncipe Trust, como exemplo de um bom contributo para o ambiente na ilha?</p> <p>- As escolas divulgam o projeto pelos alunos? Fazem visitas de estudo às instalações onde o projeto decorre?</p>	<p>- Se a resposta for afirmativa perguntar em que projeto e/ou projetos?</p>
--	--	---	---

<p>D - Contributos da cooperativa de resíduos para o desenvolvimento local e para o empoderamento das mulheres que trabalham na cooperativa</p>	<p>- identificar os contributos da cooperativa para o desenvolvimento local da comunidade de Porto Real;</p> <p>-identificar de que forma o projeto contribui para o empoderamento das mulheres que fazem parte da cooperativa de resíduos;</p> <p>- perceber a preocupação das colaboradoras com a sustentabilidade do projeto;</p>	<p>- De que forma a cooperativa tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade de Porto Real? E do Príncipe? Pode dar, por favor, alguns exemplos concretos?</p> <p>-Considera que este projeto fez de vós mulheres mais independentes em termos de decisões, não só de trabalho mas também em termos de família?</p> <p>- Está neste projeto por satisfação pessoal ou porque precisa de uma fonte de rendimento para sustentar a família? Qual tem sido verdadeiramente o contributo do rendimento deste trabalho no sustento das vossas famílias?</p> <p>- Como perspetivam o futuro deste projeto (como organização, como resposta-recurso comunitário, como</p>	
--	--	--	--

		<p>prolongamento no tempo, como segurança para contribuir para o rendimento e sustento das vossas famílias...)</p> <p>-Também tem sido usado como forma de valorizar o papel das mulheres na comunidade e na ilha?</p>	
E- Finalização			<p>-Agradecer a disponibilidade e a participação.</p> <p>- Disponibilizar a gravação e a transcrição ao entrevistado, caso demonstre interesse.</p>

ANEXO 2 – Categorias 1

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Projeção e viabilidade da cooperativa no futuro</p>	<p>Sustentabilidade da cooperativa de resíduos</p>	<p>Independência financeira</p>	<p>PE1: “os turistas quando vêm aqui e veem que há algum material que falta, a E., a O., a T., elas trazem ou mandam para nós. Dão apoio no material”.</p> <p>PE1: “Sim [já não temos apoio da F. P.T.], passaram 2 anos e o contrato dizia isso [que deixaríamos de ter apoio]. Que no final deste tempo ia tirar os apoios. O homem da Lua, que nós chamamos assim ao dono da HBD que é também da Fundação tirou algumas regalias para todos”.</p> <p>PE1: “e aPE4 está sempre a dizer para a gente que temos que ter autonomia porque ela não vai poder ajudar sempre...”.</p> <p>PE1: “Neste momento já estamos praticamente a trabalhar sozinhas porque já estamos a aprender que temos que ir em frente e não depender só de fundação ou do Governo...temos que depender de nós próprias. A Fundação deu a ideia, deu apoio e por isso temos que dar continuidade! Se o depósito que é o reservatório de água furar, nós sabemos que já temos que ter uma quantia de dinheiro “de lado” para este reservatório de água.</p> <p>PE1: “Sim, querem [tenhamos autonomia total] e estão a cortar tudo”.</p> <p>PE2: “a área social da HBD foi dissolvida porque houve uma reestruturação da HBD e resolveram terminar com todas as áreas que não fossem rentáveis para a empresa. Portanto todos os projetos que nós tínhamos na altura ficaram desamparados”</p> <p>PE2: “falta muito a parte de como gerir financeiramente um negócio. Como vamos gerir uma empresa. Falta aquelas pessoas que as ajude nessa parte do empreendedorismo”</p> <p>PE2: “Não, não [a cooperativa ainda não se consegue afirmar sozinha no mercado].</p> <p>PE2: “Sinceramente, eu acho que tem que haver uma equipa que fique a trabalhar com elas durante um ano sobre a parte de criação e gestão do negócio. Fazer com que elas percebam a rentabilidade e o valor intrínseco de todo o projeto. Fazer com que elas criem uma regra de trabalho, uma lógica de produção pensando em quem vai comprar, pensando no mercado e depois de isto interiorizado, cabe a elas levarem o negócio até onde elas quiserem.</p>
--	---	---------------------------------	---

			<p>PE2: “com a falta de apoios técnicos, conhecimentos, entidades que façam formações quando a gente precisa tudo fica mais difícil. Tudo tem que vir de fora. Portanto a ideia em si, tem todos os pés para andar...”.</p> <p>PE2: “Em 2 anos ela começava a funcionar, mas em menos de um ano ela ficou desamparada. Para além do modelo ser fraco para este contexto, também não teve o tempo necessário e isso está a dificultar mais as coisas”.</p>
		Peças com novo design	<p>PE1: “Geralmente as ideias saem do grupo, de mim e da FG6, a própria PE4 também dá ideias e é por isso que nós aprendemos todos os dias.</p> <p>PE1: “A O. é uma das que dá ideias, a PE4 tem um angolano que dá ideias, já veio um francês que também deu...”</p>
		Aposta em novos produtos	<p>PE1: “Na parte das garrafas sei que se transforma em areia e temos ideia de fazer vasos de flores para enfeitar a sala e abajour para candeeiros”.</p> <p>PE1: “Sim, são ideias que funcionam”.</p> <p>PE1: “nós temos que ter outras ideias de outro tipo de artesanato...peças maiores para absorver mais vidro. Um quadro, uma gamela, ...”.</p>
		Superação dos problemas técnicos relacionados com a produção	<p>PE1: “...tivemos muitas dificuldades em arrancar com forno...”</p> <p>PE1: “Sim, [tivemos muitas dificuldades] na parte técnica”.</p> <p>PE2: “vários, vários, vários problemas. Em termos técnicos temos estado a resolver com a parceria que fizemos com o Gana”. Depois 5 senhoras já vieram do Gana para ajudá-las na parte técnica para fazerem as peças que têm um valor comercial quer interna quer externamente. Tem sido um desafio porque aqui é um território muito húmido, o fogo, calor, não atinge a temperatura que atinge no Gana”. “Temos tido muita dificuldade em arranjar pessoas ou entidades que venham cá formá-las nesse campo”.</p> <p>PE4: “Houve várias dificuldades, nomeadamente a matéria prima para as joias, que ainda hoje complicam o processo. O barro que existe no Príncipe não é o ideal para o processo, ao contrário do Gana que utilizam barro das térmitas, o do Príncipe tem muita humidade, o que dificulta as</p>

			cozeduras e os fornos. Tudo isto tem contribuído para uma produção menor do que a esperada”.
		Alimentação do forno	<p>PE1: “[O forno é alimentado] com lenha”.</p> <p>PE1: “Não [causa um problema de desflorestação] porque quando nós vamos buscar a lenha temos que ir com autorização da floresta. Onde fazem desmatação, eles dão um papel que diz que podemos ir lá buscar lenha. Não somos nós que decidimos onde vamos buscar a lenha...quando precisam de por árvore no chão para por pimenta ou horta, a floresta dá um papel para nós trazeremos as arvores que eles já colocaram no chão”.</p> <p>PE1: “Para agora ainda não [se coloca o problema da desflorestação]. E mesmo que fosse [um problema], “quem não tem peixe come caranguejo” porque aqui na comunidade de Porto Real existem uma lenhinhas que caem e nós íamos apanhar. Não temos forno elétrico e tem que ser a lenha”.</p>
		Outros destinos para o vidro excedente	<p>PE3: “PE3: “a secretaria regional das infraestruturas, está a propor-nos como ideia, que o governo recebe esse vidro num estaleiro e adquira equipamento para transformar esse vidro em areia e aproveitá-lo na construção civil”.</p> <p>PE3: “Temos outros projetos em mente. Repare, este projeto tem uma finalidade que são os vidros e todos os vidros que vêm para a ilha elas não vão absorver, e falamos só de vidros...não vamos falar de outros resíduos dai que...”.</p> <p>PE3: “O excedente é transformarmos e termos aqui a transformação para a construção civil e utilizar o vidro para a construção civil. E dei alguns exemplos, fazer os muros de vedação, algumas obras depois de triturado nas valas de águas...portanto utilizar o vidro para outras ações na construção civil”.</p>

<p>Outras preocupações ambientais existentes na Ilha</p>	<p>Outros resíduos sólidos existentes na Ilha para além do vidro</p>	<p>Projetos para tratamento de outros resíduos que não o vidro</p>	<p>PE1: “Latas e Plástico [precisam de projeto para serem recicladas].</p> <p>PE1: “Biosfera fazia recolha de garrafas de plástico e davam uma garrafa de metal para a água. E isso estava a ajudar muito!”.</p> <p>PE2: “há outro [projeto] que estão a desenvolver que é utilizar garrafas plásticas juntamente com algum vidro para fazer blocos para calcetar estradas</p> <p>PE4: “Existem vários planos de gestão de resíduos na Ilha mas que nunca foram implementados por falta de verbas. Mas esta questão é mais indicada para o Governo”. ~</p> <p>PE4: “Os plásticos e as latas são o maior problema ambiental da Ilha, em termos de resíduos e contaminações”.</p> <p>PE3: “a secretaria regional das infraestruturas, está a propor-nos como ideia, que o governo recebe esse vidro num estaleiro e adquira equipamento para transformar esse vidro em areia e aproveitá-lo na construção civil”.</p> <p>PE3: “Temos outros projetos em mente. Repare, este projeto tem uma finalidade que são os vidros e todos os vidros que vêm para a ilha elas não vão absorver, e falamos só de vidros...não vamos falar de outros resíduos daí que...”.</p> <p>PE3: “O excedente é transformarmos e termos aqui a transformação para a construção civil e utilizar o vidro para a construção civil. E dei alguns exemplos, fazer os muros de vedação, algumas obras depois de triturado nas valas de águas...portanto utilizar o vidro para outras ações na construção civil”.</p> <p>PE3: “nós temos uma campanha de sensibilização [para redução do consumo de plástico] que está sendo feita com a recolha e a nível da legislação, estamos a trabalhar na legislação que já deve estar pronta para que a partir de 2020, acho que é... que seja taxado, que seja cobrada uma taxa para entrada de plásticos na ilha.</p> <p>PE3: “para as latas não temos projeto específico, mas estamos a incentivar os artesãos a utilizar latas para obras de arte, mas é uma coisa falada, não está estruturada ainda, mas é um grande problema que aumenta os resíduos aqui no Príncipe”.</p>
--	---	--	--

Categorias 2

Categorias			
Dimensões de análise	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
A educação ambiental e a sustentabilidade na Ilha do Príncipe enquanto Reserva da Biosfera	Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para a minimização dos problemas ambientais na Ilha	Importância da cooperativa para a recolha dos resíduos sólidos espalhados pela Ilha (garrafas de vidro)	<p>PE1: o nosso projeto também tinha a finalidade de cuidar do meio ambiente. Nós hoje estamos orgulhosas porque o trabalho que fazemos aqui está a contribuir para a ilha porque todas estas garrafas ficavam nas ruas, no mar, nas praias, nos caminhos. Com a recolha destas garrafas, mesmo todas sujas, vem tudo para aqui e nós lavamos. Estamos a contribuir muito para tratar do meio ambiente aqui da ilha.</p> <p>PE1: "...a questão ambiental começou a fazer sentido e o nosso trabalho tem valor. Aqui já sentimos que estamos a contribuir com algum benefício aqui na ilha [quando recolhem as garrafas espalhadas por toda a ilha].</p> <p>PE1: "nas escolas tem contentores para recolha. Toda a garrafa que fica na comunidade nós recolhemos... todos os dias os homens fazem festa, bebem cerveja, e nós recolhemos todas as garrafas para aqui e já não ficam lá espalhadas como ficavam. E em todas as outras comunidades que já deixaram de ter garrafas espalhadas pelo chão".</p> <p>PE1: "Na parte de reciclagem deve haver mais formação para o pessoal e mais campanha de sensibilização na rádio, na TV, nas comunidades e nas escolas [para ajudar a resolver os problemas ambientais da ilha]. Só o nosso trabalho não é suficiente porque nós temos pessoas que quando bebem uma bebida, preferem jogar a garrafa no</p>

			<p>chão do que no caixote. Então tem que ter formação, sensibilização...”</p> <p>PE1: “toda a garrafa que é apanhada trazem para aqui”.</p> <p>PE2: “Todas as nossas atividades têm duas vertentes ou mais. Gerar emprego e estar ligada com o ambiente. A cooperativa teve sempre presente a questão ambiental, sempre!</p> <p>PE2: “...surgiu a ideia da bijuteria e daí pensamos em transformar o vidro em bijuteria e falamos com a Biosfera porque seria algo rentável, bonito e estimulante. Havia a questão do meio ambiente para resolver e por isso era uma ideia boa”.</p> <p>PE2: “Nós estamos numa reserva da Biosfera e não podemos ter atitudes que vão contra os valores que nos regem. Isso é uma preocupação, acima de tudo!”</p> <p>PE2: “a garrafa não se estraga, portanto temos garrafas de há não sei quantos séculos atrás até aos tempos atuais.</p> <p>PE2: “A ideia da cooperativa da transformação de resíduos é muito valiosa para o contexto da Biosfera”.</p> <p>PE4: “os jovens compreendem a importância da separação correta dos resíduos nos ecopontos espalhados pela Ilha, porque percebem que ao separarmos podemos reaproveitar a grande maioria, usando o vidro para joias...reduzindo assim os resíduos que enchem a lixeira e que não são aproveitados”.</p> <p>FG5: “ É assim ... é através da nossa Ilha ficar limpa...porque as garrafas ficavam espalhadas e agora já tem um modo de recolher as garrafas...”.</p> <p>PE3: “Mas mais, outra vantagem que nós começamos a assistir e não só a nível da comunidade de Porto real é a arrumação dessas garrafas, neste caso, em vez delas estarem espalhadas por ai, por toda a ilha, as pessoas vão arrumando e fazendo a sua recolha de uma forma organizada”.</p>
	<p>Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para a melhoria da saúde pública da Ilha</p>	<p>Contributo para erradicação da malária da Ilha</p>	<p>FG4: “Dava mosquito, muito mosquito e através do mosquito dava paludismo”.</p> <p>FG3: “Sim, agora há menos [malária]”.</p> <p>FG4: “Sim porque os mosquitos punham os ovos nas garrafas e o paludismo existia”.</p> <p>PE3: “O objetivo principal era eliminar a quantidade de garrafas de vidro vazias aqui na Ilha por questões ambientais, por questões de saúde pública como é</p>

			<p>exemplo a questão da malária, e então nós pensámos nisso”.</p> <p>PE2: Se pensarmos que os milhares de garrafas que estavam espalhadas pela Ilha, já estão reduzidas, e em muito...os mosquitos terão menos sítios para colocarem os ovos...acho eu”</p> <p>PE1: Tem efeitos na saúde porque turista quando vem sente que está num ambiente saudável”.</p> <p>PE2: “Há menos lixo, menos garrafas espalhadas para o mosquito do paludismo se desenvolver e causarem mais problemas de saúde, ...principalmente com a chuva e por isso [as garrafas] são fontes de propagação da doença”.</p> <p>PE3: “É, é! É fundamental [que o governo apoie a cooperativa também por questões de saúde pública]”.</p>
	<p>Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para o desenvolvimento sustentável da Ilha</p>	<p>Desenvolvimento sustentável</p>	<p>PE4: “[A ligação e intenção para a reciclagem esteve presente] Desde o início da formação e capacitação dos membros da cooperativa, onde se incluiu as comunidades e profissionais da educação, e agora durante o funcionamento, com as visitas e mostras dos produtos.</p> <p>PE4: “do ponto de vista de resolução de problemas de conservação – no caso da cooperativa este grupo de senhoras tinha um impacto grande no parque, pois iam ao Parque natural partir pedra e apanhar búzios”.</p> <p>PE4: “a finalidade do projeto é garantir alternativas de renda para as comunidades da Ilha, principalmente mulheres, através da utilização sustentável dos recursos e a valorização de recursos que não estão a ser valorizados”.</p> <p>PE4: “O projeto tem ajudado a colocar o Príncipe no mapa como exemplo de projetos sustentáveis e responsáveis e de desenvolvimento económico e social”.</p>
<p>O desenvolvimento comunitário na</p>	<p>Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para o empoderamento</p>	<p>Afirmação das mulheres enquanto chefes de família</p>	<p>PE1: “(...) na nossa ilha as senhoras são as chefes de família, as senhoras é que tratam das crianças, da família toda, da alimentação, escola...marido não apoia. Aqui na nossa cooperativa, nós todas somos chefes de família”</p>

	<p>das mulheres que lá trabalham</p>		<p>FG1: “Claro, porque eu ponho dinheiro em casa, tenho o direito de comparar em casa e de querer e poder decidir” e “em casa quando o marido não tem dinheiro, eu já ponho dinheiro, já não dependo de marido” Eu tenho que vir trabalhar porque se a gente não trabalhar a gente não come.</p> <p>FG2: “porque eu levo dinheiro também...também posso mandar, sou eu que trabalho” Eu não trabalhava. Este foi o meu primeiro emprego porque primeiro ia para o mato apanhar búzios.</p> <p>PE1: “Não [os homens não trabalham], muito pouco, são as mulheres que trabalham. Eles ficam em casa porque eles não têm trabalho porque não procuram, porque eles preferem ficar sentados lá na comunidade sem fazer nada, de manhã à noite.</p> <p>PE3: “Uma das primeiras contribuições é estas mulheres terem um rendimento, o emprego que esse projeto da transformação dos resíduos favorece. Esta é uma das vantagens imediatas do projeto”.</p> <p>PE3: “este pode ser de facto uma saída para os problemas que afetam...e assumir este projeto como uma saída para a melhoria do rendimento delas e das suas famílias”.</p>
		<p>Capacitação das mulheres</p>	<p>PE3: “As senhoras que estão lá a trabalhar já têm algum conhecimento e alguma prática, pelo que eu já vi, com a feitura los produtos das bijuterias”</p> <p>PE1: “quando foi para começarmos a trabalhar no vidro, a fundação pagou formação de 3 senhoras da cooperativa para nos deslocarmos ao Gana para aprendermos a técnica” e “julho de 2017 houve o 4.º congresso [Lusófono de Educação Ambiental] e aí também tivemos muito apoio na técnica...aprendemos”</p> <p>FG1: “[com a formação no Gana] aprendi algumas coisas que não sabia”</p> <p>PE1: [Antes de fazer parte da cooperativa] não sabia nada. Antes de vir [não tinha] nenhuma [ideia sobre reciclagem de vidro], zero. Hoje eu sei... Hoje eu dou graças a Deus porque com esta cooperativa aprendi muito...na parte do negócio, eu tive mais conhecimento e aprendi mais coisas...</p> <p>PE1: “Assunto de salários, é connosco. Agora já conseguimos fazer os nossos salários”.</p> <p>PE1: “Sim [o projeto “tem pernas para andar” porque já aprenderam a contornar os problemas diários que vão aparecendo]”.</p> <p>PE2: “[tivemos] muitas, muitas [dificuldades]. Estamos a falar de pessoas que quase não têm nenhuns estudos, pessoas muito...muitas delas viciadas no álcool, muitas</p>

			<p>delas a ter dinheiro imediato, nunca nenhuma das mulheres tinha feito parte [anteriormente] de uma cooperativa que funcionasse...</p> <p>PE2: “a formação que elas levam, vai ajudá-las a ter outra postura na vida”.</p> <p>PE2: “Agora ganharam um projeto onde vão receber dinheiro para uma carrinha e a Bela já tirou a carta. Ou seja, com pequenas ajudas elas conseguem...”</p> <p>FG5: “É assim ... nós também aprendemos muita coisa. A fazer joias, a fazer colares, todas essas coisas é através de garrafas”</p> <p>FG4: “depois [de fazermos a formação] nós ensinamos as outras senhoras”. Fizemos a formação fora. Nunca tinha saído da ilha, só ia para S. Tomé quando estava doente e nunca tinha feito formação.</p> <p>FG4: “Se não fosse este projeto nunca ouvíamos falar de educação ambiental e destas problemáticas”</p>
	<p>Contributos da cooperativa de valorização de resíduos para o desenvolvimento comunitário sustentável</p>	<p>Desenvolvimento comunitário</p>	<p>PE3: “Houve a criação de alguns postos de trabalho para elas terem emprego, para elas poderem ter algum rendimento. Há 12 senhoras que tem emprego e que estão a tirar algum rendimento”</p> <p>PE2: “para além da parte financeira que se está a tonar mais sólida, é todo um complemento da componente social que envolve e vem reforçar a essência da mulher naquela comunidade (...)” e “estamos a apostar nas mulheres, estamos a apostar no futuro. Estamos a apoiar as crianças, a terem mais acesso à educação, mais acesso a uma alimentação mais condigna”</p> <p>PE4: “A cooperativa garante, neste momento, renda mensal, acima do salário mínimo nacional, a 3 famílias da zona de Porto Real. Além disso, contrata regularmente pessoas da comunidade e da zona para trabalhos pontuais, servindo assim que oportunidade de emprego. A cooperativa tem também criado parcerias com outras organizações locais – artesanato, bares & restaurantes, etc. – promovendo a boa separação dos resíduos para posterior valorização. O Príncipe tem sido um exemplo, não só nacional como internacional”</p> <p>PE3: “O primeiro foco quando pensamos nesses projetos é precisamente o desenvolvimento local, sobretudo olharmos para as comunidades e darmos alternativas às comunidades para poderem desenvolver esses pequenos projetos que vamos vendo e encontrando, para, por um lado, a criação de auto emprego nessas comunidades e por outro lado a criação de riqueza também nessas comunidades”.</p>

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">O potencial educativo da Cooperativa de Valorização dos Resíduos da Ilha do Príncipe.</p>	<p>Potencial educativo da cooperativa de valorização de resíduos da Ilha do Príncipe</p>	<p>Potencial educativo</p>	<p>FG1, FG2, FG3, FG4, FG5: “Não, nunca tivemos nenhuma visita de escolas aqui” (em coro). FG3: “Não [fazem visitas]”. FG5: “Falta de interesse, falta de divulgação, professor (...) precisa de formação”. PE2: “... poucos professores têm iniciativa para envolverem os alunos nessas coisas...”. FG5: “...precisa de divulgar mais...”. PE2: “...elas próprias também têm que ter a iniciativa para trabalharem e envolverem as escolas. Os dois estão a falhar”. PE2: “...se as senhoras não se apropriam do projeto e não sabem o valor que ele...” PE2: “...e pensar numa forma de divulgar o seu trabalho...” PE2: “...cativar as escolas para irem visitar, para as escolas também terem interesse...” PE2: “elas têm uma parte social que é fornecer este conhecimento às escolas e elas ainda não chegaram a esta fase” FG5: “Quando estão a falar de meio ambiente e de garrafa, podiam vir aqui para ver.” FG4: “Há coisas que o professor pode fazer sem ter que pedir autorização e não faz...eu se fosse professora fazia assim” FG1: “Lá na escola tem contentor para crianças porem lixo, então vinha aqui ver o que acontecia às garrafas que separavam na escola...” PE1: “mais campanha de sensibilização... nas escolas [para ajudar a resolver os problemas ambientais da ilha]. Só o nosso trabalho não é suficiente porque nós temos pessoas que quando bebem uma bebida, preferem jogar a garrafa no chão do que no caixote. Então tem que ter sensibilização...[e a escola pode ajudar nessa parte]. PE2: “tem a ver com o que eu disse anteriormente sobre a apropriação do projeto, se as senhoras não se apropriam do projeto e não sabem o valor que ele representa, tanto em termos financeiros como ambientais e ter uma regra de trabalho, e pensar numa forma de divulgar o seu trabalho e cativar as escolas para irem visitar para as escolas também terem interesse...”. PE2: “Elas é que trabalham lá no dia-a-dia. Sabem qual é o tipo de trabalho. Têm a noção que estão a recolher resíduos e a transformar, em linguagem simples, elas conseguem transmitir esses valores [às crianças e professores]”. PE2: “[Ainda que tenham uma escolaridade baixa] conseguem, conseguem [fazer passar a mensagem]. Qualquer um percebe o que elas estão a fazer desde que se apropriem de todo esse valor que tem este projeto.</p>
--	---	----------------------------	---

